

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARCELO DE ATAIDE LEONARDO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
ESTUDO DE CASO: TRACTEBEL ENERGIA S.A.**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

MARCELO DE ATAIDE LEONARDO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
ESTUDO DE CASO: TRACTEBEL ENERGIA S.A.**

**Monografia apresentada a Universidade
Federal de Santa Catarina como um dos
pré-requisitos para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Professora Dra. Eleonora
Milano Falcão Vieira**

**Co-Orientadora: Professora Msc.
Alessandra Vasconcelos Gallon**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

MARCELO DE ATAIDE LEONARDO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
ESTUDO DE CASO: TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo:

Florianópolis, 27 de novembro de 2007.

Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenador de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof^ª. Dra. Eleonora Milano Falcão Vieira
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Msc. Alessandra Vasconcelos Gallon (Co-Orientadora)

Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Wilma Devantier

FLORIANÓPOLIS – SC
2007

DEDICATÓRIA

À minha esposa Rejane e minha filha Letícia, razões pelas quais existo e sem as quais eu não seria quem sou. Vocês são as personagens principais dos momentos mais especiais de minha existência. Obrigado por estarem presentes de uma maneira tão ímpar em minha vida.

Aos meus pais, Murici e Fátima, por terem me ensinado os primeiros passos e me conduzido de maneira tão especial pelo caminho certo. Aos meus irmãos Alexandre e Patrícia, por serem especiais na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela dádiva e a alegria da vida.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram de minha formação escolar e acadêmica, cujo marco inicial de uma longa vida profissional, é a realização e conclusão desta pesquisa.

- Aos Amigos e colegas da Tractebel Energia que participaram direta ou indiretamente da elaboração desta pesquisa. Um obrigado especial para: Euclides, Paulinho, Ernesto, Solange, Adriane, Mariza, Luiz Arthur, Soninha e Gustavo; Gaúcho; Alessandra e Curt; Ana Luiza e Débora; Luiz Guilherme; e Luciane.
- à professora Elisete Dahmer Pfitscher, que prontamente se ofereceu em me ajudar, quando as coisas pareciam não dar certo. Sinceros agradecimentos.
- à professora Eleonora Milano Falcão Vieira, pela paciência e os momentos de auxílio.
- à professora Alessandra Vasconcelos Gallon, que me auxiliou com seu conhecimento e direcionou os rumos da pesquisa.
- aos mestres da banca examinadora, por terem aceito o convite e pelas sugestões de melhorias;
- a todos da equipe DPS, da Tractebel Energia, em especial ao Recebimento Integrado, pela força principalmente nos últimos dias. Sem a ajuda de vocês eu não teria conseguido alcançar meus objetivos.
- aos professores do Departamento de Ciências Contábeis, pelo conhecimento compartilhado ao longo desta longa caminhada.
- à Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade única de ter vivido uma experiência acadêmica de muita qualidade.
- à minha filha Letícia e minha esposa Rejane, pela compreensão nos vários momentos de minha ausência.
- aos meus familiares, que sempre me incentivaram ao longo dessa jornada, principalmente meu pai Murici e minha mãe Fátima, meus irmãos Alexandre e Patrícia, minha sogra Bete, que ajudou muito quando foi preciso ser babá de minha filha.
- a todos os colegas de curso, pela pouca convivência, porém muita amizade e companheirismo.

**“Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.”**

Bertold Brecht

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
RESUMO	14
ABSTRACT	15
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA E PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 METODOLOGIA	22
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	26
1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
2.1 HISTÓRICO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	28
2.2 CONTABILIDADE SOCIAL	30
2.2.1 Balanço Social	32
2.2.2 Modelos de Balanço Social	36
2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL	44
2.3.1 Ativos Ambientais	45
2.3.2 Passivos Ambientais	47
2.3.3 Receitas Ambientais	50
2.3.4 Custos, Despesas e Perdas Ambientais	50
2.4 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	55
2.4.1 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Licenciamento Ambiental	61
2.4.2 A Questão das Reservas Indígenas	66
2.5 O IMPACTO AMBIENTAL DE USINAS DE ENERGIA ELÉTRICA	68
2.5.1 Usinas Hidrelétricas	68
2.5.2 Usinas Termelétricas	70
2.6 SUSTENTABILIDADE	75
2.6.1 Créditos de Carbono	76
2.6.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE	77
2.6.3 Biomassa	78
2.6.4 Co-Geração de Energia	82
2.7 SICOGEA – SISTEMA CONTÁBIL GERENCIAL AMBIENTAL	82
3 ESTUDO DE CASO	86
3.1 HISTÓRICO DA EMPRESA	86
3.1.1 Ética, Princípios Corporativos e Meio Ambiente	89
3.1.2 Responsabilidade Social Empresarial	92
3.1.3 Unidade de Co-Geração Lages	99
3.2 INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	100
3.2.1 Breve Histórico do Instituto Ethos	101
3.2.2 Critérios e Sub-Critérios da Lista de Verificação	102

3.3 SUSTENTABILIDADE DOS CRITÉRIOS E SUB-CRITÉRIOS	106
3.3.1 Sustentabilidade Global da Empresa	106
3.3.2 Valores, Transparência e Governança	107
3.3.3 Público Interno	109
3.3.4 Meio Ambiente	110
3.3.5 Fornecedores	111
3.3.6 Consumidores e Clientes	112
3.3.7 Comunidade	113
3.3.8 Governo e Sociedade	113
 4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	115
4.1 QUANTO À PROBLEMÁTICA	115
4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS	115
4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	116
 REFERÊNCIAS	117
 APÊNDICES	124
A) AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO ETHOS	
B) LISTA DE VERIFICAÇÃO	
 ANEXOS	178
A) CÓDIGO DE ÉTICA DA TRACTEBEL ENERGIA	
B) CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE DA TRACTEBEL ENERGIA	
C) ESTATUTO SOCIAL DA TRACTEBEL ENERGIA	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Crescimento da Utilização do Balanço Social Ibase no Brasil	35
Figura 2: Crescimento Mundial da utilização do Balanço Social GRI	35
Figura 3: Balanço Social Modelo Ibase	39
Figura 4: Processo Elaboração do Relatório GRI	41
Figura 5: Terminologia de Custos	52
Figura 6: Distribuição Nacional do Consumo de Energia Elétrica 2006	57
Figura 7: Fluxograma Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica no Brasil	58
Figura 8: Integração dos Sistemas de Produção e Transmissão para o Mercado Consumidor	59
Figura 9: Entidades e Atribuições no Novo Modelo do Setor Elétrico	61
Figura 10: Processo de Licenciamento Ambiental	66
Figura 11: Reservas Mundiais de Carvão Mineral (em 2002)	71
Figura 12: Reservas Mundiais de Petróleo (em 2002)	72
Figura 13: Consumo Mundial de Petróleo (em milhares de toneladas - 2002)	72
Figura 14: Reservas Mundiais de Gás Natural (em 2002)	74
Figura 15: Consumo Mundial de Gás Natural (em 2002)	74
Figura 16: Potencial de Co-Geração de Energia Elétrica no Setor Sucroalcooleiro	80
Figura 17: Potencial de Geração Elétrica através da Silvicultura	81
Figura 18: Fase 1 da Terceira Etapa do SICOGEA	84
Figura 19: Fase 2 da Terceira Etapa do SICOGEA	84
Figura 20: Fase 3 da Terceira Etapa do SICOGEA	84
Figura 21: Organograma Tractebel Energia	88
Figura 22: Composição acionária Tractebel Energia	88
Figura 23: Processo de Co-Geração da Unidade Lages	100
Figura 24: Modelo Original dos Indicadores Ethos	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Metodologia dos Estágios da Sustentabilidade Social Empresarial	25
Tabela 2: Linha do Tempo Contabilidade e Responsabilidade Social	34
Tabela 3: Tipos de Empreendimentos de Geração Elétrica no Brasil 2007	57
Tabela 4: Linha do Tempo da Tractebel Energia	86
Tabela 5: Usinas Tractebel Energia	89
Tabela 6: Empresas Associadas ao Instituto Ethos Classificadas por Região	101
Tabela 7: Empresas Associadas ao Instituto Ethos Classificadas pelo Porte	101
Tabela 8: Estágios da Sustentabilidade Social Empresarial	103
Tabela 9: Etapas do Processo de Aplicação dos Indicadores Ethos	104
Tabela 10: Resultados da Sustentabilidade Global	106
Tabela 11: Resultados Critério Valores, Transparência e Governança	107
Tabela 12: Resultados do Critério Público Interno	109
Tabela 13: Resultados do Meio Ambiente	110
Tabela 14: Resultados do Critério Fornecedores	111
Tabela 15: Resultados do Critério Consumidores e Clientes	112
Tabela 16: Resultados do Critério Comunidade	113
Tabela 17: Resultados do Critério Governo e Sociedade	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A – Adequado

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRADEE – Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

BIRD – Banco Mundial

BNDESPAR – BNDES Participações

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CCP – Comissão de Participação nos Lucros e Resultados

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CHEVAP – Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CMSE – Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico

CNPE – Conselho Nacional de Políticas Energéticas

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

D – Deficitário

DPS – Unidade Organizacional Documentação, Suprimentos e Serviços Gerais

DST – Doença Sexualmente Transmissível

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.

EPE – Empresa de Planejamento Energético

FAS – *Statement of Financial Accounting Standards*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIA – Fundo para Infância e Juventude

FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
GN – Gás Natural
GRI – *Global Reporting Initiative*
GW – Gigawatt
GWh – Gigawatt-hora
HIV – *Human Immunodeficiency Virus*
IAS – *International Accounting Standards*
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBOVESPA – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFC – *International Finance Corporation*
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPEM – Instituto Estadual de Pesos e Medidas
IPHAN – Órgãos Federais de Gestão do Patrimônio Histórico
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISEA – *Institute of Social and Ethical Accountability*
ISO – *International Organization for Standardization*
kV – KiloVolt
kW – KiloWatt
kWh – KiloWatt-hora
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério das Minas e Energia
MW – Megawatt
NA – Não se Aplica
NAFTA – *North American Free Trade Area*
NBR – Normas Brasileiras
ND – Não Disponível
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria
NPC – Normas e Procedimentos de Contabilidade
OCDE – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

PART. – Participações

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças

PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

RCE – Redução Certificada de Emissões

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

S.A. – Sociedade Anônima

SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente

SAI – *Social Accountability International*

SESI – Serviço Social da Indústria

SICOGEA – Sistema Contábil-Gerencial Ambiental

SIN – Sistema Interligado Nacional

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SOTELCA – Sociedade Termelétrica de Capivari S.A.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UHE – Usina Hidrelétrica

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UO – Unidade Organizacional

USP – Universidade de São Paulo

UTE – Usina Termelétrica

UTLA – Usina Termelétrica Jorge Lacerda A

UTLB – Usina Termelétrica Jorge Lacerda B

UTLC – Usina Termelétrica Jorge Lacerda C

RESUMO

A Contabilidade como um sistema de informação, tem o dever de informar qualquer alteração, seja de natureza quantitativa ou qualitativa, pertinentes ao patrimônio das entidades. Como parte integrante da sociedade, as empresas têm o compromisso ético de informar e evidenciar como estão utilizando os recursos da sociedade na qual estão inseridas e da qual fazem parte, sejam eles sociais ou ambientais. Nesta perspectiva, este estudo tem por objetivo analisar a postura da Tractebel Energia e identificar o seu grau de sustentabilidade social empresarial, determinando a sustentabilidade de cada critério e sub-critério dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, baseado no método de avaliação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA. A trajetória metodológica segue três fases, a primeira “fundamentação teórica” sobre o tema estudado. A segunda o “estudo de caso”, com entrevistas semi-estruturadas e a terceira e última fase a “análise de dados”. Os resultados mostram que a Empresa pesquisada possui um grau de sustentabilidade global de 82,27%. Portanto, conclui-se que a Empresa está dentro dos padrões de responsabilidade social empresarial exigidos pela sociedade, sendo classificada com conceito “Adequado” quanto ao seu grau de sustentabilidade global.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Responsabilidade Social Empresarial, Contabilidade Social, Setor Elétrico.

ABSTRACT

The Accounting, as an information system, has the duty to report any change, either of a quantitative or qualitative nature, related to the patrimony of the entities. As an integrated part of society, the companies have the ethical duty to inform and highlight how they are using the resources of the society in which they are inserted and to which they are part of, socially or environmentally. Therefore, this study has the objective of examine the posture of Tractebel Energia and identify its degree of social business sustainability, determining the sustainability of each rule and sub-rule of the Ethos Indicators of the Corporate Social Responsibility, based on the method of evaluation of the Accounting System Environmental Management – SICOGEA. The methodological trajectory follows three phases, the first "theoretical ground" related to the studied subject. The second, the "case study", with semi-structured interviews and the third and final phase as the "analysis of data". The results demonstrate that the searched Company has a degree of global sustainability of 82.27%. Therefore, it appears that the Company is within the standards of corporate social responsibility required by the society, being classified with the concept "Suitable" related to their degree of global sustainability.

Keywords: Sustainability, Corporate Social Responsibility, Social Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade como um sistema de informação, tem o dever de informar qualquer alteração de natureza quantitativa ou qualitativa, pertinentes ao patrimônio das entidades. Como parte integrante da sociedade, as empresas têm o dever ético de informar e evidenciar como estão utilizando os recursos sociais e ambientais da sociedade na qual estão inseridas e da qual fazem parte.

Com relação ao objetivo e usuário da Contabilidade, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 42) entende que

A **Contabilidade** é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Conceitua-se como **usuário** toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar.

Visando suprir essa necessidade de informação da sociedade foi que a Contabilidade Social, ao longo do tempo, se desenvolveu. Na evidenciação, comparação, análise e projeção dos impactos sociais e ambientais das entidades, a Contabilidade gera informações para os usuários, que por sua vez, utilizam essas informações para tentar reduzir os problemas sociais.

Os recursos naturais e humanos da sociedade são considerados um bem comum, e o uso insustentável desses recursos são considerados problemas sociais. O desequilíbrio verificado atualmente no meio ambiente é resultado de anos de agressões, produção e consumo desordenados, sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade do Planeta.

Preocupada com os constantes problemas sociais e distúrbios ambientais, a sociedade em geral têm demonstrado uma grande preocupação com o tema, cobrando das empresas, soluções e métodos de prevenção. Segundo Ribeiro (2006, p. 3), o usuário externo da informação adquiriu com a chegada da era da Globalização poderes inexistentes até então, em virtude da vasta gama de opções que esses consumidores têm ao seu dispor: a grande concorrência e a velocidade com que a informação se move. Hoje, através da *internet*, é possível ter acesso aos relatórios contábeis, relatórios ambientais, análises financeiras, informações sobre produtos e uma série de outros documentos e informações de inúmeras empresas.

Com os resultados dos impactos ambientais vindo à tona, as empresas também têm demonstrado grande interesse na prevenção dos problemas ecológicos, pois a matéria-prima de muitas delas está presente na natureza, e como os recursos naturais são escassos, uma vez que deixem de existir, a continuidade da empresa estará ameaçada. O desequilíbrio ecológico pode desestabilizar as atividades de várias empresas. A escassez de chuvas, por exemplo, que afeta o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e prejudica a produção de energia elétrica, prejudicando diretamente o desempenho econômico das empresas do setor e o desenvolvimento do País, a exemplo do que aconteceu no apagão de 2001.

Além disso, e não menos importante, a imagem das organizações perante a sociedade é fundamental para um desenvolvimento econômico saudável. Ribeiro (2006, p. 3), afirma que não basta apenas adaptar-se às mudanças, melhorar o processo produtivo e implementar qualidade ambiental em seus processos e políticas internas, é necessário demonstrar o que está sendo feito. Em outras palavras agir certo e demonstrar que se está agindo certo, tornou-se uma questão fundamental nos dias de hoje.

Sujeitas a diversas normas de regulamentação e preocupadas com o meio ambiente as empresas de energia elétrica se mobilizam no sentido de reduzirem os impactos ambientais, inevitáveis na construção de usinas e na geração de energia elétrica.

Por ser um setor, que devido à sua natureza e ao tamanho de seus empreendimentos é um grande causador de impactos ambientais, é importante saber qual a visão e a real postura das empresas de energia elétrica frente aos problemas ecológicos e sociais. Para isso é fundamental conhecer suas políticas de gestão social e ambiental, seu posicionamento frente aos dispositivos legais, saber se estão preocupadas em apenas cumprir a legislação, ou se estão indo além e agindo como empresas cidadãs.

Considerado um dos países com a maior capacidade de produção de energia elétrica com fontes renováveis do mundo, devido ao seu grande potencial hidrográfico, o Brasil ainda assim investe em novas alternativas de energia, como a biomassa, que são materiais ou resíduos de materiais orgânicos utilizados na produção de energia, por exemplo, resíduos de madeira. (ANEEL, 2005).

A utilização da biomassa como fonte de combustível para geração de energia foi aprovada como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, pelo Banco Mundial, por reduzir os resíduos lançados na camada de ozônio. E a Tractebel Energia em sua unidade de Co-Geração Lages, em Santa Catarina, utiliza a biomassa como combustível na geração de energia. Com uma potência instalada de 28 MW médios, a Empresa foi a primeira no Brasil a utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono. (TRACTEBEL, 2006, p. 64).

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente as pessoas demonstram interesse na busca de informações com o objetivo de conhecer o que as empresas têm feito em favor do social. A sociedade, ou parte dela, já começa a selecionar as empresas socialmente responsáveis no momento de escolher um produto ou serviço e inclusive na hora de direcionar seus investimentos.

Investidores estão preferindo empresas com éticas políticas de responsabilidade social e ambiental e boas práticas de governança corporativa. Partem do pressuposto que as empresas socialmente responsáveis estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, financeiros e ambientais no longo prazo, evitando inclusive, passivos judiciais em função de ações ambientais, trabalhistas e sociais. Um exemplo disso é o interesse das empresas em fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que seleciona as empresas com alto grau de comprometimento em relação à responsabilidade social e sustentabilidade.

Algumas empresas aderem às práticas de sustentabilidade devido às regulamentações do setor em que atuam, outras visam incrementar vendas e lucros. No entanto, existem ainda as empresas que além dos motivos acima, de vendas, lucros e regulamentação, aderem às boas práticas sociais porque possuem uma postura socialmente responsável.

É importante lembrar que a razão de ser de uma entidade privada com fins lucrativos é o lucro, e não há problemas nisso, ao contrário, quanto mais lucro uma empresa socialmente responsável obtém, mais benefícios ela terá condições de oferecer à sociedade.

A pesquisa analisa critérios voltados ao público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade, utilizando como base o questionário elaborado pelo Instituto Ethos, denominado Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, visando determinar qual o grau de sustentabilidade sócio-ambiental da Tractebel Energia. Para isso, uniu o questionário do Instituto Ethos ao método aplicado pelo Sistema Contábil-Gerencial Ambiental – SICOGEA. (PFITSCHER, 2004).

Sendo assim, a pesquisa responde à seguinte pergunta: Qual o grau de sustentabilidade social empresarial da Tractebel Energia S.A.?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a postura sócio-ambiental da Tractebel Energia, determinando o índice de sustentabilidade de cada critério e sub-critério da lista de verificação e o índice de sustentabilidade social empresarial global da Empresa.

1.2.2 Objetivos Específicos

Objetivos específicos:

- Conhecer as políticas de governança corporativa, recursos humanos e meio ambiente, as relações com fornecedores, clientes, comunidade, governo e sociedade;
- Estudar as políticas e os projetos sócio-ambientais implementados e desenvolvidos pela Empresa;
- Identificar as premiações obtidas pela Empresa relacionadas às políticas sócio-ambientais;
- Conhecer e descrever o Programa de Co-Geração de Energia Elétrica da Empresa e a Usina de Co-Geração de Lages/SC.

1.3 JUSTIFICATIVA

Pode-se assistir com uma frequência cada vez maior os distúrbios ecológicos que estão afetando o planeta, resultado de anos de desenvolvimento insustentável. Destruição da camada de ozônio, superaquecimento do planeta, derretimento das geleiras, desmatamentos, extinção de espécies e poluição, atraem cada vez mais a atenção de pesquisadores do mundo inteiro e, de uma forma especial, a atenção também da sociedade, que é afetada diretamente com os resultados dessa depredação.

Segundo pesquisadores, os resultados dessa destruição já são irreversíveis, ou seja, os problemas irão acontecer de uma forma ou de outra. Nicholas Stern, chefe do serviço econômico da Inglaterra, em entrevista à Revista VEJA (edição n.º 1.981, ano 39, n.º 44, de

08/11/2006, O Alerta Global, p. 11-15), relatou que as medidas de redução e prevenção adotadas hoje, somente terão resultado daqui há décadas.

Os resultados de um colapso ambiental podem ser catastróficos não apenas do ponto de vista ecológico, mas econômico também. As regiões afetadas por desastres naturais, levam tempo até restabelecerem a ordem normal da economia local. Os resultados de catástrofes ambientais em proporções mundiais, tendem a ser piores nos países emergentes, países próximos à linha do Equador. Geralmente os países mais pobres têm a maior parte de sua economia baseada em atividades agrícolas, setor bastante vulnerável às alterações climáticas, e também dispõem de menos recursos para investir em infra-estrutura para proteção em caso de catástrofes.

Em outras palavras, os danos causados à natureza irão se refletir também em danos sociais e econômicos para a sociedade como um todo. Logo, a empresa que contribui para a preservação do meio ambiente natural, de modo a evitar essas catástrofes, está contribuindo diretamente para o benefício e o bem-estar social.

De uma forma geral a sociedade tem se posicionado em favor da causa ambiental. Seja na busca por produtos ecologicamente corretos ou evitando consumir produtos de empresas que não têm a responsabilidade ambiental em suas metas, o cenário lentamente está se modificando. As empresas, principais causadoras dos problemas ambientais do planeta, também estão agindo em prol de melhorias ambientais, visando vantagens competitivas, marketing, incentivos do governo, por pressão da própria sociedade ou por ter conhecimento da gravidade da situação. Entretanto, não basta que as diferentes posturas adotadas pelas companhias fiquem no anonimato, é preciso que suas ações sejam divulgadas, para que assim a sociedade exerça o papel de agente fiscalizador.

Nesse contexto, a Contabilidade como sistema de informação, visa informar o que as empresas têm, ou não têm feito, em prol da causa ambiental. Como todo problema ambiental pode vir a se tornar um gasto financeiro, e conseqüentemente afetar o patrimônio das entidades, objeto de estudo da Ciência Contábil, é de interesse de seus usuários que ela esteja atenta a esses fatos.

Diversos ramos da ciência têm um papel a desempenhar na tentativa de reduzir o impacto ambiental e reparar os danos causados até aqui. Para suprir a necessidade de informação de diferentes usuários, foi que a Contabilidade Ambiental surgiu. Ambientalistas, órgãos governamentais, credores, investidores e até mesmo o cidadão comum, encontrarão na Contabilidade uma importante ferramenta para auxiliá-los em suas escolhas e tomadas de decisões.

Como principais agentes causadores dos impactos ambientais, é imprescindível saber a opinião e a postura das empresas frente a esses problemas, e vale lembrar, que esse é um problema da sociedade, de cada indivíduo, e que apenas com uma conscientização geral é que irá se evitar problemas ainda maiores.

No atual contexto da economia mundial, onde países emergentes como o Brasil, que buscam um crescimento econômico cada vez maior, a geração de energia é um fator chave para o sucesso. As empresas de energia precisam prever o crescimento econômico, adaptar-se e antecipar-se a essa necessidade, de forma a ampliar sua capacidade geradora. Conhecido como um setor estratégico, de grande impacto ambiental, é de suma importância saber como as empresas energéticas pretendem ampliar sua capacidade de produção, e o que tem sido feito para minimizar os efeitos nocivos ao meio ambiente.

Beams e Fertig (apud RIBEIRO, 2006, p. 46), afirmam que a Contabilidade deveria refletir, no sentido de informar, o ponto de vista interno da empresa com relação ao meio ambiente. Os autores referem-se ao meio ambiente natural, mas esse horizonte deve ser ampliado. A sociedade é composta de pessoas que necessitam dos recursos naturais para sobreviver, logo, os recursos naturais devem ser preservados tanto quanto os recursos humanos. Ambos são importantes em conjunto, e separadamente não tem o mesmo grau de importância, pois um existe em função do outro. Com base nesse entendimento, é importante ressaltar que o termo “Responsabilidade Social Empresarial”, engloba a responsabilidade das empresas com os recursos naturais e os recursos humanos. Gaspar (2005) conceitua Responsabilidade Social Empresarial como um contínuo e progressivo processo de envolvimento e desenvolvimento da postura de empresa cidadã, tanto no âmbito ambiental quanto no social.

Essa necessidade de informação, quanto à postura e a percepção das empresas em relação ao tema justifica esta pesquisa, que apesar de ter uma abrangência limitada, pode mostrar dados relevantes e sinalizar uma tendência das grandes empresas do setor elétrico brasileiro em face à responsabilidade social empresarial. Com certeza o tema, ainda em constante evolução e debate, está longe de ser esgotado, e dessa forma, a pesquisa pretende enriquecer a discussão acerca do assunto.

1.4 METODOLOGIA

Quanto ao tipo de metodologia de pesquisa, pode-se classificá-la de três maneiras: pesquisa experimental, pesquisa bibliográfica e pesquisa descritiva. Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62) explica cada uma delas

- a) Pesquisa experimental: é aquela em que o pesquisador manipula uma ou mais variáveis, ou seja, o pesquisador interfere na realidade estudada manipulando as variáveis para observar e analisar o que acontece.
- b) Pesquisa bibliográfica: objetiva explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos (livros, revistas, jornais etc.) e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos.
- c) Pesquisa descritiva: objetiva descrever as características de determinado fenômeno ou população, correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem, no entanto, manipulá-los. Implica observação, registro e análise do objeto que está sendo estudado.

Na pesquisa descritiva, o autor não interfere nos dados analisados, apenas coleta, analisa e os interpreta de maneira imparcial, sem manipulações. De acordo com a abordagem feita por Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62), pode-se classificar esta pesquisa como sendo uma pesquisa descritiva. As pesquisas descritivas ainda dividem-se em:

- Estudo exploratório;
- Estudo descritivo;
- Pesquisa de opinião;
- Estudo de caso;
- Pesquisa documental; e
- Pesquisa-ação.

O estudo de caso é caracterizado por uma análise específica, com o objetivo de aprofundar o conhecimento em um determinado caso em particular. Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62) descrevem o estudo como

[...] fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo na vida real, para descrever a totalidade do contexto onde se dão as relações, privilegiando o processo em detrimento dos resultados, na tentativa de captar a evolução do evento, do projeto ou do programa estudado. O estudo de caso é indicado quando se deseja retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima de como ela acontece na realidade e quando se está interessado no que e como está ocorrendo o fenômeno.

O método científico agrupa um conjunto de técnicas e instrumentos utilizados para o desenvolvimento de um determinado estudo, e tem como função dar apoio ao

pesquisador nas atividades inerentes à realização da pesquisa, apresentando de maneira clara e objetiva todas as suas etapas e sistematizando a forma com que o pesquisador compreende e descreve o objeto de análise.

Cada método de pesquisa traz normas específicas para sua elaboração, e de uma forma geral, podem ser classificados em dois grandes métodos: quantitativo e qualitativo. A diferenciação dos métodos se dá no que diz respeito à sistemática de cada um, bem como pela forma de abordagem do problema. (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Richardson (1999, p. 70 e 79) define método quantitativo e qualitativo,

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, de as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir utilidades ou categorias homogêneas.

[...] A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

[...] O desejo de quantificar a todo custo tem levado as Ciências Sociais a investigarem algo que se quantifica mais facilmente, aumento do número de pesquisas que, ao desprezarem elementos quantitativos, apresentam pobreza de resultados. Isto, necessariamente, não quer dizer que a pesquisa quantitativa seja inútil. Significa, simplesmente, que há domínios quantificáveis e outros qualificáveis.

Com base nos conceitos estudados, pode-se classificar esta pesquisa como descritiva, por meio de um estudo de caso único quanto ao tipo de procedimento adotado, com abordagem qualitativa dos dados.

A aplicação do questionário do Instituto Ethos foi a principal ferramenta de coleta de dados para esta pesquisa. Como questionário entende-se “o instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador.” (Beuren e Colauto, apud BEUREN, 2003, p. 130).

Nesta pesquisa seguiu-se o roteiro proposto por Gil (1989), que descreve as etapas de uma pesquisa em geral:

- Formulação do problema;
- Formulação de objetivos;

- Delineamento da pesquisa;
- Operacionalização dos conceitos e variáveis;
- Seleção da amostra;
- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- Coleta de dados;
- Apresentação dos resultados.

Do ponto de vista operacional da pesquisa, analisou-se o questionário, principal fonte de dados da pesquisa e efetuou-se as alterações necessárias objetivando direcionar as perguntas ao setor estudado. Por ser uma empresa de grande porte, é natural que as informações não estejam em poder de apenas um funcionário ou setor. Dessa forma, aplicou-se o questionário a pessoas encarregadas ou indicadas pelos encarregados dos diversos setores da Empresa, conforme a abordagem de cada critério (valores, transparência e governança corporativa; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; e governo e sociedade). Sendo uma Companhia aberta, diversas respostas do questionário estavam disponíveis em material destinado ao público em geral, não havendo a necessidade de resposta direta por parte dos entrevistados. Os questionados responderam aos “Indicadores” e “Indicadores Quantitativos”, adotando a letra “A” para o conceito considerado “Adequado”, “D” para “Deficitário”, “NA” para as questões que não se aplicam ao dia-a-dia da Empresa, e “ND” para as questões “Não Disponíveis”, nos casos em que a Empresa não possuía tal informação ou preferiu não divulgá-la. O “Estágio Atual”, que determina onde a Empresa se enquadra naquele critério ou sub-critério e foi determinado pelo Pesquisador, com base no “Grau de Sustentabilidade”, seguindo a seguinte regra:

Estágio	Descrição	Sustentabilidade	Síntese
1	Representa um estágio básico de ações da empresa, no qual ela ainda se encontra em nível reativo às exigências legais.	0 a 25%	Estágio Básico
2	Representa um estágio intermediário de ações, no qual a empresa mantém uma postura defensiva sobre os temas, mas já começa a encaminhar mudanças e avanços em relação à conformidade de suas práticas.	25,1 a 50%	Estágio Intermediário
3	Representa um estágio avançado de ações, no qual já são reconhecidos os benefícios de ir além da conformidade legal, preparando-se para novas pressões regulamentadoras do mercado, da sociedade etc. A responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável são tidos como estratégicos para o negócio.	50,1 a 75%	Estágio Avançado
4	Representa um estágio proativo, no qual a empresa atingiu padrões consideráveis de excelência em suas práticas, envolvendo fornecedores, consumidores, clientes, a comunidade e também influenciando políticas públicas de interesse da sociedade.	75,1 a 100%	Estágio Proativo
-	Não havíamos tratado antes desse assunto.	-	-
-	Não vemos a aplicação disso em nossa empresa.	-	-

Tabela 1: Metodologia dos Estágios da Sustentabilidade Social Empresarial

Fonte: adaptado de Ethos (2007, p. 5)

Para determinação do “Grau de Sustentabilidade” de cada sub-critério, aplicou-se metodologia de análise e cálculo do SICOGEA, através da fórmula: total de respostas “A” x 100 no numerador e total de questões menos total de respostas “NA” no denominador, conforme demonstração:

$$\text{Grau de Sustentabilidade} = (\text{Respostas “A”} \times 100) / (\text{n.º Questões} - \text{Respostas “NA”})$$

O “Grau de Sustentabilidade” dos critérios foram determinados com base na média de sustentabilidade dos sub-critérios correspondentes. E para a determinação da “Sustentabilidade Global”, calculou-se a média de todos os critérios.

Os “Indicadores Quantitativos” não foram considerados no cálculo do grau de sustentabilidade, apenas servem de informação adicional, dando respaldo para as respostas dos “Indicadores”, sendo que sua ausência não prejudica o resultado obtido. Após determinado o grau de sustentabilidade de cada sub-critério, de cada critério e o grau de sustentabilidade global da Empresa, procedeu-se a análise dos resultados, justificando e apontando os principais motivos de cada percentual obtido.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O estudo de caso reúne informações precisas a respeito de uma vasta gama de assuntos ligados à sustentabilidade, por outro lado, o fato de se estudar um caso específico apenas, constitui-se em uma limitação da pesquisa.

Por ser um ramo de atividade onde concorrem apenas grandes companhias, existe a probabilidade de se seguir uma tendência ao longo do tempo. Como disse Lélío Lauretti, professor de Ética Empresarial e Presidente do Conselho de Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI e membro da Câmara de Arbitragem da Bovespa, em entrevista à Revista Razão Contábil (ano 4, n.º 42, de outubro de 2007, A Ética Além das Palavras, p. 10-17), “há muitas coisas que aparecem em ondas”, referindo-se ao fato de empresas seguirem ações semelhantes adotadas por outras companhias visando não perder espaço no mercado.

Como a Empresa objeto de pesquisa é a maior empresa privada do setor no País, apesar da limitação intrínseca da estratégia de pesquisa adotada neste estudo, seu modelo é seguido pelas demais empresas concorrentes, ainda mais quando boa parte dessas companhias tem ações listadas em bolsa de valores e o valor das ações depende em certo grau da imagem que as empresas constroem perante o investidor e a sociedade. Seguindo esse raciocínio, os resultados da pesquisa refletem a tendência do setor.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

Composto por quatro capítulos distintos, esta Pesquisa apresenta sua introdução composta pelo tema, objetivos, justificativa, metodologia utilizada, limitações da pesquisa e estrutura do trabalho. No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica acerca do tema contábil, características do setor elétrico brasileiro e sustentabilidade. No terceiro capítulo o estudo de caso, composto pelo histórico da Empresa e uma abordagem a respeito dos Indicadores Ethos, os resultados e sua respectiva análise, e por fim, no quarto capítulo, conclusões e sugestões para futuros trabalhos.

Na Fundamentação Teórica, segundo capítulo, aborda-se a Contabilidade, partindo de uma visão macro em direção à estrutura central do trabalho, a Contabilidade Social e Ambiental. É traçado um panorama geral acerca da Ciência Contábil, Contabilidade Social, Contabilidade Ambiental. Apresenta-se o setor elétrico brasileiro, aspectos regulatórios, impacto das usinas geradoras de energia. Nesse capítulo, aborda-se o assunto dos

créditos de carbono, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA e o SICOGEA. No terceiro capítulo é apresentada a pesquisa, feita a análise dos resultados e apresentado o grau de sustentabilidade sócio-ambiental da Empresa, respondendo à pergunta chave do trabalho. No quarto e último capítulo faz-se as conclusões sobre a análise e sugere-se temas para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Contabilidade como um sistema de informação tem ampliado seus horizontes no sentido de suprir as necessidades dos usuários, hoje interessados não apenas em saber a situação econômico-financeira das empresas, mas também em saber de que forma os recursos humanos e naturais da sociedade estão sendo utilizados por essas empresas. A seguir é traçado um panorama geral introdutório acerca da ciência contábil.

2.1 HISTÓRICO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

A Contabilidade tem como objetivo gerar informações para usuários que dela necessitem, analisando e interpretando fatos que afetam o patrimônio das entidades.

O artigo 2.º da Resolução n.º 750 de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, cita a Ciência Contábil como sendo uma Ciência Social, em seu mais amplo sentido, tendo como objeto de estudo o Patrimônio das Entidades.

Segundo o pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, aprovado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM n.º 29/86, “a Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Franco (1997, p. 21) define a Contabilidade como

[...] a ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Iudícibus (1999, p. 35) diz que a Contabilidade não é uma ciência exata, mas uma ciência social, pois o patrimônio das entidades sofre modificações em decorrência de ações humanas, e que utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua ferramenta principal.

Dessa forma, a Contabilidade é uma ciência social, que funciona como um sistema de informação, que visa informar toda e qualquer alteração patrimonial de determinada entidade, seja ela de natureza quantitativa ou qualitativa, aos usuários da

informação contábil, sejam eles a sociedade, acionistas, clientes, fornecedores, credores ou agentes governamentais, por meio de demonstrações, avaliações ou análises contábeis.

A história universal não é capaz de delimitar uma data específica que determine sua aparição. Tão antiga quanto a própria civilização, a Contabilidade surgiu, de forma rudimentar e intuitiva, para suprir a necessidade dos primeiros povos que habitaram o planeta.

Com o surgimento da agricultura, do pastoreio e conseqüentemente da divisão de terras, o homem antigo passou a necessitar de uma forma de controle e avaliação de seus bens, e inventou maneiras de controlar e avaliar sua riqueza individual. Assim, com o aumento do patrimônio, surgiu também a necessidade do controle patrimonial para efeitos de hereditariedade, pois quando algum indivíduo falecia, o patrimônio dessa pessoa não era dissolvido, mas distribuído entre seus familiares, donde surgiu a necessidade de se elaborar inventários patrimoniais.

É comum encontrar em relatos bíblicos, inventários extremamente completos, inclusive com comparações entre períodos, onde é possível constatar aumentos patrimoniais. O livro de Jó, capítulo 42, é um ótimo exemplo.

O marco de desenvolvimento da Contabilidade Moderna foi a adoção do método das partidas dobradas no Século XV, com a publicação da obra do considerado “Pai da Contabilidade”, frei Luca Pacioli, que escreveu “*Tractatus de Computis et Scripturis*” (Contabilidade por Partidas Dobradas). Apesar de não ser o inventor do método, Luca Pacioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci, sistematizou e incentivou o desenvolvimento da Ciência Contábil difundindo o método na Itália e na Europa. (OLIVEIRA, 2005).

A ascensão da Ciência Contábil deu-se na Itália do século XV, pois nesse período, instaurou-se a mercantilização, e as cidades italianas eram o centro mundial do comércio na época. E a exemplo do que ocorreu na Itália, o desenvolvimento contábil acompanha o desenvolvimento econômico dos países, ou seja, quanto mais forte é a economia de um país, mais desenvolvidos serão os métodos contábeis.

Após Paciolo, vários outros estudiosos contribuíram para o desenvolvimento da Contabilidade na Europa, no entanto, em 1920 inicia-se a fase de predominância Norte Americana, favorecida não somente pela sólida economia e política, mas também pela pesquisa e trabalho sério dos órgãos associativos.

O surgimento de grandes empresas multinacionais, com grandes somas de capital, grande desenvolvimento do mercado de ações, dos meios de comunicação proporcionaram um vasto campo de crescimento para a Contabilidade Americana, fazendo com que se tornasse referência mundial.

Além dos motivos econômicos e políticos, Iudicibus (1999, p. 37), cita outros motivos que levaram à ascensão a escola Norte Americana, são eles: a) ênfase ao usuário da Contabilidade; b) ênfase à Contabilidade aplicada; c) importância à auditoria; e, d) universidades em busca de qualidade.

Em meados de 1940, com a inauguração da Faculdade de Economia e Administração da USP – FEA/USP, a escola norte americana começou a infiltrar-se no Brasil, que até então era adepto aos ensinamentos da Escola Européia.

Atualmente, a Contabilidade caminha para uma harmonização mundial, o que já pode ser notado com a adoção, por alguns países e algumas empresas, das Normas Internacionais de Contabilidade, baseadas fortemente em técnicas e princípios norte americanos.

Silva, Madeira e Assis (2004, p. 126), falam a respeito da necessidade de harmonização, onde

A criação de blocos econômicos, como a União Européia, o Nafta, o Mercosul, constitui outro importante fator para a harmonização das práticas contábeis. À medida que as empresas pertencentes aos países integrantes desses blocos passem a adaptar as suas operações a esse contexto transnacional, aumenta a necessidade de que essas operações obedeçam a um sistema de registro contábil e de apresentação de informações também integrado e harmonizado.

Com a globalização, se faz necessário a aplicação de procedimentos contábeis uniformes entre as empresas, que muitas vezes precisam contabilizar seus eventos de acordo com as técnicas contábeis da matriz, localizada em um país, e a filial em outro, com exigências divergentes, o que acarreta um árduo trabalho para os contabilistas. Assim, ressalta-se a necessidade de análises comparativas entre empresas de diversos países, não sendo possível se as empresas adotam critérios de contabilização, normas fiscais e contábeis divergentes.

2.2 CONTABILIDADE SOCIAL

Com o passar do tempo e com a evolução da Contabilidade, esta assumiu o papel que lhe cabe, não somente o de evidenciar e acompanhar a evolução do patrimônio de uma entidade, mas um papel propriamente social, aplicado à sociedade, o de acompanhar, analisar e demonstrar as mudanças e os impactos gerados pela empresa na sociedade ao seu redor, utilizando como ferramenta principal de evidenciação, o Balanço Social.

A iniciativa da sociedade que resultou na mobilização das empresas em elaborar e publicar o balanço social ocorreu nos Estados Unidos e Europa, em meados da década de 60. Naquela época, a população em protesto à Guerra do Vietnã, deu início a um movimento de boicote aos produtos fabricados por empresas que patrocinavam ou que estavam ligadas ao conflito. (ETHOS, 2007).

Várias foram as manifestações na tentativa de desenvolver um mecanismo de informação para os problemas e atitudes de cunho social em nível mundial. As primeiras iniciativas concretas na área da Contabilidade Social, surgiram na França, em 1977, com a publicação dos primeiros Balanços Sociais, voltados às ações da empresa na área dos recursos humanos. (RIBEIRO, 2006, p. 9). Tais iniciativas se deram em função da exigência e da necessidade da própria sociedade em conhecer os atos das empresas com relação num primeiro momento, apenas aos recursos gastos em prol de seus funcionários.

No Brasil, com o auxílio de diversas organizações, pesquisadores e políticos, surgem também na década de 70 as primeiras iniciativas inerentes ao Balanço Social, que demonstravam a relação Empresa *versus* Função Social. A responsabilidade social, que era papel a ser desempenhado pelo governo, a partir de então passa a ser responsabilidade também das empresas, não em função de dispositivos legais, mas em face da demanda da sociedade.

Como diversas empresas começaram a desempenhar de forma atuante, uma postura socialmente responsável, outras empresas se viram também na obrigação de acompanhar essa tendência, por iniciativa própria ou para não perder espaço para os concorrentes, que passaram a utilizar, apesar de não admitirem, a divulgação do Balanço Social como uma forma de marketing.

Segundo Pinto e Ribeiro (2004, p. 22)

A empresa, para atingir seus fins, consome recursos naturais; utiliza capitais financeiros e tecnológicos; utiliza, também, a capacidade de trabalho da comunidade em que está inserida e, por fim, subsiste em função da organização do Estado. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence – a empresa é uma célula da sociedade – portanto, deve, em troca, no mínimo, prestar-lhe contas da eficiência com que usa esses recursos.

Dessa forma, a empresa continua sendo um agente econômico que visa lucro e a geração de riqueza. Mas, além de agente econômico é também um agente social, que tem a obrigação de prestar contas aos demais indivíduos da sociedade na qual está inserida, de como está aplicando os recursos dessa sociedade na manutenção de obrigações implícitas, tais como

preservação e recuperação do meio ambiente, capacitação de pessoas, geração de empregos, investimentos em processos produtivos em consonância com as normas de preservação ambiental, programas sociais para jovens trabalhadores, planos e benefícios para funcionários entre outras.

2.2.1 Balanço Social

O principal objetivo do Balanço Social é informar aos usuários sobre as ações da empresa no meio social e ambiental. A prática de publicação do Balanço Social é um instrumento que auxilia na incorporação de posturas éticas e transparentes por parte das organizações.

Segundo o Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007 (ETHOS, 2007, p. 11)

O Balanço Social é um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da empresa. Ele amplia seu diálogo com os públicos com os quais a empresa se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro. O balanço social ainda permite que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus públicos de interesse.

O Balanço Social expressa o compromisso que a empresa assume perante a sociedade, de forma que deve prestar contas desse compromisso, no tangente ao uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos beneficiários da sociedade onde atua. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000, p. 31).

Tinoco e Kraemer (2004, p. 14) trazem Balanço Social como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.”

Para Kroetz (1999, p. 12), balanço social

[...] representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana, social e ecológica. Sendo que, os efeitos dessa interação dirigem-se aos gestores, aos empregados e a comunidade, no espaço temporal passado/presente/futuro, tornando-se parte integrante da Contabilidade Social, configurando-se numa demonstração para a sociedade e não da sociedade.

Atualmente ouve-se muito falar em responsabilidade social, balanço social, desenvolvimento sustentável nas empresas, porém, os temas são recentes e em constante evolução. O desenvolvimento do Balanço Social está diretamente ligado à Contabilidade Social, justamente por esse ser a principal ferramenta informativa da Ciência.

Na década de 70 no Brasil, em virtude da demanda da sociedade em conhecer o que as empresas estavam fazendo em prol do social, pode-se perceber os primeiros passos da Contabilidade Social. No quadro 1 são relatados os principais eventos históricos que contribuíram para o atual estágio de Responsabilidade Social e Contabilidade Social no mundo:

Ano	Fato
1919	A Constituição de Weimar (Alemanha) inaugura a idéia de “função social na propriedade”.
Década 60	Surgem nos Estados Unidos, movimentos pela responsabilidade social.
	A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa – ADCE lança no Brasil a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”.
Década 70	Em 1972 com a Resolução de 1721 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas – ONU, iniciam-se estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e sua interferência nas relações internacionais, e discute-se a criação de um código de conduta dirigido às empresas transnacionais.
	Ainda em 1972, a empresa Singer publica o que foi reconhecido como o primeiro balanço social no mundo.
	Nos Estados Unidos, Europa e América Latina diversos estudos sugerem modelos de balanço social.
	Na França em 1977 a Lei n.º 77.769/77 determina a publicação do Balanço Social, voltado para relações do trabalho.
	Em 1978, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES apresenta uma proposta de Balanço Social.
Década 80	Em 1980 a FIDES organiza o Seminário Internacional sobre Balanço Social e lança o livro Balanço Social na América Latina.
	É fundado em 1981 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.
	A Nitrofertil elabora o primeiro Balanço Social do Brasil.
	Em 1985 em Portugal, a Lei n.º 141/85 torna obrigatória a apresentação de Balanço Social por empresas com mais de 100 empregados.
	No período de 1986 a 1994 um grupo internacional criado por lideranças econômicas na Europa, Estados Unidos e Japão, o <i>The Caux Round Table</i> (Mesa Redonda de Caux), desenvolve e dissemina princípios éticos para negócios, <i>The Caux Round Table: Principles for Business</i> .
	Em 1990, o <i>Domini 400 Social Index</i> não permite a participação de empresas envolvidas com tabaco, álcool, armas, jogo e geração de energia nuclear.
	Em 1992 a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como a Eco-92, cria a Agenda 21, documento que traduz o compromisso das nações com a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século.

Década 90	<p>Em 1992, é criada em decorrência da Eco-92, a norma ISO 14000, que estabelece diretrizes para a gestão ambiental.</p> <p>Em 1996 é fundado o <i>Institute of Social and Ethical Accountability – ISEA</i>, com o objetivo de promover inovações em prestações de contas como forma de estimular o avanço de práticas de responsabilidade social empresarial, assim como maior transparência por parte das organizações públicas da sociedade civil.</p> <p>Ainda em 1996 na Dinamarca, uma lei que obriga que algumas empresas com ações na bolsa de valores publiquem balanço ambiental, sujeitos à auditoria externa.</p> <p>Em 1997 é fundada a <i>Global Reporting Initiative – GRI</i>, movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios ambientais, econômicos e sociais publicados pelas empresas.</p> <p>A <i>Social Accountability International – SAI</i>, cria em 1997 a SA8000, norma de certificação voltada para condições de trabalho.</p> <p>Projeto de Lei n.º 3.116/97, pretende estabelecer a obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social por entidades públicas e empresas.</p> <p>Ainda em 1997, Herbert de Souza (Betinho) e o Ibase promovem eventos e propõem um modelo de balanço social e incentivam sua publicação.</p> <p>Em 1998 é fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.</p> <p>A Lei n.º 8.116/98 cria um modelo de balanço social para as empresas estabelecidas no município de Porto Alegre/RS.</p> <p>É realizada a 1.ª Conferência Nacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.</p> <p>Na Holanda surge uma lei que determina que empresas pertencentes a determinados de setores de risco publiquem um relatório ambiental.</p> <p>A Câmara Municipal de São Paulo lança o selo “Empresa Cidadã”, a fim de premiar empresas com balanços sociais de qualidade.</p> <p>Em 1999 é criado nos Estados Unidos o <i>Dow Jones Sustainability Index</i>, primeiro índice a avaliar o desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade.</p>
Década 00	<p>A ONU promove o <i>Global Compact</i> (Pacto Global), que implementa dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.</p> <p>Em 2002 na França, é criada uma lei que exige que as empresas com ações na bolsa incluam em seus relatórios anuais informações sobre “as consequências sociais e ambientais”.</p> <p>Em 2005 é lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, ferramenta comparativa que analisa o desempenho das empresas listadas na BOVESPA sob o aspecto de sustentabilidade corporativa.</p>

Tabela 2: Linha do Tempo Contabilidade e Responsabilidade Social

Fonte: adaptado de Ethos (2007, p. 12)

Mesmo com a importância do relatório para a sociedade, o Balanço Social não é obrigatório no Brasil, porém, cresce cada vez mais o número de empresas que publica essa demonstração voluntariamente.

Somente nos balanços sociais baseados no modelo do Ibase, segundo dados do próprio Instituto, o número de empresas que divulgaram o balanço social passou de 21 em 1997, para 200 em 2005. Veja detalhe na figura 1:

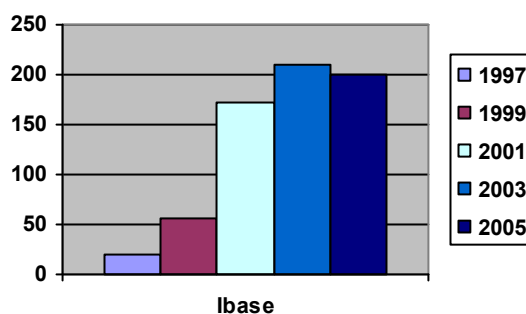


Figura 1: Crescimento da Utilização do Balanço Social Ibase no Brasil

Fonte: Ibase

Em nível mundial, os balanços sociais divulgados com base no modelo GRI, de 1999 a 2006, passaram de 4 para 1000 empresas, segundo informações da GRI. No Brasil 21 empresas utilizam o modelo internacional para elaboração do balanço social.

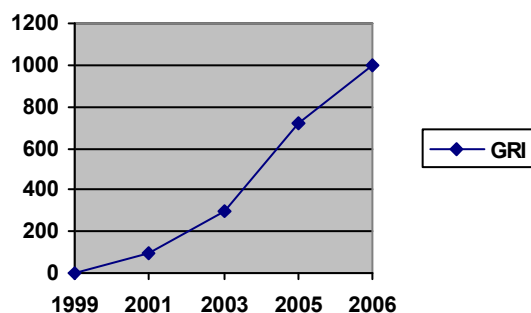


Figura 2: Crescimento Mundial da utilização do Balanço Social GRI

Fonte: GRI

Existe uma corrente de estudiosos que é contra a obrigatoriedade de publicação do balanço social e informações de cunho social. Kroetz (1999, p. 16) afirma

Quanto à imposição legal da demonstração do Balanço Social, acredita-se pelos estudos e pesquisas realizadas, que a obrigatoriedade não contribui efetivamente para a evolução da responsabilidade social e ecológica das entidades, sendo recomendável demonstrar a relevância de sua preparação e divulgação, aos administradores e demais usuários.

Ainda sobre a obrigatoriedade, Lauretti (2007, p. 11) que reflete uma importante opinião acerca do tema, afirma que é contrário à obrigatoriedade de se publicar balanços.

Ainda citando Lauretti (2007, p. 14), referindo-se à diferença entre discurso e prática adotada por algumas empresas, mencionou a seguinte frase de autoria do pensador francês do século XIX, François de La Roche-foucauld: “A hipocrisia é uma homenagem que o mal presta à virtude”. Ou seja, obrigatório ou não, o que importa é que sejam publicados, com informações fidedignas e relevantes.

Merece atenção especial das empresas e dos profissionais da Contabilidade, o tipo de informação divulgada nos Balanços Sociais. Comumente vêem-se informações positivas a respeito de seu desempenho social, deixando de lado informações relevantes, mas com desempenho desfavorável. Pode inclusive, soar um tanto estranho para o usuário que a empresa venha demonstrar seus pontos negativos. No entanto, não se entenda pontos a serem trabalhados e desenvolvidos como pontos negativos. Segundo Kroetz (1999, p. 14)

Observa-se ainda, que a demonstração de informações consideradas negativas não constitui prática comum entre os balanços divulgados.
[...] Muitos administradores podem ficar com receio de divulgar indicadores que demonstrem fraquezas organizacionais, porém cabe diagnosticar tais eventos e procurar solucionar ou prevenir novas ocorrências desfavoráveis.
Assim, no Balanço Social, seria possível apresentar indicadores como absenteísmo, número de acidentes de trabalho, multas, número de reclamações de clientes e outros, numa forma evolutiva, ou seja, demonstrando que a entidade preocupada com tais influências vem desencadeando ações com a intenção de reverter e/ou melhorar esse cenário.

De forma obrigatória ou não, deve a empresa publicar o balanço social, demonstrando todas as informações relevantes relacionadas à sustentabilidade social empresarial, sejam elas positivas ou negativas. Deve mostrar que está preocupada com os indicadores com baixo desempenho, e que, de forma atuante e presente, tenta minimizar esses problemas. Não omitindo tais informações e adotando medidas para saná-las, estará a empresa assumindo uma postura ética perante acionistas, público interno e comunidade.

2.2.2 Modelos de Balanço Social

Não existe um modelo ou padrão definido no Brasil, existem sim, modelos elaborados por instituições não governamentais que estão disponíveis para utilização das empresas interessadas em divulgar relatórios sociais. Mesmo assim, algumas empresas preferem adotar seus próprios modelos ou adaptarem os modelos existentes à sua realidade.

Independente de qual modelo utilizar, as empresas devem divulgar no balanço social, informações de natureza contábil, social e ambiental, de modo a informar qual a postura da empresa com relação à sua política interna, como possibilita qualidade de vida aos colaboradores, ações para minimizar ou cessar os impactos ao meio ambiente, os investimentos e contribuições para a sociedade, sejam esses indicadores positivos ou não.

São três os modelos mais utilizados atualmente no Brasil: a) Ethos; b) Ibase; e, c) GRI.

a) Modelo Ethos

O Instituto Ethos publica o Guia para Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, guia para a elaboração do balanço social. Com o auxílio dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, que delimitam o campo do relatório, abordando temas como valores, transparência, governança corporativa, público interno, meio ambiente, fornecedores, clientes, comunidade, governo e sociedade. Baseado no modelo GRI, apesar de mais simplificado que o modelo internacional. Os Indicadores Ethos demandam quantidade significativa de horas de trabalho para sua elaboração, abordando os temas de forma bastante detalhada, apresentando informações de exercícios anteriores e metas para os subseqüentes. (GONZALEZ, 2007, p. 26).

Este tópico será tratado com mais propriedade em tópico específico do Estudo de Caso, no capítulo 3.

b) Modelo Ibase

Lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o modelo foi revisado em três ocasiões, porém seu formato não foi alterado. Tem como objetivo informar sobre os investimentos internos e externos relacionado à responsabilidade social empresarial das companhias que o publicam. É o modelo mais utilizado nacionalmente, devido à sua linguagem de fácil entendimento e simplicidade de elaboração.

O modelo é composto por sete categorias, sendo 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, fazendo referências aos dois exercícios sociais anteriores à publicação. Baseado nas informações do Guia para Elaboração do Balanço Social, do Instituto Ethos, faz-se uma introdução de cada indicador do Balanço Social do Ibase:

- **Base de Cálculo:** composta por três indicadores que servirão de base para todos os outros, composta por: receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta.
- **Indicadores Sociais Internos:** investimentos voltados ao público interno, como alimentação, encargos sociais, previdência privada, saúde, educação, cultura, desenvolvimento profissional, participação nos lucros e resultados etc.
- **Indicadores Sociais Externos:** todos os investimentos voltados à comunidade, como educação, cultura, saúde, lazer, esporte, creches etc.
- **Indicadores Ambientais:** indicadores pelos quais a empresa demonstra suas ações relacionadas ao meio ambiente, seja na recuperação ou preservação dos danos causados em virtude de seus processos produtivos, ou para as ações de iniciativa voluntária da empresa, não relacionadas à produção.
- **Indicadores do Corpo Funcional:** esse indicador demonstra como é a relação empresa x colaboradores, evidenciando ações relacionadas à saúde, valorização da diversidade, alimentação, lazer, previdência privada, desenvolvimento profissional etc.
- **Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial:** ações relevantes relacionadas com os públicos de maior interesse da empresa, com ênfase maior no corpo funcional. Evidenciação de suas políticas e posturas de responsabilidade social. No modelo Ibase, esse indicador está relacionado à responsabilidade social, mais voltado para às práticas da gestão empresarial.
- **Outras Informações:** nesse espaço deve a empresa inserir informações que julgar relevante e não estejam contidas nos outros indicadores. Pode também nesse item divulgar identificação e classificação, contendo dados a respeito de como entrar em contato com a empresa e respectivo responsável pelas informações.

O Ibase disponibiliza ainda o balanço social específico para algumas empresas, conforme o setor de atuação, porte etc. Na figura 3, o modelo padrão do balanço social do Ibase:


Balanço Social Anual / 2006						
<div style="text-align: right;">  </div>						
Empresa:						
1 - Base de Cálculo	2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006			2005		
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:			Em 2005:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo	% colaboradores(as)	% acionistas	% governo	% colaboradores(as)	% acionistas
	% terceiros	% retido		% terceiros	% retido	
7 - Outras Informações						

Figura 3: Balanço Social Modelo Ibase
Fonte: Ibase

b) Modelo GRI

Considerado de difícil elaboração, o modelo do *Global Reporting Initiative* – GRI foi criado em 1997, cujo objetivo é aprimorar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, permitindo a comparabilidade independentemente do porte, localização geográfica ou setor em que a empresa atua.

No início, diversos usuários do modelo contribuíram com sugestões de melhorias para o relatório, dentre elas a redução do número de indicadores e a criação de diretrizes que direcionassem a coleta das informações. Assim, foi criado em 2006 o modelo que se denominou G3, a terceira geração das diretrizes. (ETHOS, 2007, p.15).

A proposta de padronização em nível mundial é um grande atrativo para a utilização do modelo, motivo pelo qual a divulgação com base nesse padrão tem crescido mundialmente. A Estrutura de Relatórios da GRI, segundo conteúdo pesquisado em Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006, p. 3), traz o seguinte entendimento em relação aos seus objetivos, de que

A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade.

Ethos (2007, p. 17) afirma que “a uniformização por meio de um padrão único de elaboração é extremamente positiva, uma vez que possibilita uma maior e mais exata comparação entre diversas organizações nos diversos contextos nos quais estão situadas.”

Para elaboração dos relatórios os seguintes passos devem ser observados para uma melhor compreensão:

a) Princípios e Orientações

- Definição do Conteúdo do relatório;
- Observância dos Princípios para assegurar a qualidade das informações;
- Definição do Limite do relatório.

b) Conteúdo do Relatório

- Informações acerca do Perfil da organização;
- Informações sobre Desempenho Econômico;
- Desempenho Ambiental;
- Desempenho Social;

- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente;
- Direitos Humanos;
- Sociedade;
- Responsabilidade pelo Produto.

A figura 4 mostra de forma sintetizada o processo de elaboração do relatório:

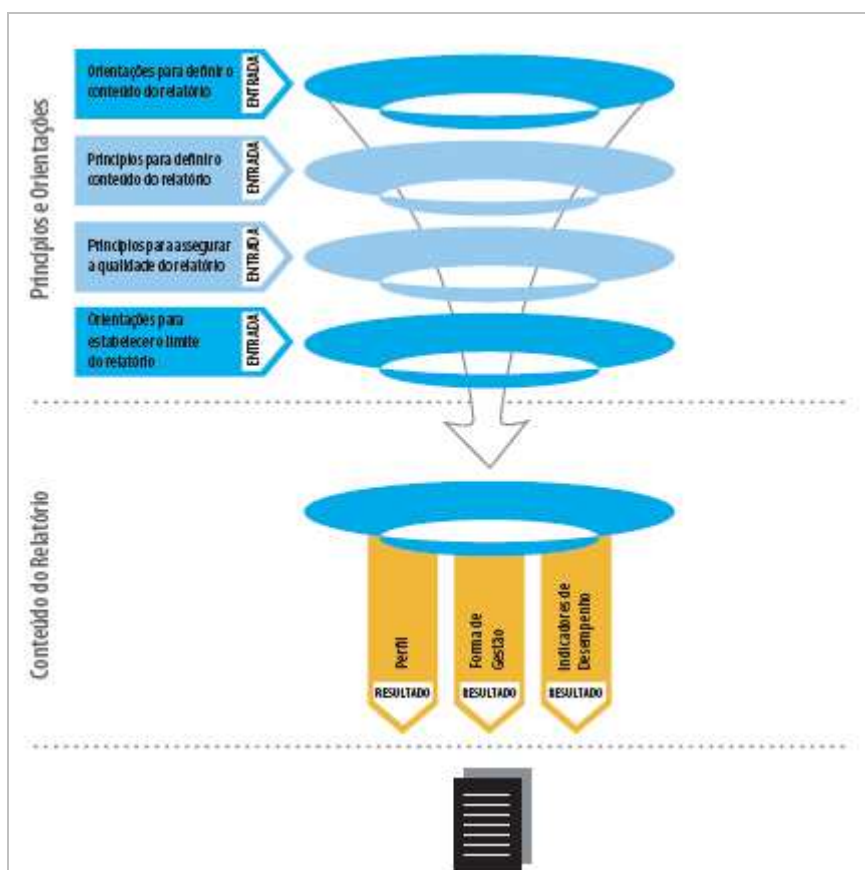


Figura 4: Processo Elaboração do Relatório GRI
Fonte: GRI (2006, p.4)

A metodologia de elaboração determina a observância de alguns elementos que visam orientar as empresas na elaboração dos relatórios:

- **Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI:** compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho, importantes para definição do conteúdo central do relatório.
- **Protocolos de Indicadores:** explicam e orientam o relator a respeito de como responder cada um dos indicadores, mostrando sua relevância. Traz ainda definição de termos utilizados, orientações para documentação e referências para aprofundamento sobre o entendimento da questão.

- **Suplementos Setoriais:** de forma a complementar as Diretrizes, os Suplementos Setoriais trazem a abordagem do tema para dentro de um setor específico, levando em consideração características mais pontuais. Até 2006 os setores abrangidos pelos Suplementos Setoriais eram o de serviços financeiros, logística e transporte, mineração e metais, agências públicas, turismo, telecomunicações e indústria automobilística.
- **Anexos Nacionais:** visando levar em conta as especificidades de cada país, a GRI aborda como complemento das Diretrizes, os Anexos Nacionais, que trazem questões específicas de cada nacionalidade.

Os Princípios GRI, que devem ser utilizados na elaboração dos Relatórios, são divididos em (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2006, p. 8)

- **Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório**
 - **Materialidade:** devem refletir as questões relevantes, que tenham impacto significativo na decisão dos *stakeholders*, relacionados aos aspectos ambientais, econômicos e sociais da entidade.
 - **Inclusão dos Stakeholders:** a organização deve identificar seus *stakeholders* de forma a elaborar as informações que os interessem, atendendo suas expectativas, no entanto, deve atentar para prestar contas a todos os usuários da informação, não apenas os principais.
 - **Contexto da Sustentabilidade:** O relatório deve apresentar informações que permitam o usuário comparar os objetivos estratégicos da companhia com os resultados alcançados levando em conta a questão da sustentabilidade.
 - **Abrangência:** esse Princípio determina as dimensões de “escopo”, “limite” e “tempo” das informações. O “escopo” determina o tema do relatório bem como seus usuários. “Limite” está relacionado com as operações da empresa e sua influência sobre outras organizações, e “tempo” diz respeito ao fato de as informações estarem completas dentro do período estipulado no relatório.
- **Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório**
 - **Equilíbrio:** As informações devem ser evidenciadas independentemente de serem favoráveis ou desfavoráveis à imagem ou situação da empresa.

- **Comparabilidade:** Determina que a empresa mantenha métodos que possibilitem a comparação de forma consistente das informações, com períodos anteriores.
- **Exatidão:** As informações precisam ser exatas e detalhadas, sem alterações de conteúdo ou forma.
- **Periodicidade:** Para que os usuários possam utilizá-los em seus processos de decisão, é necessário que a empresa divulgue de maneira periódica os relatórios. Se possível, coincidir a publicação e os períodos a que se referem os relatórios de sustentabilidade com os dos relatórios financeiros.
- **Clareza:** O objetivo básico de um relatório contábil é informar algo a alguém. Para que isso ocorra, as informações precisam ser assimiladas por quem as utiliza, assim, é necessário que sejam evidenciadas de maneira clara e compreensível, sendo acessíveis aos usuários.
- **Confiabilidade:** Para que a informação seja confiável, os *stakeholders* precisam ter certeza de que as informações e os processos foram coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados, de forma a permitir a sua revisão, garantindo assim, sua confiabilidade.

O Relatório é dividido em três seções, conforme o tipo de informação. As Diretrizes classificam essas informações em três categorias:

- **Perfil:** perfil da companhia num contexto geral, como estratégia, visão etc.
- **Forma de Gestão:** relata como a companhia trata do tema em questão.
- **Indicadores de Desempenho:** informações que permitem a comparação, sobre desempenho econômico, ambiental e social da organização.

Segundo Gonzalez (2007, p. 2) “A complexidade do modelo é elevada, e o tempo para construção, análise e contextualização explicativa de conteúdo, ponderável. A empresa que decidir adotar o modelo GRI deverá constituir um grupo de trabalho bem coeso e dispor de tempo.”

Assim, o modelo da GRI é bastante detalhado e permite a comparabilidade em nível internacional, porém, demanda alto nível de qualificação para os elaboradores e muitas horas de trabalho.

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental, apesar de estar em constante evolução, não é uma nova ciência, e sim uma modelagem da Contabilidade tradicional. Ribeiro (2006, p. 45) afirma que adaptando o objetivo da Contabilidade tradicional, pode-se definir o objetivo da Contabilidade Ambiental como sendo a tarefa de “identificar, mensurar, esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.”

Assim, a Contabilidade Ambiental apresenta as informações de natureza ambiental de forma segregada, informando como a companhia se relaciona com o meio ambiente, e é necessário que os eventos econômico-financeiros relacionados com o meio ambiente sejam identificados, mensurados e contabilizados, seguindo o exemplo da Contabilidade tradicional.

Segundo Souza e Ribeiro (2004, p. 56)

A Contabilidade assume, diante essa contextualização, papel fundamental de subsídio a todos os agentes envolvidos no processo. Esta deve auxiliar os administradores no que tange ao gerenciamento empresarial das relações com o meio ambiente, por ser considerada, atualmente, uma das principais ferramentas de gestão de negócios. Cabe a ela a elaboração e fornecimento de informações aos usuários internos e externos sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial das entidades.

Conforme Beams e Fertig (apud RIBEIRO, 2006, p. 46), “[...] se o processo operacional das atividades econômicas atinge o meio ambiente, e a contabilidade é, pelo menos, em parte, responsável por isso, e deveria refletir, assim, o ponto de vista interno da empresa, bem como sua atuação na sociedade e contribuições para esta.” Beams e Fertig publicaram o livro que contém esse texto, em 1974, o que reforça a idéia de que a discussão acerca da Contabilidade Ambiental não é recente. Note-se que no texto é dada importância ao “ponto de vista interno da empresa”, pois dessa forma seria possível deduzir qual sua postura em relação ao meio ambiente, e comparar, por meio das informações geradas pela Contabilidade, se as intenções da empresa condizem com suas ações.

Mesmo com a mudança de atitude, por parte da sociedade em geral e de algumas empresas, com relação aos problemas ambientais, a Contabilidade Ambiental enfrenta problemas inerentes à evidenciação de algumas informações. Boa parte do empresariado brasileiro teme ou evita divulgar informações sobre atividades poluentes de sua empresa, e

um dos principais motivos pelo qual isso acontece, é o receio quanto à utilização dessas informações, que na maioria das vezes funcionam como instrumento de pressão da sociedade, órgãos do governo, ambientalistas ou empresas concorrentes. Com o objetivo de vencer esse obstáculo, faz-se necessário ressaltar a essência do conceito de responsabilidade social da empresa com relação à sociedade onde atua, agindo não como ente marginal da sociedade, mas como parte integrante dela.

2.3.1 Ativos Ambientais

A Contabilidade Financeira traz o patrimônio de uma entidade como o conjunto de bens, direitos e obrigações. Para que um item seja classificado como Ativo (conjunto de bens e direitos), ele deve ser de propriedade da Entidade, ou a entidade ter o controle ou direito de uso do bem ou direito; deve ser mensurável em moeda; e deve ter a possibilidade de gerar benefícios econômicos futuros. O *Financial Accounting Standards Board - FASB*, por meio do FAS n.º 6 (apud RIBEIRO, 2006, p. 60), considera ativo como “os prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados pela empresa, como resultado de um evento ou transação passada.”

Ribeiro (2006, p. 61), acerca dos itens que compõem o ativo circulante, sendo

Os estoques classificados no Ativo Circulante ou no Realizável a Longo Prazo são bens tangíveis mantidos para venda ou consumo no curso das atividades normais da empresa, prontos ou em processo de acabamento. Já o Ativo Permanente representa as aplicações de recursos em elementos de longa durabilidade, utilizados para operacionalizar a entidade por mais de um exercício social. São itens de baixa liquidez, ou seja, dificilmente são vendidos, haja vista que uma das condições necessárias, para qualquer elemento ser classificado nesse grupo, é a ausência da intenção de venda. Os recursos que visem dar operacionalidade à empresa, por sua vez, serão classificados no subgrupo Imobilizado. Se esses recursos não tiverem como objetivo a manutenção da sua atividade, serão agregados no subgrupo Investimentos, enquanto os gastos relativos às despesas na formação do resultado de exercícios futuros serão contabilizados no Ativo Diferido.

Ativo Ambiental, a exemplo do Ativo da Contabilidade financeira, são todos os bens e direitos possuídos pela empresa, que tenham capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e que estejam ligados de alguma forma à preservação, proteção e recuperação ambiental. (RIBEIRO, 2006, p. 61).

Com o objetivo de dar ênfase ao processo de sustentabilidade das empresas, os itens relacionados ao Ativo Ambiental devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis, visando a transparência das ações e permitindo aos usuários que

avaliem e comparem os dados com os demais itens que compõem o Balanço Patrimonial, conforme sugere Ribeiro (2006), e que apresenta a seguinte classificação para os itens do Ativo Ambiental:

- **Estoques:** nesta conta devem ser classificados os insumos adicionáveis ao processo produtivo, que visem eliminar, reduzir ou controlar os níveis de emissão de resíduos, ou materiais para a recuperação ou reparos de ambientes afetados. Poderia ser criado um grupo chamado de Insumos Ambientais.
- **Permanente:** gastos de natureza ambiental que possam beneficiar períodos futuros devem ser classificados em Imobilizado e Diferido, subgrupos do ativo permanente.
- **Imobilizado:** todos os gastos com máquinas, equipamentos e instalações que visem benfeitorias ambientais, deveriam ser classificados em uma conta de Imobilizado Ambiental, destacado dos demais itens. Segundo a ONU (apud RIBEIRO, 2006, p. 63), gastos que resultem em benefícios econômicos futuros, devem ser contabilizados como Imobilizado e amortizado no resultado dos períodos em que tais benefícios ocorrerão, podendo ser capitalizados quando forem feitos por razões ambientais ou de segurança, mesmo que não assegurem aumento dos benefícios futuros, mas que no entanto, sejam necessários para assegurar que a empresa obtenha ou continue a obter os benefícios de outros ativos.
- **Diferido:** devem ser classificados no Ativo Diferido Ambiental, os investimentos de longo prazo em pesquisa e desenvolvimento, que tiverem estreita relação com receitas de específicos períodos futuros, relacionados ao meio ambiente.

Apesar de não relatado nos registros contábeis, o *Goodwill*, que pode ser entendido como o potencial econômico não registrado pela Contabilidade, mas que é levado em conta em caso de uma negociação de venda, é extremamente importante para as empresas, pois pode ter seu valor alterado em razão da postura da empresa em relação aos problemas ambientais. Ribeiro (2006, p. 69), define *Goodwill* como

[...] a diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos. O *goodwill* poderá se formar, a partir da expectativa de lucros acima do que seria normal, em decorrência de reputação entre clientes, fornecedores, empregados e comunidade, vantagens quanto à localização, *know-how* ou outros fatores.

Pode-se dizer então, que Ativo Ambiental são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental. Ou seja, são todos os bens e direitos que visam a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, e que devem ser classificados de forma segregada no balanço, em contas específicas, de acordo com a sua natureza, objetivando melhorar a avaliação dos usuários em relação às ações de cunho ambiental da empresa.

2.3.2 Passivos Ambientais

Na Contabilidade tradicional o conceito de passivo evoluiu com o passar do tempo. “Passivos eram vistos como obrigações que exigiam a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência de transações passadas ou presentes”, segundo Sprouse, Moonitz, 1962, p. 54. (apud RIBEIRO, 2006, p. 72).

Ribeiro (2006) afirma que o FASB, por meio da norma FAS n.º 6, em seu parágrafo 35, adotou um conceito que vai ao encontro de um estudo feito por Eliseu Martins (Martins, 1972, p. 50, apud RIBEIRO, 2006, p. 73), que diz que o passivo é o “provável sacrifício de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de transferir ativos ou prestar serviços no futuro, como resultado de uma transação ou evento passado.” Vale ressaltar, que a expressão “obrigação” utilizada não se refere apenas a obrigações legais, mas também a obrigações de cunho social, logo, também ambiental.

Nesta perspectiva, passivos são obrigações presentes, referentes à eventos passados ou presentes, sendo que o cumprimento dessas obrigações se dará em um momento futuro, mesmo que não possa ser precisamente determinado.

Nem sempre o valor do passivo pode ser facilmente determinado, e, quando isso acontece, dois possíveis tratamentos são utilizados: estimativa de valor; ou quando nem mesmo por estimativa o valor não puder ser indicado, omissão do valor no grupo do passivo. Caso o último caso prevaleça, exaustiva explicação em notas explicativas deve ser feita, relatando os motivos que levaram a tal atitude.

Fazendo uma ligação do conceito tradicional de passivo com a problemática ambiental, Ribeiro (2006, p. 76) relata que

[...] Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Segundo Santos, Silva e Souza (2001, p. 92), passivo ambiental “é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.”

As obrigações que irão compor o passivo ambiental podem ter origens diversas, segundo Ribeiro (2006, p. 78): a) Legal: quando tem sua obrigatoriedade regida por dispositivos legais, tais como legislações, normas etc; b) Justas: quando a recuperação por algum dano causado não tem respaldo na legislação, mas mesmo assim, por fatores éticos e morais, a empresa assume os custos inerentes ao fato; c) Construtivas: quando a empresa assume uma postura de empresa-cidadã, ou seja, extrapolando as obrigações legais e indo além ou muito além de sua obrigação, agindo também em prol da prevenção de futuros danos ao meio ambiente e conseqüentemente do bem estar da sociedade.

Quando não for possível determinar o exato valor das obrigações relativas ao passivo ambiental, deve-se fazer uma estimativa, que são previsões de valores a respeito da expectativa de eventos que irão ocorrer. É importante ter um valor, mesmo que não seja exato, dos gastos que a empresa terá de efetuar, o que demonstra o empenho no cumprimento de sua responsabilidade sócio-ambiental.

Quanto ao momento do fato gerador de uma obrigação ambiental, este ocorre quando a empresa tem conhecimento da responsabilidade sobre o problema causado, uma vez que nem sempre a ciência do fato é imediata, ainda que sem a devida certeza ou estimativa de seu valor preciso. Esse procedimento nada mais é que o princípio contábil da Competência. Quando há incertezas sobre o valor ou fato gerador, alguns países utilizam a expressão *Provisão para Obrigações Ambientais*. (Organização das Nações Unidas, 1998, p. 5, apud RIBEIRO, 2006, p. 79).

O *International Accounting Standards* – IAS 37 (Ferreira, 2000, p. 115, apud SANTOS, SILVA E SOUZA 2001, p. 92), determina que um passivo ambiental deva atender a três requisitos

- 1) O primeiro deles é de que a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos.
- 2) O segundo requisito é o de que é provável que recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer.
- 3) O terceiro requisito é o de que o montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com suficiente segurança.

Em síntese, Passivo Ambiental têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem ser considerados como despesa do período atual ou anteriores, na aquisição de bens permanentes, na restauração de danos ou no cumprimento de penalidades por condutas ambientalmente incorretas, devendo ser reconhecido no momento da ciência do fato e ter seu valor no mínimo com elevado grau de certeza quando estimado.

Santos, Silva e Souza (2001, p. 92), sugerem a classificação de alguns itens que compõe o Passivo Ambiental, dividido em Capital de Terceiros e Capital Próprio, a exemplo do passivo tradicional:

- **Bancos:** empréstimos de instituições financeiras para investimentos na gestão ambiental da empresa.
- **Fornecedores:** compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental, prevenção, recuperação de danos causados ou qualquer outro fato relacionado ao meio ambiente.
- **Governo:** multas incorridas em função de infrações de ordem ambiental.
- **Funcionários:** remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental, no caso de funcionários específicos para essa área, ou, horas trabalhadas por funcionários de outros setores na manutenção ambiental, quando estas ocorrem em diferentes setores.
- **Sociedade:** indenizações ambientais, gastos com melhorias e benfeitorias para a sociedade que não sejam de ordem legal.
- **Acionistas:** aumento de capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental.
- **Entidade:** através de destinação de parte dos resultados em programas ambientais.

Em caso de eventos ocorridos em exercícios anteriores, cuja ciência do fato ocorreu após o encerramento daquele exercício, e que não possam ser atribuídos a exercícios futuros, como a recuperação de áreas poluídas, por exemplo, não devem ser contabilizados

como Ajuste de Exercícios Anteriores, e sim diretamente em contas de resultados do exercício atual. Esse procedimento inibe a arbitrariedade de interpretações confusas e imprecisas quanto ao fato gerador do evento e visa a padronização de procedimentos.

Como é feito no ativo ambiental, a evidenciação das informações relativas ao Passivo Ambiental deve ser feita de forma segregada, em linha à parte, objetivando dar ênfase ao processo de sustentabilidade das empresas e visando a transparência das ações.

2.3.3 Receitas Ambientais

O principal objetivo da implantação de gestão ambiental não é a obtenção de receitas, mas desenvolver políticas responsáveis visando a eliminação, redução ou controle do impacto ambiental causado pelas atividades empresariais. No entanto, nada impede que a empresa obtenha receitas decorrentes desse processo, uma vez que isso não caracterizaria uma postura sócio-ambiental incorreta.

O pronunciamento do IBRACON, por meio da NPC n.º 14, de 18 de janeiro de 2001, trata receita como

[...] a entrada bruta de benefícios econômicos durante o período que ocorre no curso das atividades ordinárias de uma empresa, quando tais entradas resultam em aumento do patrimônio líquido, excluídos aqueles decorrentes de contribuições dos proprietários, acionistas ou quotistas.

Santos, Silva e Souza (2001, p. 92) citam três exemplos de receitas ambientais:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- Venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo;
- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

2.3.4 Custos, Despesas e Perdas Ambientais

Custos, despesas e perdas, apesar de terem conceitos distintos, podem confundir o usuário da informação contábil. Martins (2001, p. 26) traz o seguinte esclarecimento a respeito do assunto

a) Gasto – sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representando por entrega ou promessa de entrega de ativos.

c) Custo – gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. O custo também é um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço.

d) Despesa – bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

f) Perda – bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

O conceito de gasto é extremamente amplo e se aplica a todos os bens e serviços adquiridos pela empresa. O item assume a forma de gasto unicamente no momento da passagem para a propriedade da empresa, no exato momento do reconhecimento contábil da dívida ou do pagamento do bem ou serviço adquirido.

Assim, todos os itens passam pela fase de gasto, inclusive o custo, que deixa de ser gasto quando é utilizado na obtenção de algum outro produto ou serviço.

As despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido da empresa, representando sacrifícios no processo de obtenção de receitas. A diferença entre custo e despesa é que a segunda representa um sacrifício na obtenção de receitas, enquanto o primeiro representa um sacrifício na obtenção de um produto ou serviço qualquer. Todo custo se transforma em despesa no momento de sua venda, entretanto, nem toda despesa necessariamente passou pela fase de custo, mas, ambos já transitaram pela fase de gasto.

A perda não pode ser confundida como uma despesa nem como custo, uma vez que possui uma característica de anormalidade e involuntariedade, ou seja, não são gastos incorridos na obtenção de receitas.

Na figura 5, nos dois primeiros níveis temos o panorama geral dos gastos de uma empresa e após, o caminho possível a ser percorrido pelo gasto antes de ser tornar uma despesa:

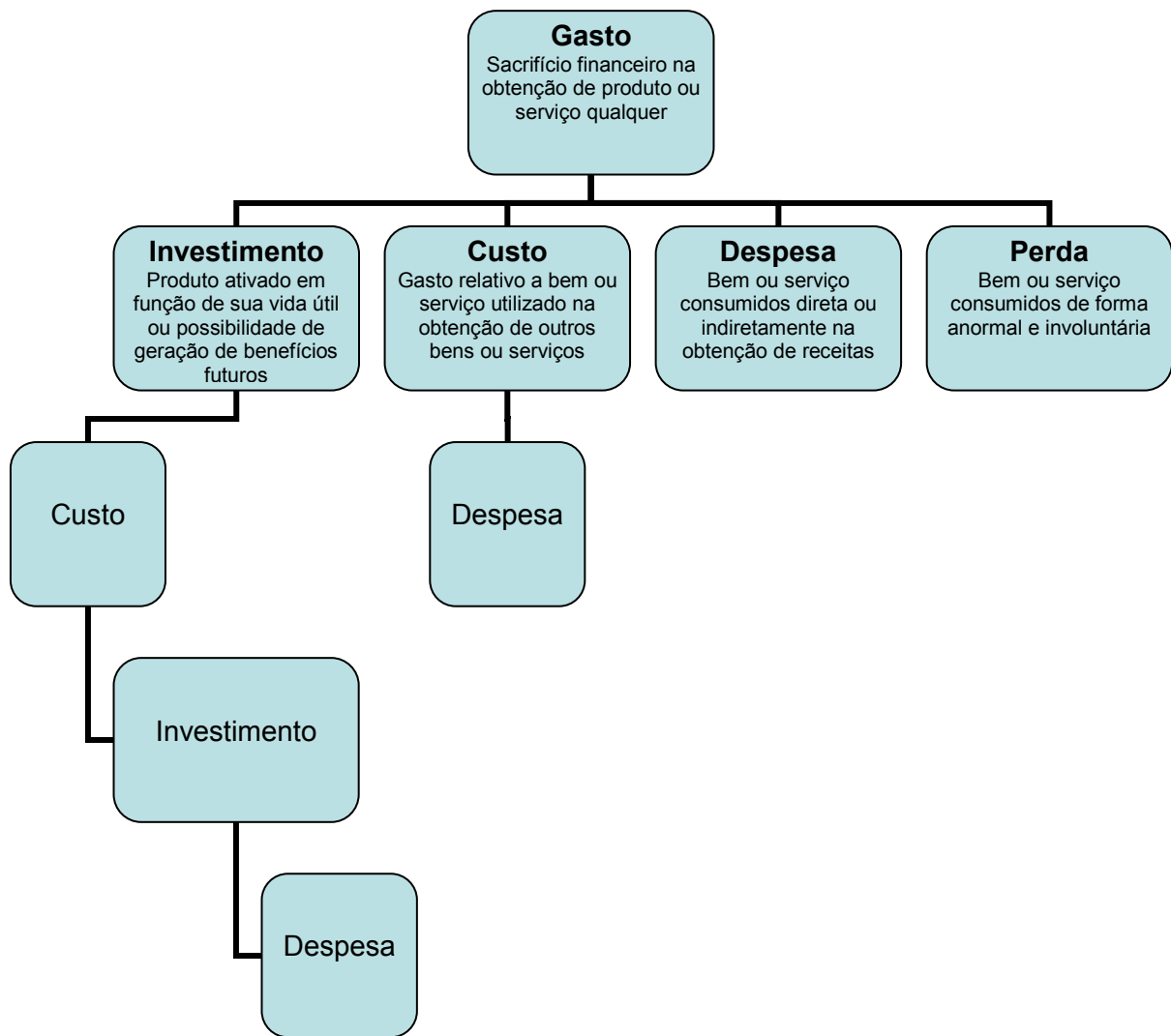


Figura 5: Terminologia de Custos
Fonte: adaptado de Martins (2001, p.26)

Analisando os conceitos apresentados por Martins (2001), pode-se dizer que a fase inicial de todo custo, despesa e perda é o gasto. A aquisição de matéria-prima, por exemplo, no primeiro momento é um gasto, que se torna um investimento no momento da sua estocagem, depois quando é consumida na fabricação de um outro produto ou serviço qualquer, ela se torna um custo de produção, que novamente se transforma em um investimento até o momento de sua venda. Após a venda, essa matéria-prima que iniciou o ciclo como um gasto, agora é uma despesa que irá compor a demonstração de resultados. Existem vários outros exemplos que não seguem essa ordem. Gastos com cursos e treinamentos para a área administrativa da empresa, por exemplo, são itens que não tem relação direta com a produção, passam da fase de gastos diretamente para despesas, sem transitar pelo estágio de custos e investimentos.

O mesmo tratamento dado aos custos e despesas na Contabilidade tradicional é também utilizado na Contabilidade Ambiental. O que determina se um gasto ambiental será um custo ou despesa ambiental é a sua ligação, direta ou indireta, com a produção. Dessa forma, caso seja possível determinar a relação do gasto com a produção, dizemos que é um custo ambiental. Caso não tenha ligação direta, ou seja impossível relacionar seu grau de participação na produção, será considerado uma despesa ambiental. Apenas para relembrar, todos os gastos ambientais devem ter relação direta ou indireta com o sistema de gerenciamento ambiental da empresa.

Souza e Ribeiro (2004, p.58), conceituam custos ambientais como sendo “representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito de controle, preservação e recuperação ambiental.”

Santos, Silva e Souza (2001, p. 93) entendem que

Custos e despesas ambientais são gastos (consumo de ativos) aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custos, e se forem aplicados de forma indireta são chamados de despesa.

Ribeiro (2006, p. 52), cita como exemplos de custos e despesas ambientais:

- Todas as formas existentes de amortização (depreciação e exaustão), dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à empresa;
- Aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
- Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

A ONU (apud RIBEIRO, 2006, p. 53), afirma que devem ser incluídos no rol de gastos ambientais, aqueles realizados para:

- Prevenir, reduzir ou reparar danos ao meio ambiente, resultantes das atividades operacionais, ou necessários à conservação de recursos renováveis ou não;

- Eliminar ou evitar refugos; proteger as águas; preservar ou melhorar a qualidade do ar; reduzir a poluição sonora; eliminar a contaminação de edifícios; pesquisar o desenvolvimento de produtos, matéria prima ou processo de produção ambientalmente saudáveis etc.

Alguns autores classificam os custos e despesas ambientais em internos (privados) e externos (sociais).

Custos Ambientais Internos são os tradicionais, contabilizados ao longo do processo produtivo e que servem de base para formação do preço de venda dos produtos. Exemplos: matéria-prima, mão de obra, depreciação, exaustão etc. Como o próprio nome diz, são internos, voltados para características internas da companhia.

Custos Ambientais Externos são aqueles relacionados ao impacto gerado pelas atividades da empresa ao meio sócio-ambiental. Exemplos: custo com tratamento de doenças respiratórias ocasionadas pela poluição do ar, tratamento de problemas causados à fauna marinha devido a derramamento de petróleo etc. E como o próprio nome sugere, são aqueles relacionados ao ambiente fora dos limites das instalações da empresa.

A respeito dos gastos futuros que a empresa terá que desembolsar, Martins e Ribeiro (apud SANTOS, SILVA e SOUZA 2001, p. 93) afirmam que

Nunca se imputou, e ainda não se imputa à mercadoria produzida, todos os custos necessários à sua elaboração, pois a empresa agrega ao seu custo de produção somente o valor de insumos que representam desembolso financeiro por parte da empresa, ou seja, aqueles pelos quais efetivamente ela paga. Não são computados gastos futuros que a sociedade terá para repor esses bens, menos ainda o quanto a sociedade futura sofrerá para não tê-los a disposição, quando não renováveis.

Santos, Silva e Souza (2001) afirmam ainda, que um grande desafio da Ciência Contábil atualmente é a identificação e mensuração dos custos sociais, motivo pelo qual devem ser objeto de estudos aprofundados.

As Perdas Ambientais também seguem a linha de raciocínio das perdas da Contabilidade tradicional, fazendo referência àqueles gastos cujo benefício em contrapartida não existe. Ribeiro (2006, p. 57) entende como perdas, os gastos que não proporcionam benefícios para a empresa, podendo ser classificados como normais ou anormais.

São classificadas em dois grupos:

- **Perdas Normais:** são as perdas com montantes previamente estimados e tidos como aceitáveis, ou seja, são as perdas que podem ser previstas e que

não causam grandes prejuízos à empresa. Normalmente são lançadas como custos operacionais, uma vez que a relação custo x benefício da informação não justifica sua segregação.

- **Perdas Anormais:** ao contrário das normais, são as perdas inesperadas e de montantes expressivos. Via de regra são lançadas como resultado não operacional e segregadas à parte nas demonstrações.

Como exemplos de perdas tem-se:

- Gastos que não trazem nenhum benefício;
- Multas ou sanções em virtude de inadequação em face à legislação;
- Restauração de áreas contaminadas;
- Complemento da estimativa dos custos de recuperação relacionados a atividades de períodos anteriores. (RIBEIRO, 2006, p. 57).

Os custos, despesas e perdas ambientais, no que diz respeito ao referencial teórico, não apresentam diferenças expressivas quando comparados aos mesmos itens da Contabilidade tradicional. No entanto, deve-se atentar que tais gastos devem estar relacionados ao gerenciamento ambiental da empresa, e ter cuidado quando da sua identificação, rateio e correta estimativa quando não for possível estimar o valor exato do fato.

2.4 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

É impossível no patamar de evolução do mundo atual, imaginar a vida sem energia elétrica. A eletricidade é com certeza, um recurso indispensável para a qualidade de vida do homem moderno. Em termos de suprimento energético é “uma das formas mais versáteis e convenientes de energia, passando a ser recurso indispensável e estratégico para o desenvolvimento sócio-econômico de muitos países e regiões.” (ANEEL, 2005, p.1).

A história do setor elétrico brasileiro é recente, quando comparada a outros dados da história. O setor elétrico brasileiro teve sua evolução impulsionada com o início da industrialização no País, que até então tinha como principal atividade econômica a agricultura, sendo a energia elétrica como fonte de energia ainda inexpressiva.

A partir de 1920, principalmente nas regiões onde estavam concentradas as atividades industriais, o Brasil teve seu número de usinas hidrelétricas aumentado, que devido às dimensões geográficas e da grande quantidade de bacias hidrográficas existentes no Brasil, era a melhor alternativa de produção. Segundo dados da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. –

Eletrobrás (2007), já naquela época, 80% da energia gerada era de origem hidrelétrica, o correspondente a 779 MW.

Criada em 25 de abril de 1961, por intermédio da Lei n.º 3.890-A, a Eletrobrás foi efetivamente instalada no ano seguinte, em 11 de junho de 1962. Com o objetivo de promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, tinha como subsidiárias a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, Furnas Centrais Elétricas, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba – CHEVAP, e a termelétrica de Charqueadas.

Na época, a capacidade instalada do Brasil era de 5.800 MW, o correspondente à capacidade instalada de uma única empresa nos dias de hoje, como é o caso da Tractebel Energia, empresa objeto de estudo, que gera 5.860 MW (dados de 2006), sendo responsável sozinha por aproximadamente 8% da geração elétrica nacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, várias dificuldades atrapalharam o crescimento do setor no Brasil, que havia se desenvolvido a partir de investimentos públicos iniciados com força expressiva na década de 50. Era visível a necessidade capital privado para que enfim o setor pudesse decolar e suprir a demanda nacional que crescia a cada ano. Langone *et al* (2005, p. 28) dizem que

Apesar de o setor elétrico continuar planejando a política setorial através da Eletrobrás, a falta de recursos para investimentos gera a paralisação de obras e a postergação do início da construção de novas usinas. Aspectos ambientais relacionados aos impactos das usinas fazem com que agências multilaterais (por exemplo, o Banco Mundial – BIRD) retirem-se do financiamento de usinas hidrelétricas no Brasil e no mundo de uma forma geral. A retomada dos investimentos só acontece, parcialmente, com a abertura do setor para as empresas privadas nacionais e internacionais durante o primeiro governo FHC.

Devido a esses fatores o governo iniciou uma série de privatizações. Era o início de uma nova fase do setor elétrico brasileiro, que aparentemente veio tarde, não conseguindo evitar o racionamento energético ocorrido em 2001, o famoso “apagão”.

Em 2006 houve um crescimento de 3,8% no consumo de energia elétrica no Brasil, contra 2,9% da economia. Em 2007, estima-se que o crescimento do consumo seja maior que 5%. Esses números justificam os investimentos no setor para que se evitem novos racionamentos.

Atualmente, o Brasil conta com 1.669 empreendimentos em operação, gerando 100.177.778 KW de potência. Existem ainda 110 empreendimentos em construção e 493 outorgados (não iniciaram a construção). Os dois principais tipos de usinas instaladas são as

hidrelétricas e as termelétricas, sendo 661 hidrelétricas, responsáveis por 76,67% da produção total, e 990 termelétricas, que respondem por 21,09% da produção no País, conforme tabela 2.

Tipo de Geração	Quantidade de Empreendimentos	Potência (KW)	Participação (%)
Hidrelétricas	661	76.803.833	76,67%
Termelétricas	990	21.130.075	21,09%
Eolielétricas	15	236.850	0,24%
Outras	3	2.007.020	2,00%
Total	1.669	100.177.778	100%

Tabela 3: Tipos de Empreendimentos de Geração Elétrica no Brasil 2005

Fonte: adaptado de Aneel (2005, p. 9)

Do total de energia elétrica gerada em 2006, 92% foram geradas por usinas hidrelétricas, sendo 44% desse total de energia destinado às indústrias, e 54% dessa energia foi destinado para o mercado do Sudeste, maior consumidor nacional, conforme figura 6:

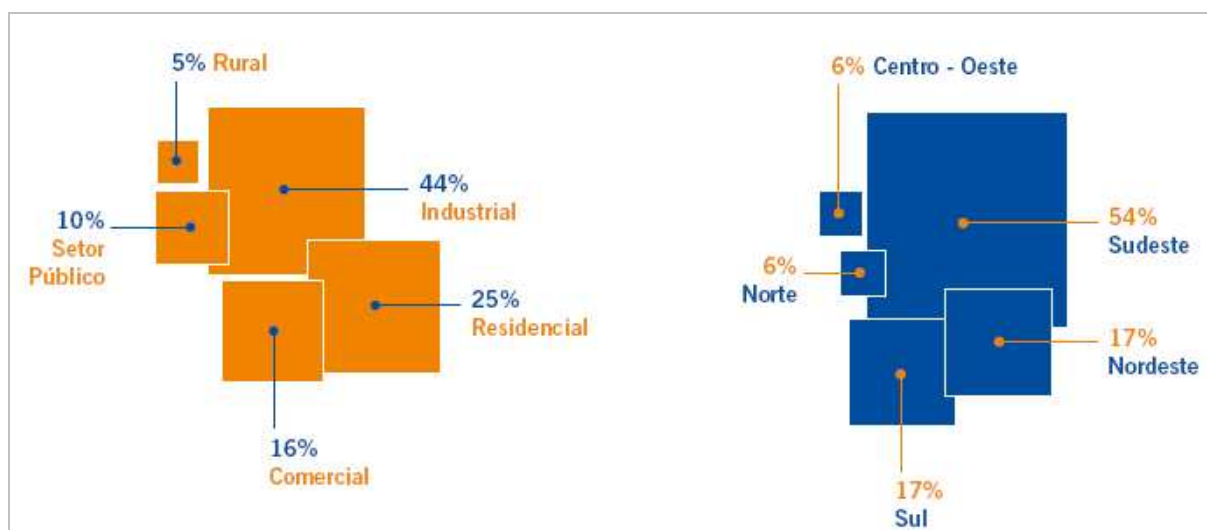


Figura 6: Distribuição Nacional do Consumo de Energia Elétrica 2006

Fonte: Tractebel Energia (2006, p.29)

O atual sistema elétrico brasileiro é baseado na geração, transmissão da energia gerada, distribuição e consumo pelas diversas classes. A figura 7 ilustra esse processo:

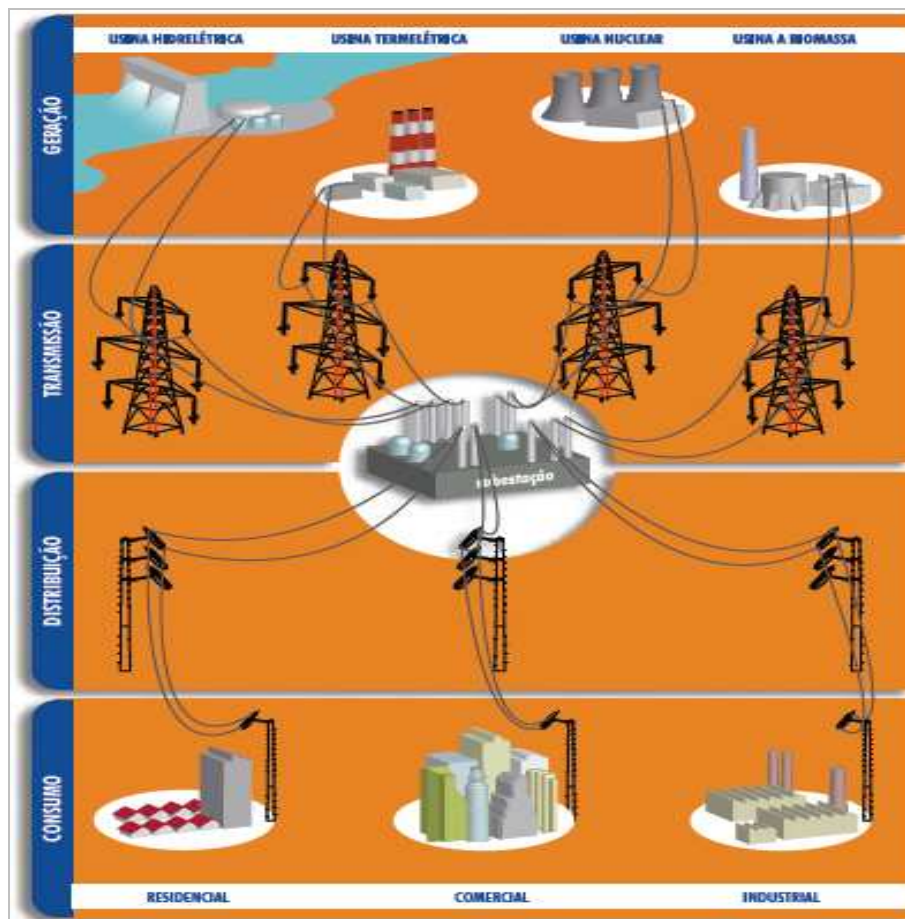


Figura 7: Fluxograma Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica no Brasil
Fonte: Tractebel Energia (2006, p. 28)

O Sistema Elétrico Nacional é composto pelo Sistema Interligado Nacional – SIN e pelos Sistemas Isolados (localizados principalmente no Norte do Brasil). O SIN é formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Considerado um sistema hidrotérmico de grande porte, possui tamanho e características únicas em nível mundial. O mapa da figura 8 demonstra a integração entre os sistemas de produção e transmissão para o suprimento do mercado consumidor.

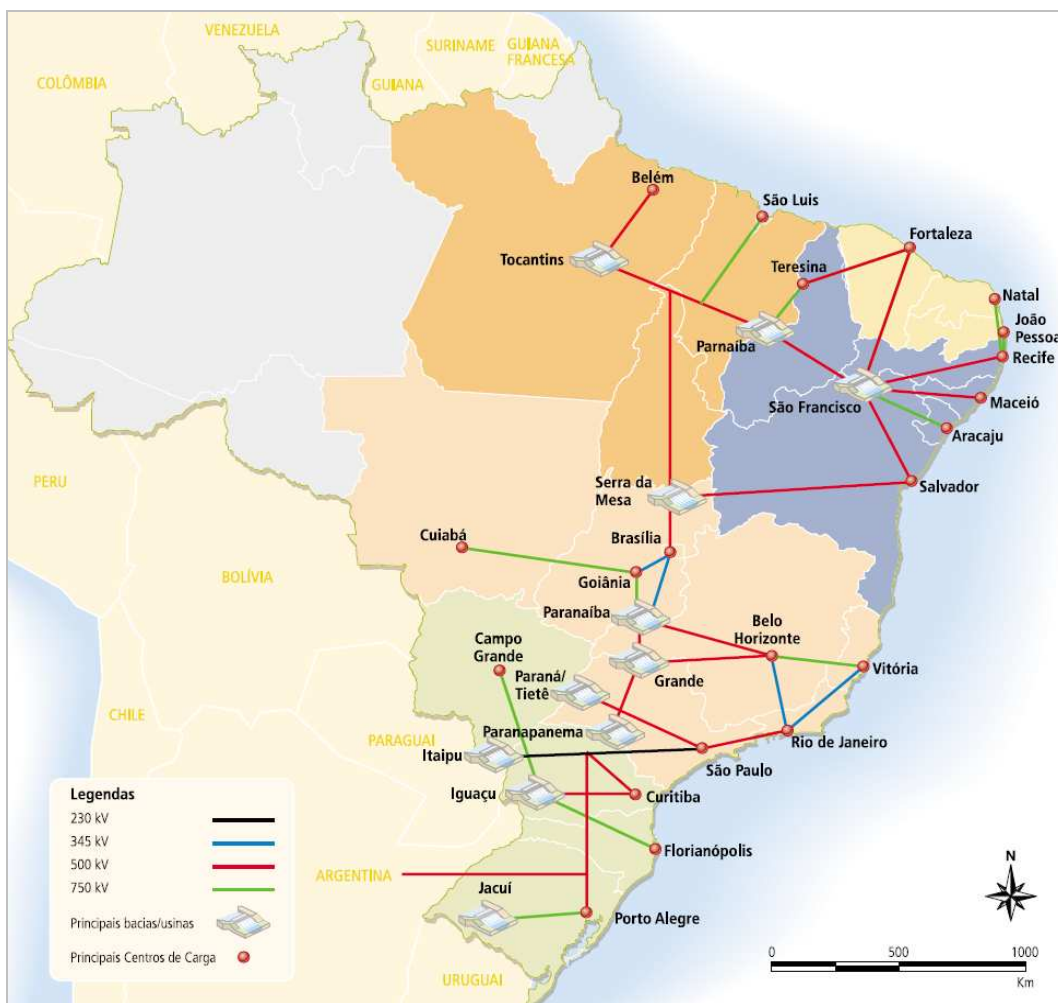


Figura 8: Integração dos Sistemas de Produção e Transmissão para o Mercado Consumidor
Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (apud ANEEL, 2005, p. 7)

O SIN proporciona aos consumidores, uma interligação com as usinas geradoras de energia elétrica, que geralmente estão localizadas em áreas distantes dos centros de consumo. Essa interligação permite que os consumidores sejam atendidos por diferentes usinas, evitando problemas de transmissão quando da interrupção do fornecimento por problemas de ordem técnica ou natural. Por exemplo, uma usina da região sudeste que tenha seu nível de reservatório afetado pela escassez de chuvas, não irá prejudicar o consumidor, pois outra usina suprirá essa carência de energia.

O Novo Modelo do Setor Elétrico, definido pela Lei n.º 10.848/04, deixou de ter o Estado como único investidor e controlador e passou a distribuir essa responsabilidade também às empresas privadas, adotando um Modelo de Mercado.

Dentre as principais mudanças instituídas pelo Novo Modelo, pode-se citar a exploração dos serviços de energia elétrica por terceiros; controle e operação dos sistemas elétricos de forma centralizada; livre acesso e uso das redes elétricas; segmentação das

atividades setoriais (geração, transmissão, distribuição e comercialização); criação e regulamentação da comercialização de energia elétrica; e a criação da figura do consumidor livre. (ANEEL, 2005, p. 5).

O Mercado Livre de Energia permite que o Consumidor Livre, aquele cuja demanda supera 3 MW de energia com tensão de conexão igual ou superior a 69 KV, compre diretamente a energia elétrica da geradora, sem o intermédio de uma distribuidora.

Com a consolidação da Lei que instituiu o novo Modelo do Setor Elétrico, o aspecto regulatório ficou definido da seguinte forma:

- **Poder Executivo:** responsável pela formulação de políticas e diretrizes para o setor, subsidiadas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas – CNPE, formado por ministros de Estado, sob a coordenação do Ministro das Minas e Energia – MME;
- **Poder Concedente:** também exercido pelo Poder Executivo, é responsável pelos atos de outorga de direito de exploração dos serviços de energia elétrica;
- **Regulador:** papel desempenhado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ficando a seu cargo a normatização das políticas de diretrizes estabelecidas e a fiscalização dos serviços prestados;
- **Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS:** coordenação e a supervisão da operação centralizada do sistema interligado;
- **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** exercício da comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado atacadista;
- **Empresa de Planejamento Energético – EPE:** realização dos estudos necessários ao planejamento da expansão do sistema elétrico;
- **Agentes setoriais:** são os geradores, transmissores, distribuidores e comercializadores, responsáveis pela prestação dos serviços de energia elétrica aos consumidores finais.

A figura 9 mostra de forma sintetizada, as entidades e suas atribuições dentro do Novo Modelo do Setor Elétrico:

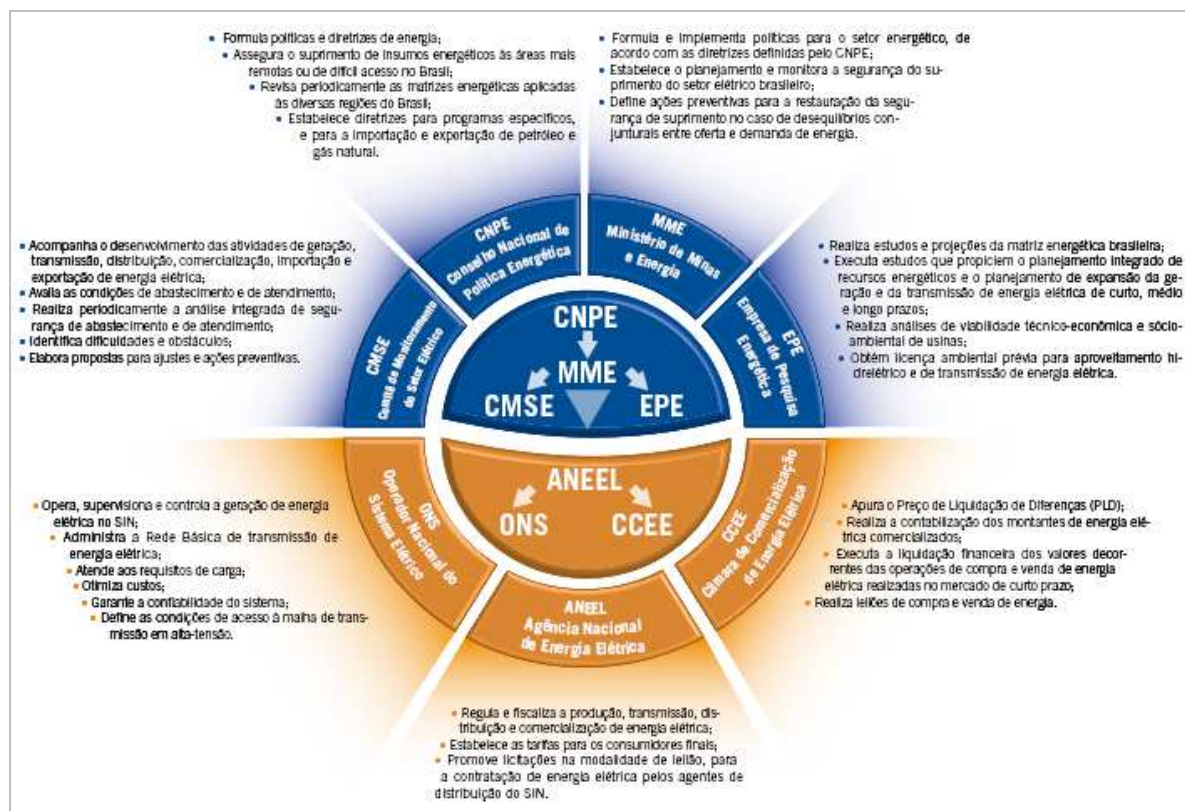


Figura 9: Entidades e Atribuições no Novo Modelo do Setor Elétrico

Fonte: Tractebel Energia (2006, p. 31)

Um importante aspecto do Novo Modelo foi a criação do Mercado Livre de Energia, que abre espaço para competição no setor elétrico brasileiro, possibilitando às empresas compradoras preços e condições diferenciadas daquelas oferecidas pelas distribuidoras.

2.4.1 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Licenciamento Ambiental

Por ser um setor de grande porte, cujos empreendimentos são gigantescos, onde em muitos casos existe a necessidade da transferência de comunidades inteiras para outros locais em função da construção de hidrelétricas, os impactos ambientais também tendem a ter grandes proporções. Guedes *et al* (2003, p. 191) afirmam que conforme

[...] a Resolução CONAMA 001/86, os seguintes empreendimentos no setor elétrico são considerados de **significativo impacto ambiental** e, portanto, requerem licenciamento ambiental: usinas nucleares, usinas de geração com uma potência superior a 10MW, linhas de transmissão em voltagem acima de 230KV.

Dessa forma, visando fiscalizar e preservar os recursos naturais da Nação, o governo assume o papel de regulador, estipulando leis, normas e procedimentos para a exploração dos recursos e a implantação dos projetos de geração elétrica.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 23 traz o entendimento de que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios protegerem o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar florestas, a fauna e a flora.

Apesar de a Constituição Federal versar a respeito da competência dos entes públicos a respeito do assunto, o responsável em nível Federal pelo meio ambiente é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, conforme determina o artigo 10 da Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981

Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

§ 4.º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o licenciamento previsto no caput deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

Elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, não apenas elétrico, mas energético do País, o Licenciamento Ambiental que faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, objetiva avaliar os impactos ambientais de cada projeto e estabelecer condições de minimizar ou compensar os prejuízos causados em sua implantação:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Resumidamente, o Licenciamento Ambiental é um ato administrativo, pelo qual o IBAMA estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental, na localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos naturais, potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. (GUEDES *et al*, 2003, p. 190).

É importante destacar que uma das etapas do Processo de Licenciamento Ambiental consiste na realização de audiências públicas, sendo esse o principal canal de participação das comunidades locais. Realizadas sempre que forem julgadas necessárias, as audiências podem ser convocadas pelo IBAMA, por Entidade Civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos. Nas reuniões são apresentados o conteúdo sobre o estudo e o relatório ambiental do projeto, esclarecimentos sobre dúvidas e recolhidas críticas e sugestões.

Dada a importância do Processo de Licenciamento Ambiental, é essencial que ele seja regido de forma tempestiva, seguindo rigorosamente critérios pré-estabelecidos e sem interferências políticas. No entanto, Guedes *et al* (2003, p. 188) advertem que

O licenciamento ambiental não é realizado de forma tempestiva, os critérios de avaliação não são consistentes e observam-se flagrantes interferências nos órgãos estaduais de licenciamento ambiental. Os atrasos na instalação de novas usinas de geração elétrica ocorrem principalmente em função das dificuldades e da demora na obtenção de licenciamento ambiental.

[...] Por exemplo, em junho de 2003, a concessão da hidrelétrica de Santa Isabel, no Rio Araguaia, foi devolvida devido a dificuldades na obtenção da licença ambiental. Segundo o consórcio formado por BHP, Billiton, Alcoa, Vale do Rio Doce, Votorantim e Camargo Corrêa, a devolução deve-se ao fato de que o Ibama considera que o Rio Araguaia deve permanecer “virgem” em geração de energia. Isso indica que os critérios de licenciamento ambiental precisam ser melhor explicitados para que os empreendedores não percam tempo e dinheiro desenvolvendo projetos ambientalmente inviáveis ou muito problemáticos.

Bähr (2005, p. 72), afirma que, a respeito dos critérios das agências ambientais do Brasil,

Um dos maiores desafios parece ser a criação de um padrão claro de diretrizes ambientais para que os concessionários de usinas a construir tenham segurança dos custos ao adquirir concessões e iniciar suas obras, e as agências ambientais, segurança ao emitir licenças de projetos, sem ficarem expostas a questionamentos posteriores.

Ainda sobre o Licenciamento Ambiental, González (2005, p. 72) reforça dizendo que

Outro entrave sem solução é o licenciamento ambiental. É assustadora a quantidade de obstáculos que podem surgir entre a licença prévia e a licença de instalação de um empreendimento de geração. Entre esses obstáculos destacam-se: o surgimento de novas demandas, mesmo depois da obtenção das licenças, visando à mitigação do impacto ambiental dos projetos, impostas por municípios, Estados e a União; a atuação do Ministério Público, que muitas vezes apresenta contestações que resultam na exigência de novas medidas compensatórias, mesmo posteriormente ao licenciamento; e a existência de vários órgãos licenciadores, sem comunicação entre eles.

Deve-se salientar o fato de que a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio de seus dispositivos de regulação ambientais, não tem o objetivo de ser um entrave ao investimento e crescimento dos setores por ela abrangidos. Inclusive o legislador ao elaborar o texto da Lei n.º 6.938/81, aborda no *caput* do artigo 2.º, a questão da preservação ambiental necessária à sobrevivência humana, assegurando ainda condições ao desenvolvimento sócio-econômico, ou seja, além de todos os benefícios que deve propiciar, deve estar atenta também à questão do crescimento e desenvolvimento do País. Dessa forma, os órgãos e os dispositivos legais deveriam ser utilizados apenas em prol da causa ambiental, não como instrumentos de barganha e obtenção de vantagens ou benefícios e favores políticos.

Na prática, o Processo de Licenciamento Ambiental considera o exame técnico realizado pelos órgãos ambientais dos estados e municípios em que o empreendimento se localizar. É requerida uma certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, se necessário, autorização de supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Com o objetivo de avaliar cada etapa do projeto, o Processo é dividido em três etapas distintas: a) Licença Prévia; b) Licença de Instalação; e, c) Licença de Operação.

A **Licença Prévia – LP** estabelece as condições para a viabilidade ambiental do projeto em suas fases de planejamento e concepção. Deve ser solicitado sempre na fase de planejamento, alteração ou ampliação do empreendimento. O objetivo é incluir a análise ambiental na concepção do projeto a fim de minimizar o impacto ambiental. Para a obtenção da LP é necessário realizar o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o correspondente Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Ambos os documentos devem ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e devem seguir as diretrizes e abranger todos os aspectos estabelecidos pelo IBAMA. O EIA é um documento técnico-científico, composto pelo

Diagnóstico Ambiental dos Meios Físico, Biótico e Socioeconômico; análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; definição e elaboração de medidas mitigadoras dos impactos negativos; e Programas de Acompanhamento e Monitoramento. Já o RIMA, é o documento público que reflete as informações e conclusões do EIA e é apresentado de forma objetiva e adequado à compreensão de toda a população. Essa licença não autoriza a instalação do projeto, e sim, aprova a viabilidade ambiental e autoriza sua localização e concepção tecnológica.

A **Licença de Instalação – LI** autoriza o início da obra, e é expedida após a análise das especificações do empreendimento, dos planos, programas e se os projetos a serem implementados estão em conformidade com os parâmetros definidos na LP. O prazo de validade dessa licença é concedido de acordo com o cronograma de instalação do projeto. Os empreendimentos cujo desmatamento é necessário precisam também da Autorização de Supressão de Vegetação.

A **Licença de Operação – LO** é a etapa final. A concessão da LO está condicionada ao cumprimento de todos os detalhes técnicos descritos no projeto e se estão de acordo com o que estava previsto na LP e LI. Após analisar se todas as condicionantes das licenças anteriores foram cumpridas e que os equipamentos de controle de poluição estão em funcionamento, a LO é emitida. O prazo de validade dessa licença não pode ser inferior a 4 anos e superior a 10 anos.

Durante o processo de Licenciamento Ambiental o IBAMA trabalha em conjunto com outros órgãos, tais como órgãos ambientais, Órgãos Federais de Gestão do Patrimônio Histórico – IPHAN, órgãos das comunidades indígenas (FUNAI), das comunidades Quilombolas (Fundação Palmares), entre outros.

A figura 10 mostra o processo de licenciamento ambiental:

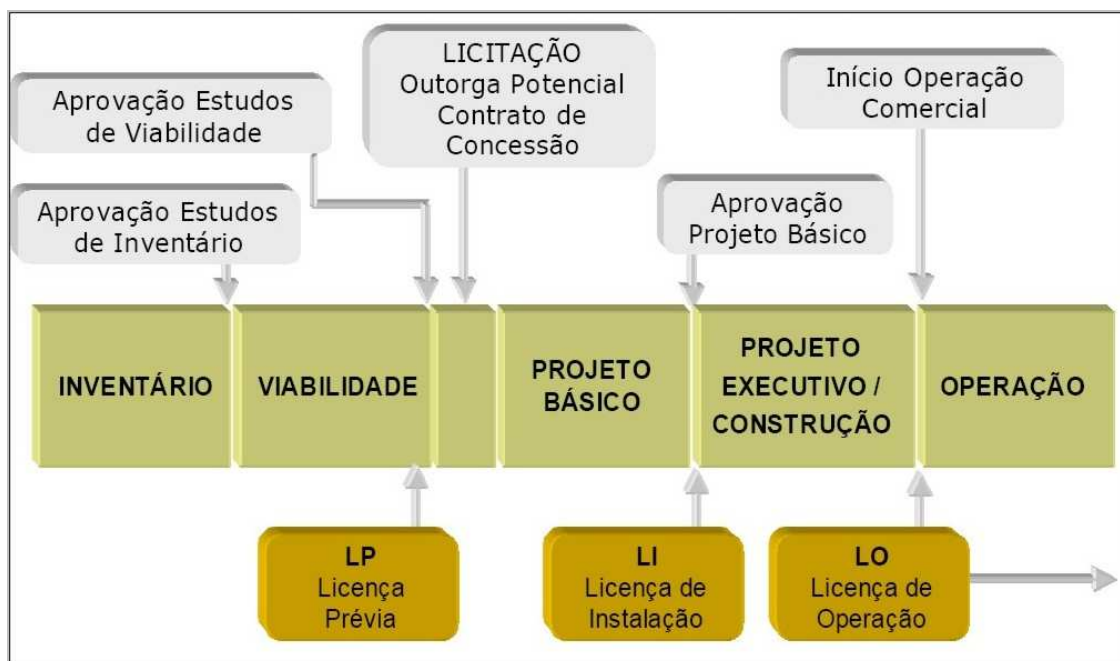


Figura 10: Processo de Licenciamento Ambiental
Fonte: Aneel

Em suma, a licença prévia está relacionada com a fase que antecede o início das obras de construção dos empreendimentos, a licença de instalação refere-se a sua construção e a licença de operação está relacionada com o início das operações de geração elétrica.

2.4.2 A Questão das Reservas Indígenas

A Amazônia possui um grande potencial hídrico, assim, é importante considerar a questão das terras indígenas, uma vez que esses territórios cobrem parte considerável daquela região.

A legislação inerente aos territórios indígenas é bastante específica, e os procedimentos legais para desapropriações dessas terras não são similares aos do restante do País. Os parágrafos 2.º e 3.º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, rezam o seguinte

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Como se pode verificar, os índios têm o direito pleno sobre suas terras, sendo que a utilização dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, só podem ser feitos com autorização do Congresso Nacional, com a participação das comunidades afetadas e assegurando participação nos resultados econômicos.

O Estatuto do Índio, instituído pela Lei n.º 6.001 de 19 de dezembro de 1973, arrola no artigo 20 os casos em que a União pode intervir nos territórios indígenas, e no item *d*, diz o seguinte

Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

1.º A intervenção poderá ser decretada:

d) para realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;

Para esses casos a legislação prevê inclusive a remoção dos indígenas de seu território, conforme parágrafo 3.º da mesma Lei, transcrito abaixo

3.º Somente caberá a remoção de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

A legislação é específica no tocante à realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional, no entanto, o fator “interesse nacional” descrito pelo legislador, é bastante subjetivo, ficando o Governo responsável pela sua definição. Além disso, quanto à remoção das tribos de seus territórios, o “todo impossível ou desaconselhável”, torna bastante elevado o risco para exploração e investimentos nessa região, inviabilizando projetos.

2.5 O IMPACTO AMBIENTAL DE USINAS DE ENERGIA ELÉTRICA

É natural que as atividades desenvolvidas pelo homem exerçam uma forma de interferência no meio natural. Essas interferências ocorrem em proporções que variam conforme o tipo de atividade e em muitos casos são necessárias. Quando essas atividades acontecem em proporções que resultam no desequilíbrio da estrutura natural, a esse fenômeno chama-se de impacto ambiental.

Todo empreendimento de geração de energia elétrica afeta o meio ambiente, umas mais que outras, mas, todas agredem o meio natural, inclusive as usinas eólicas e solares. O importante nesses casos, em que a agressão é inevitável e o benefício gerado por essa agressão é indispensável, é reduzir ao máximo os problemas e riscos ambientais e compensá-los com medidas de recuperação.

2.5.1 Usinas Hidrelétricas

Existem dois tipos de usinas de geração hidráulica, as Usinas com Reservatórios de Acumulação e a Usinas a Fio D'água. No primeiro caso, a energia é gerada a partir da movimentação de turbinas movidas pela água acumulada em grandes reservatórios. A grande quantidade de água acumulada permite que em casos de períodos de seca não ocorra a falta de energia. Nas Usinas a Fio D'água, a energia é gerada com o fluxo de água de um rio, sem acumulação em reservatórios ou em pouca quantidade. (ANEEL, 2005).

Na geração hidráulica por meio de Usinas Hidrelétricas, o impacto ambiental é significativamente alto apenas na fase de implantação das usinas, pois é necessária a inundação de grandes áreas, que afeta a diversidade da fauna e flora da região, além da realocação da comunidade local. Aneel (2005, p. 65) relata, que a respeito dos impactos ambientais,

O aproveitamento de potenciais hidráulicos para a geração de energia elétrica requer, muitas vezes, a formação de grandes reservatórios e, conseqüentemente, a inundação de grandes áreas. Na maioria dos casos, trata-se de áreas produtivas e/ou de grande diversidade biológica, o que exige, previamente, a realocação de grandes contingentes de pessoas e animais silvestres.

Quando os reservatórios são formados, provocam alterações no regime das águas e formação de microclimas, que favorecem algumas espécies. Esse favorecimento nem sempre ocorre em função das espécies mais importantes, além de que, podem prejudicar ou até

mesmo extinguir algumas. Entre essas espécies favorecidas podem estar algumas que são nocivas à saúde humana, como parasitas e transmissores de doenças endêmicas, como malária e esquistossomose. Além das doenças, os aspectos sociais como alcoolismo, estresse, também são agravantes da situação, Oliveira *et al* (2006, p. 576) observam que

As doenças mais comumente alteradas em decorrência de projetos hidrelétricos são aquelas transmitidas por vetores que proliferam na água, as de veiculação hídrica e as predispostas pela migração. As principais doenças de veiculação hídrica são as decorrentes de saneamento básico deficiente, como as doenças diarreicas agudas causadas por infecções bacterianas, virais e parasitas intestinais, além das hepatites A e E, febre tifóide e outras salmoneloses, leptospirose e cólera. Dentre as doenças predispostas pela migração, assumem importância as leishmanioses tegumentar e visceral, as doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive o HIV/Aids, e as hepatites pelos vírus B e D, além de estresse, violência, acidentes, abuso de álcool e drogas ilegais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (apud OLIVEIRA *et al*, 2006, p. 577), os impactos de empreendimentos que possuem represas de grande quantidade de água, alagamento de regiões, podem ser classificados em seis categorias: a) doenças transmissíveis; b) doenças não-transmissíveis; c) acidentes e violência; d) má nutrição; e) desordens psicossociais; e, f) alterações do bem-estar social.

Não é objetivo da pesquisa, abordar cada um dos impactos causados pelos empreendimentos hidrelétricos, no entanto, é oportuno citá-los.

Além dos problemas de saúde, existe também o risco de rompimento de barragens e acidentes similares, podendo ocasionar problemas de diversas ordens e grandes proporções. Um exemplo é o acidente de Macchu, na Índia, onde 2.500 pessoas morreram em virtude da falha de uma barragem em, 1979. (ANEEL, 2005, p. 65).

Em nível nacional, são exemplos de impactos sócio-ambientais os ocorridos em Tucuruí e Balbina, na Amazônia, e Sobradinho, no Nordeste.

Contudo, diz Aneel (2005, p.65),

[...] esses e outros impactos indesejáveis não são entraves absolutos à exploração dos potenciais remanescentes. Primeiramente, porque os maiores aproveitamentos já foram realizados. Em segundo lugar, porque esses impactos podem ser evitados ou devidamente mitigados com estudos prévios (geológicos, hidrológicos e socioambientais), exigidos pelo poder concedente e pelos órgãos legislativos.

Assim, é importante que as companhias geradoras de energia elétrica tenham consciência dos riscos existentes, que devem ser levados em consideração desde o

planejamento do projeto, e, com base nos estudos sobre os impactos socioambientais, adotem todas as medidas de prevenção e recuperação, quando for o caso.

É importante lembrar que os empreendimentos hidrelétricos são investimentos de longo prazo, com um duradouro período para planejamento, construção e operação das usinas. Muitas usinas possuem contratos de produção e venda de energia elétrica de 30 anos ou mais, o que deve ser levado em conta quando da análise dos impactos socioambientais.

2.5.2 Usinas Termelétricas

Existem vários combustíveis para operação das termelétricas em todo o mundo. Nesta pesquisa serão abordados os principais utilizados no Brasil e pela Empresa pesquisada: a) carvão mineral (considerado o mais abundante dos combustíveis fósseis); b) petróleo; c) gás natural; e, d) biomassa (que será tratada no próximo sub-item).

Nas usinas térmicas, a energia é gerada por meio da queima do combustível que gera calor e vapor suficiente para mover a turbina do gerador. Ao contrário das usinas hidrelétricas, as termelétricas não causam, ou causam baixo impacto ambiental em sua implantação. Os impactos relevantes ocorrem na geração da energia, que com a queima dos combustíveis, geram resíduos nocivos à atmosfera, como dióxido e monóxido de carbono, metano, óxidos de enxofre, nitrogênio e as cinzas resultantes da queima dos combustíveis.

a) Carvão Mineral

Estima-se que o carvão mineral como combustível na geração de energia elétrica, seja utilizado em 39% de toda a produção mundial. Os motivos que tornam o carvão mineral uma boa alternativa para as usinas são: i) abundâncias das reservas, que segundo pesquisadores são suficientes para atender a atual demanda por cerca de 200 anos; ii) distribuição geográfica das reservas; e, iii) baixos custos e linearidade dos preços, se comparado a outros combustíveis. (ANEEL, 2005, p. 119).

Para evitar impactos ambientais acentuados, tecnologias vêm sendo desenvolvidas para reduzir a emissão de resíduos gerados na combustão, dentre elas pode-se destacar a remoção de impurezas antes da combustão, remoção de poluentes durante o processo de combustão, após a combustão e conversão em combustíveis líquidos ou gasosos. A figura 11 traz um demonstrativo acerca das reservas mundiais de carvão mineral:

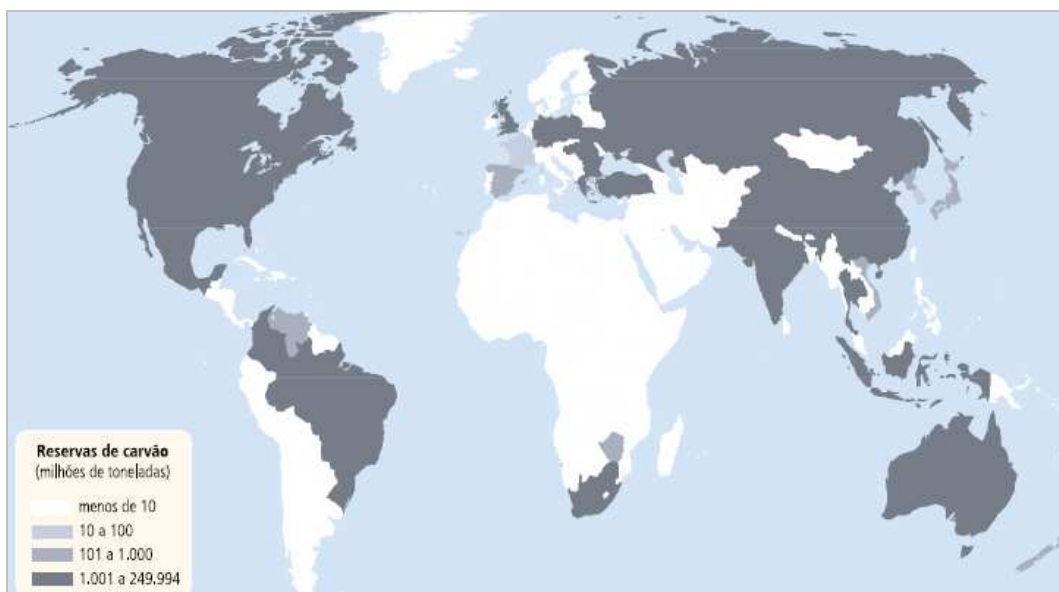


Figura 11: Reservas Mundiais de Carvão Mineral (em 2002)
Fone: Aneel (2005, p. 121)

Os maiores consumidores de carvão mineral no mundo são os Estados Unidos e China. No Brasil, o consumo do combustível é de aproximadamente 6%, sendo que suas maiores reservas estão localizadas na região Sul, onde o Rio Grande do Sul é detentor de 90% dessas reservas.

Os principais impactos ambientais que estão relacionados ao carvão mineral são aqueles relacionados à sua mineração, que podem afetar os recursos hídricos, o solo e o relevo. Além disso, a queima do carvão mineral pelas usinas termelétricas gera materiais particulados e gases poluentes, principalmente dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio. Esses gases prejudicam a saúde e provocam a chuva ácida, que provoca acidificação do solo e da água, provocando danos à biodiversidade e causando estragos materiais (corrosão de estruturas metálicas, por exemplo).

b) Petróleo

O petróleo como combustível na geração de energia responde por 7,9% da produção mundial. Estima-se que 2/3 das reservas estejam localizados no Oriente Médio. Nos atuais patamares de consumo, as reservas de Petróleo durariam cerca de 40 anos, desconsiderando novas descobertas. (ANEEL, 2005, p. 112). As figuras 12 e 13 apresentam um panorama das reservas e do consumo mundial:

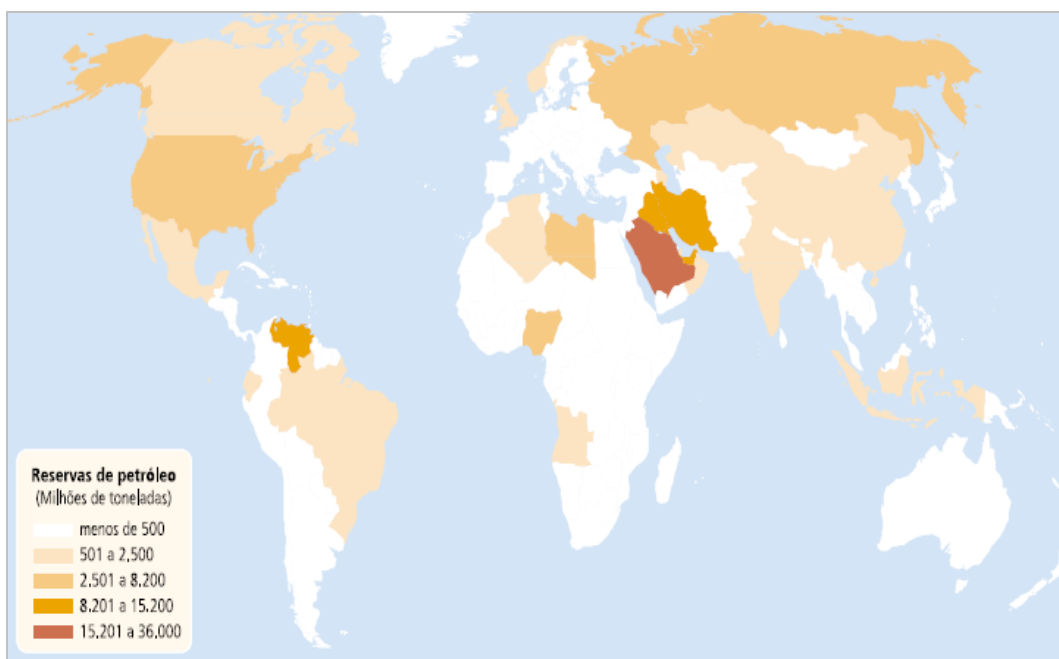


Figura 12: Reservas Mundiais de Petróleo (em 2002)
Fone: Aneel (2005, p. 113)

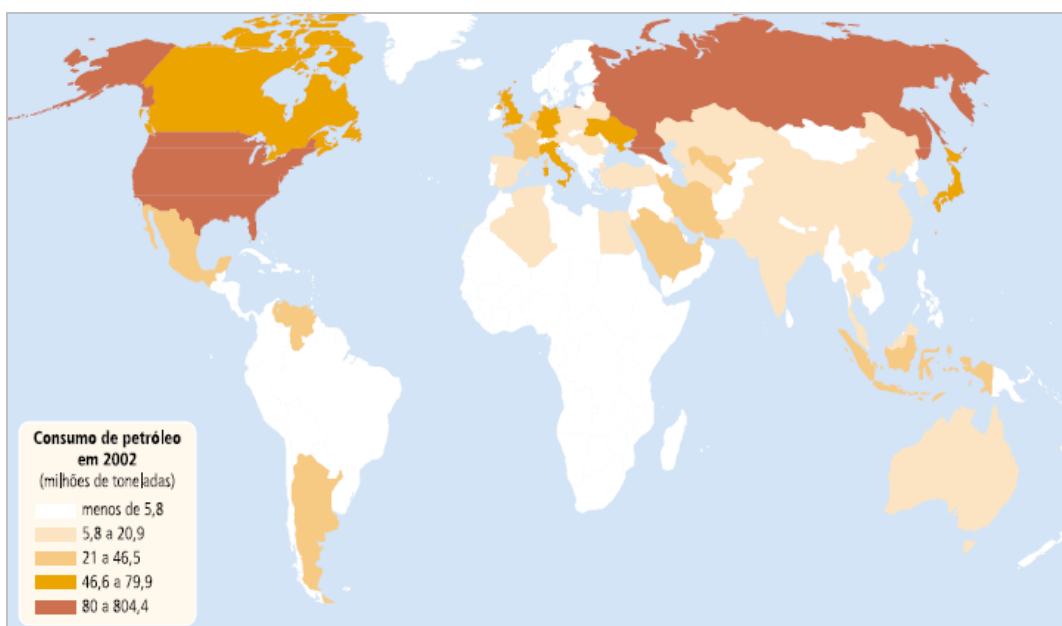


Figura 13: Consumo Mundial de Petróleo (em milhares de toneladas - 2002)
Fone: Aneel (2005, p. 113)

Os principais impactos ambientais causados pela queima do petróleo ou derivados dele, são as emissões dos gases que aumentam o efeito estufa, entre eles o dióxido de carbono, o metano e óxido nitroso. A concentração desses gases na atmosfera agrava o problema do aquecimento global, que está diretamente ligado com o derretimento das geleiras dos pólos,

ocasionando elevação do nível do mar. O derretimento das camadas polares, em especial a Antártida, resultaria no alagamento de grandes áreas costeiras em todo o mundo, afetando diretamente seres humanos e a biodiversidade dessas regiões.

Além dos gases lançados na atmosfera, a queima de combustíveis derivados do petróleo gera pó e cinzas, responsáveis por inúmeros danos à saúde humana, dentre eles as infecções respiratórias, lesões degenerativas do sistema nervoso, câncer etc. Essas doenças tendem a se agravar nas estações frias, onde a ventilação é menor em função das baixas temperaturas, pois tende a se reter o ar quente nos ambientes dificultando a dispersão dessas partículas. (ANEEL, 2005, 113).

c) Gás Natural

A exemplo de outros combustíveis fósseis, o gás natural é formado também por hidrocarbonetos, originados de matéria orgânica fossilizada durante anos. Em comparação com outros combustíveis fósseis o gás natural apresenta algumas vantagens (ANEEL, 2005):

- Baixa emissão de poluentes;
- Rápida dispersão em caso de vazamentos, diminuindo riscos de acidentes;
- Índice de odor reduzido;
- Baixo índice de contaminantes;
- Facilidade de transporte;
- Prazo de maturação relativamente baixo dos investimentos.

Falando-se do tempo de duração das reservas mundiais, o gás natural, um pouco mais que o petróleo, duraria cerca de 60 anos, mantendo-se a demanda atual e desconsiderando-se novas descobertas. Veja nas figuras 14 e 15 a distribuição das reservas mundiais e os níveis de consumo:

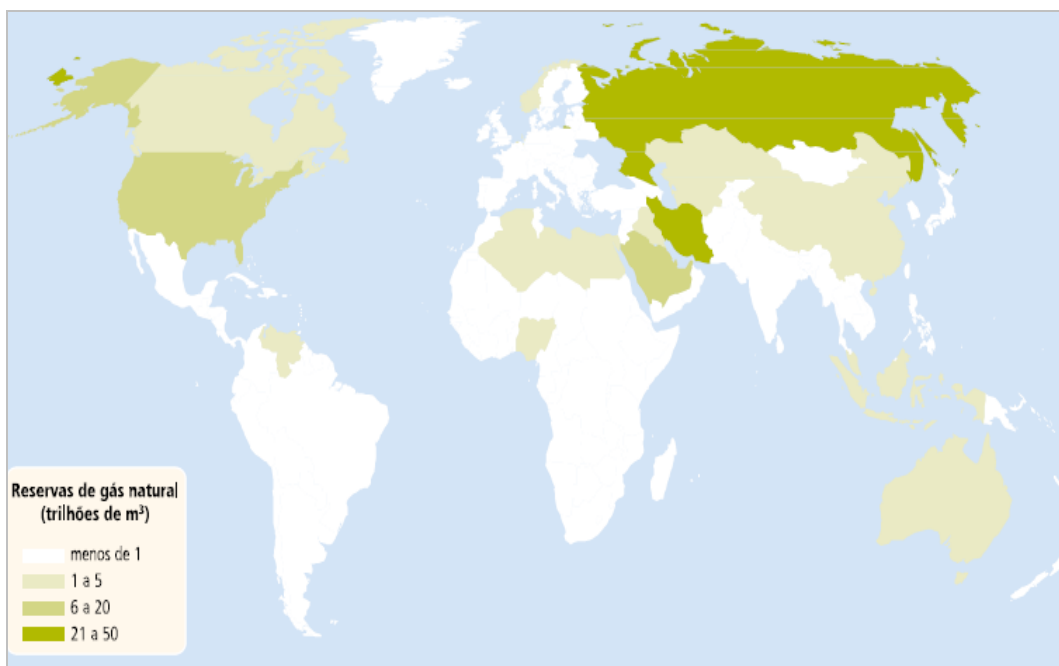


Figura 14: Reservas Mundiais de Gás Natural (em 2002)
Fonte: Aneel (2005, p. 128)

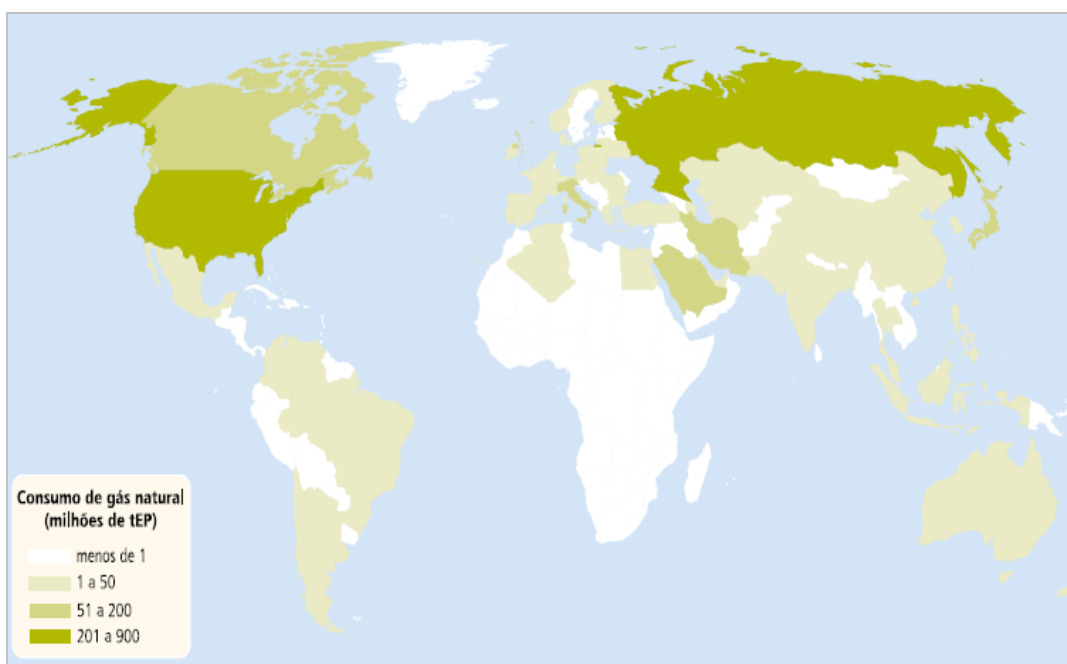


Figura 15: Consumo Mundial de Gás Natural (em 2002)
Fonte: Aneel (2005, p. 129)

Com a necessidade de inovação e busca de fontes alternativas de combustível, o gás natural passou a ser uma boa opção a partir da década de 90, que até então, devido ao baixo rendimento térmico das turbinas e o alto custo de capital, não havia tido um desenvolvimento acentuado.

Os impactos ambientais causados pelas usinas de geração de energia elétrica movidas à gás natural são menores quando comparadas às de carvão mineral e petróleo, mas existem. Além dos gases emitidos pela queima do gás natural, um grande problema é a quantidade de água utilizada para o sistema de resfriamento, que pode ser superior a 90% de toda a água consumida em uma usina dessa natureza. A quantidade de água utilizada para o resfriamento, as perdas por evaporação e os efluentes despejados, embora existam medidas para reduzir esses fatores, ainda assim é considerado um grave problema ambiental.

c) Biomassa

Do ponto de vista energético, a biomassa tende a se tornar uma ótima alternativa para geração de energia elétrica, principalmente pela escassez de recursos não-renováveis e pela pressão de órgãos ambientalistas e a sociedade. Atualmente a biomassa é muito utilizada nos sistemas de co-geração de energia elétrica.

Conceitua-se a biomassa como “todo recurso renovável oriundo de matéria orgânica (de origem animal ou vegetal) que pode ser utilizado na produção de energia”. (ANEEL, 2005, p. 77).

Os impactos ambientais da biomassa são as emissões de gases na atmosfera, porém em grau bastante reduzido quando comparado às outras fontes. Considerada ambientalmente favorável, a biomassa estimula o desenvolvimento econômico das regiões onde estão localizadas, favorecendo a economia local, por meio da criação de empregos e receita, evitando consideravelmente o êxodo rural.

2.6 SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade trata da relação do progresso econômico com os recursos sociais e ambientais do planeta. A idéia central da sustentabilidade defende o crescimento econômico dos países de forma a sustentar e garantir a preservação dos recursos sociais e ambientais de modo que as gerações futuras possam usufruir desses recursos sem o risco de que eles acabem. Ou seja, o crescimento sustentado em princípios e posturas éticas, sem crescimento ou consumo desordenado, desperdícios ou utilização dos recursos sociais e ambientais como se fossem inesgotáveis. De forma resumida desenvolvimento sustentável consiste em “satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (GRI, 2006, p. 2).

A importância do envolvimento de todos os agentes da sociedade (empresas, organizações não-governamentais, governo, cidadãos comuns) no processo de fiscalização e preservação se torna cada vez mais fundamental e real nos dias atuais. É responsabilidade de cada componente da sociedade a sustentabilidade, seja evitando desperdícios, selecionando fornecedores socialmente responsáveis ou na produção de bens e serviços.

2.6.1 Créditos de Carbono

Créditos de Carbono foram criados em 1997 pelo Protocolo de Kyoto, documento que foi assinado pelos países que compõem a ONU, com o objetivo de reduzir a emissão de gases que aumentam o Efeito Estufa.

O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional, que prevê que os níveis de emissão de gases causadores do Efeito Estufa sejam reduzidos em 5% nos países desenvolvidos. Para essa redução, toma-se como base os níveis de poluição de 1990, e o prazo para o cumprimento da meta é 2012, fechando a fase inicial do Tratado. Os países em desenvolvimento não têm metas a cumprir inerentes ao Protocolo de Kyoto.

Para que tenham validade, os projetos de redução de gases precisam ser aprovados pelo MDL (mecanismo criado pelo Protocolo), onde então podem ser negociados em bolsas, como se fossem ações.

As agências reguladoras de proteção ambiental selecionam as indústrias mais poluentes nos países e estabelecem metas para redução com base nos patamares de poluição dessas empresas. As empresas que reduzem essas emissões recebem certificados denominados Redução Certificada de Emissões – RCE, que permitem que toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes sejam lançados na atmosfera. Os certificados são vendidos no mercado internacional para países ou empresas que não conseguem cumprir suas metas de redução. Cada país tem uma cota máxima de compra de créditos, a fim de evitar que os países poluam mais que o estipulado.

Os principais consumidores de créditos de carbono atualmente são Europa e Japão. Os Estados Unidos, apesar de serem o segundo maior emissor de gases causadores do Efeito Estufa, não fazem parte do Protocolo de Kyoto, pois em 2001 o Presidente George W. Bush decidiu abandonar o Tratado. Já a China, principal poluidor mundial, por ser um país em desenvolvimento não precisa cumprir as metas estipuladas.

Em suma, os Créditos de Carbono são certificados que garantem o direito de poluir aos países ou empresas que conseguem reduzir as emissões de gases na atmosfera. Esses

certificados são vendidos no mercado internacional para aqueles que não conseguem cumprir suas metas de redução, limitados às quantidades máximas de certificados estipulados pelas agências ambientais.

2.6.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE

Inspirados em experiências internacionais, algumas entidades discutiram com a Bolsa de Valores de São Paulo, a criação de um índice composto somente por ações de empresas que se destacassem em responsabilidade social e sustentabilidade. Dessa forma, num estudo conjunto entre o Governo, a BOVESPA, algumas Associações e Organizações Não-Governamentais – ONG's, foi criado em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

A Carteira do ISE 2005/2006 foi responsável por 34,9% do total de capitalizações na Bolsa de Valores de São Paulo, com cifras correspondentes a R\$ 504,2 bilhões, conforme informações da própria BOVESPA. O Índice que era composto nesse período por uma carteira de 33 ações de 28 empresas, de 12 setores da economia, passou em 2006/2007, a um total de 43 ações de 34 empresas, de 14 setores. Nesse período, o percentual de capitalizações aumentou para 48,5%, totalizando R\$ 700,7 bilhões. No período de 30/11/05 a 08/02/07 o ISE apresentou uma valorização de 42,73%, 2,08 pontos percentuais acima do Índice IBOVESPA. O setor elétrico em 2005/2006 participou com oito empresas no ISE, e manteve o mesmo número de empresas no período subsequente.

A carteira do ISE é renovada anualmente. São selecionadas as 150 ações mais líquidas da Bolsa, e encaminhados questionários para essas empresas, contendo questões a respeito do relacionamento com empregados e fornecedores, relacionamento com a comunidade, governança corporativa e o impacto ambiental das atividades produtivas. Após a análise dos questionários, o Conselho Deliberativo faz a seleção das empresas que irão compor o ISE do próximo período.

O Conselho Deliberativo é composto por representantes da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, BOVESPA, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, *International Finance Corporation* – IFC, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Os números apresentados mostram uma tendência na preferência dos investidores por papéis de empresas socialmente responsáveis. Tendência já fundamentada em outros países desde 1980, segundo informações da BOVESPA. Investidores acreditam que as empresas socialmente responsáveis apresentam uma estabilidade maior quando comparadas às empresas que não adotam as boas práticas de sustentabilidade empresarial.

Como investidores externos têm uma visão mais fundamentada na questão da escolha dos papéis, dando prioridade à questão da sustentabilidade, é aceitável que as empresas que adotam políticas de sustentabilidade sejam preferidas por esses investidores. E como boa parte dos recursos oriundos de negociações da Bolsa é de origem estrangeira, é bastante aceitável que as empresas sigam essa linha, e com o tempo adotem as práticas “exigidas” pelo mercado.

2.6.3 Biomassa

Dentre as principais vantagens de utilização da biomassa, além do impacto ambiental reduzido, é o aproveitamento direto na combustão por meio de fornos e caldeiras.

Segundo o Atlas do Setor Elétrico Brasileiro, elaborado pela Aneel (2005, p. 77)

A médio e longo prazo, a exaustão de fontes não-renováveis e as pressões ambientalistas poderão acarretar maior aproveitamento energético da biomassa. Atualmente, a biomassa vem sendo cada vez mais utilizada na geração de eletricidade, principalmente em sistemas de co-geração e no suprimento de eletricidade para demandas isoladas da rede elétrica.

No mesmo trabalho, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA (Eletrobrás) estipula uma meta para o ano 2022, de um aumento na base de 10% do consumo total anual de energia elétrica no Brasil, produzido com a utilização de fontes de energia renováveis, como a energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas e a biomassa.

A utilização da biomassa como fonte de combustível para geração elétrica está associada a uma imagem depreciativa, devido ao fato de sua utilização ser feita tradicionalmente em países pobres, por ser uma fonte de energia ineficiente, e à associação indevida de seu uso a processos de desmatamento e desertificação.

Porém, a graças ao desenvolvimento de novas tecnologias eficientes de conversão e a conseqüente utilização da biomassa como um vetor energético moderno em países principalmente industrializados, as vantagens ambientais de sua utilização, e ao número de

empreendimentos que utilizam tal fonte, o cenário tem se modificado e hoje a biomassa é vista como uma alternativa para a substituição de combustíveis fósseis.

As principais fontes de biomassa no Brasil são: bagaço da cana-de-açúcar; álcool; carvão vegetal; lenha e resíduos de madeira; resíduos agrícolas e óleos vegetais; e resíduos industriais e municipais.

O bagaço da cana-de-açúcar é o tipo de biomassa mais utilizado na produção de energia elétrica no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo. Além da grande disponibilidade desse material orgânico, o período de colheita da cana-de-açúcar coincide com os períodos de estiagem das principais bacias hidrográficas do País, aumentando as vantagens de sua utilização. (ANEEL, 2005).

Uma curiosidade bastante interessante é que cada tonelada de cana-de-açúcar processada no setor sucroalcooleiro requer 12kWh de energia elétrica, o que pode ser gerado pelos próprios resíduos da cana processada (palha, bagaço etc.), possibilitando ao setor auto-suficiência energética em termos de energia elétrica por meio da co-geração. (ANEEL, 2005, p. 79).

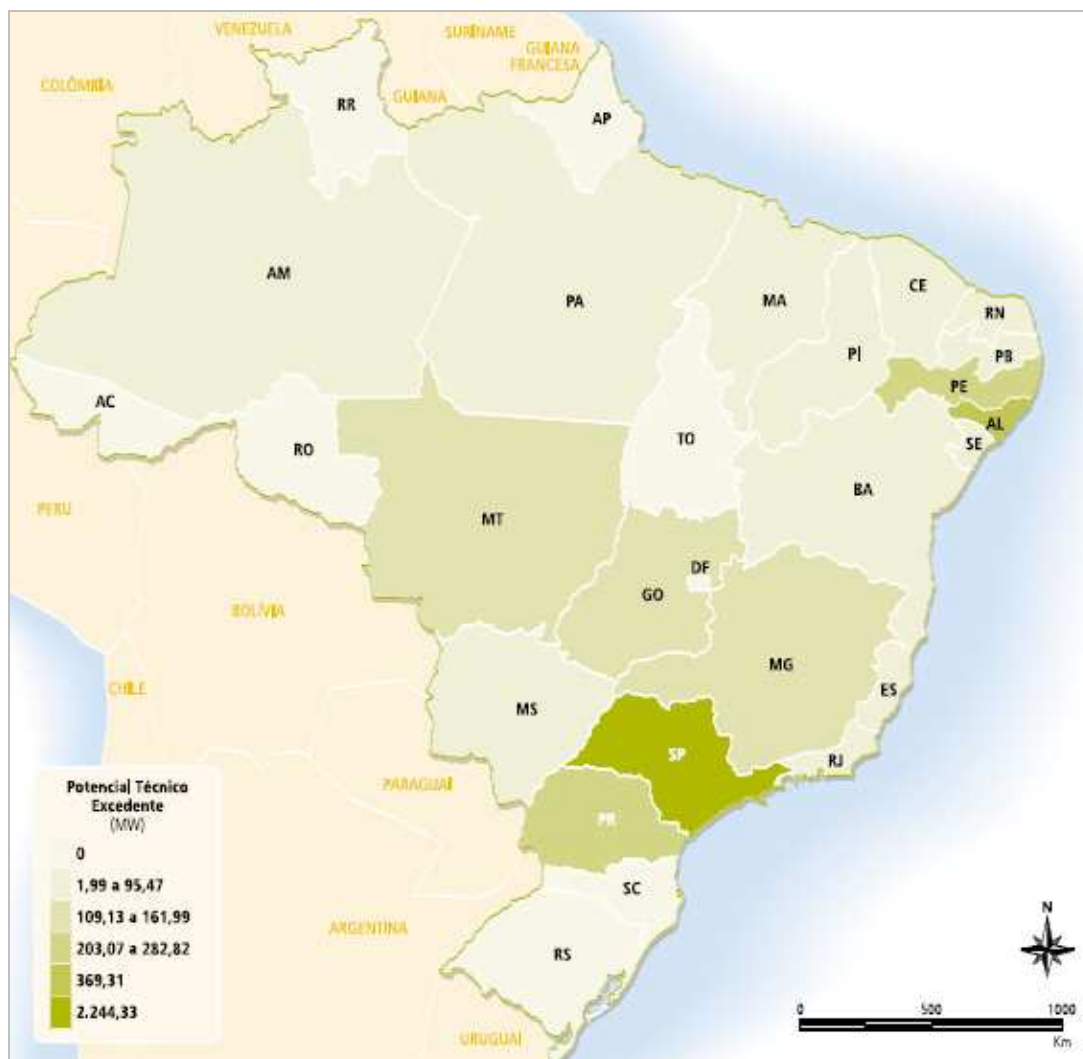


Figura 16: Potencial de Co-Geração de Energia Elétrica no Setor Sucroalcooleiro
Fonte: Aneel (2005, p. 81)

A indústria madeireira também gera resíduos que podem ser utilizados na produção elétrica, sendo que os Estados brasileiros com maior potencial de aproveitamento da silvicultura são o Paraná e São Paulo. Vale lembrar que nos casos em que a extração seletiva e o beneficiamento são descentralizados, o aproveitamento desse tipo de material pode ser economicamente inviável. (ANEEL, 2005, p. 79).

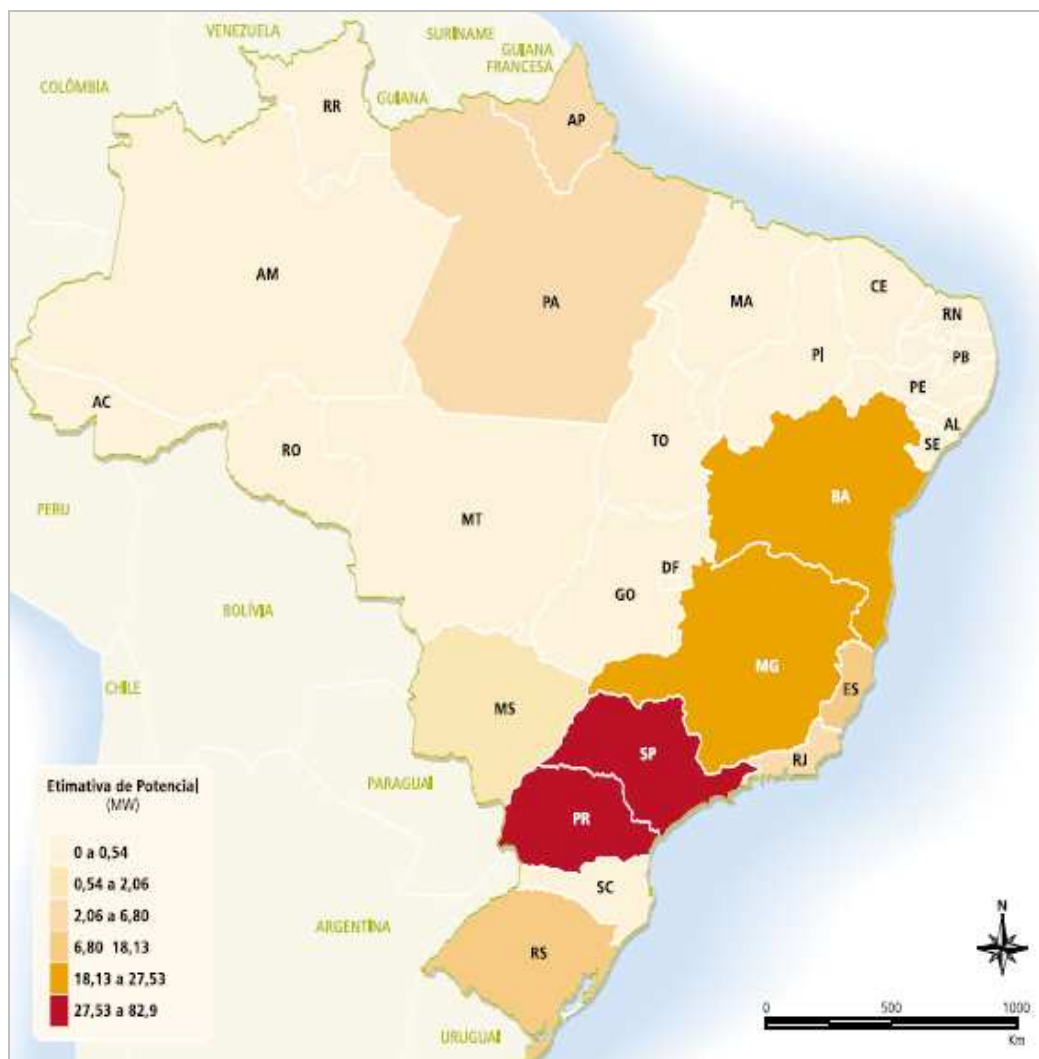


Figura 17: Potencial de Geração Elétrica através da Silvicultura
 Fonte: Aneel (2005, p. 80)

Os resíduos oriundos do cultivo do azeite de dendê também possuem grande potencial para geração energética. O cultivo do dendê é mais verificado na região amazônica, e sua produtividade média é de 4 toneladas de óleo por hectare, maior até mesmo que a soja. Outras plantas cujos resíduos podem ser utilizados como biomassa são buriti, o babaçu e a andiroba, todos com presença forte na região norte do Brasil. (ANEEL, 2005).

Depois desses, os maiores potenciais de resíduos para utilização como biomassa são:

- Casca de Arroz, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Maranhão, respectivamente;
- Casca da Castanha de Caju, nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, respectivamente; e
- Coco-da-Bahia, nos Estados da Bahia, Ceará e Pará, respectivamente.

Os principais entraves ao uso da biomassa como combustível são a baixa eficiência termodinâmica das plantas e os custos relativamente altos de produção e transporte em alguns casos. (ANEEL, 2005, p. 92). Mas apesar disso, tem sido inclusive, foco de estudos e aplicações, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Seja na busca de fontes alternativas de geração energética ou opções mais competitivas que os combustíveis fósseis, o consumo da biomassa para geração de energia elétrica tem aumentado significativamente.

2.6.4 Co-Geração de Energia

O processo de co-geração de energia consiste na geração de energia mecânica ou elétrica simultânea e sequencialmente com produção de calor. Resulta num processo eficiente e uma forma de racionalização do uso de recursos naturais, ao passo que se produz a energia e ao mesmo tempo se aproveita o calor gerado dessa produção para destinação aos sistemas de aquecimento de fluidos, climatização de ambientes, geração de vapor, secagem de produtos agrícolas entre outros.

Dessa maneira algumas empresas conseguem receitas na venda desse calor, ou utilizam para consumo próprio, nas diversas formas, e contribuem para a redução de impactos ambientais. No processo, o sistema recupera o calor residual gerado na produção, para produzir água quente ou vapor. Segundo Aneel (2005, p. 10), reduz-se em “até 30% do combustível que seria necessário para produzir separadamente calor de geração e de processo e amplia-se a eficiência térmica do sistema, que pode atingir um índice de 90%.”

Algumas grandes empresas do Brasil estão implantando a co-geração com a utilização do próprio lixo industrial, como a exemplo das empresas de celulose, que utilizam materiais que antes eram descartados, para serem queimados e aquecerem as caldeiras.

2.7 SICOGEA – SISTEMA CONTÁBIL GERENCIAL AMBIENTAL

O SICOGEA é um sistema com ênfase na contabilidade e controladoria ambiental, que apresenta a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental como forma de gestão. Apesar de poder ser utilizado em qualquer tipo de empresa, inicialmente o SICOGEA foi desenvolvido e aplicado numa cadeia produtiva de arroz ecológico. O Sistema é composto por três etapas de três fases cada. A primeira etapa, chamada de “Integração da Cadeia Produtiva”; a segunda

etapa, “Gestão do Controle Ecológico”; e a terceira etapa, “Gestão da Contabilidade e Controladoria Ambiental”. (PFITSCHER, 2004).

Nesta pesquisa a metodologia utilizada foi baseada no SICOGEA, principalmente em sua terceira etapa, que será abordada nas linhas a seguir.

A terceira etapa do SICOGEA, “Gestão da Contabilidade e Controladoria Ambiental”, é formada pelas seguintes fases:

- **Investigação e Mensuração:** essa fase busca determinar o estágio atual das empresas com relação aos procedimentos ambiental e contábil. Apresenta a lista de verificação e a análise do balanço ambiental. Compartilha as informações coletadas com as partes envolvidas no processo, buscando um comprometimento total. As ações que compõem esta fase são: Sustentabilidade e Estratégia Ambiental; Comprometimento; e Sensibilização das Partes Interessadas.
- **Informação:** a segunda fase é composta pelas ações: Mapeamento da Cadeia de Produção e Consumo; Estudo das Entradas e Saídas do Processo; e Inventário de Aspectos e Impactos Ambientais. Nessa fase o objetivo é mapear o processo como um todo, identificando suas as entradas e saídas e sua interação com o ambiente.
- **Decisão:** essa fase apresenta o que é necessário para que a empresa possa se manter, de forma sustentável, no mercado. É composta pelas seguintes ações: Oportunidades de Melhorias; Estudo de Viabilidade Técnica, Contábil e Ambiental; e Planejamento.

As figuras 18, 19 e 20 demonstram as fases da terceira etapa do SICOGEA:



Figura 18: Fase 1 da Terceira Etapa do SICOGEA
Fonte: Pfitscher (2004, p. 120)

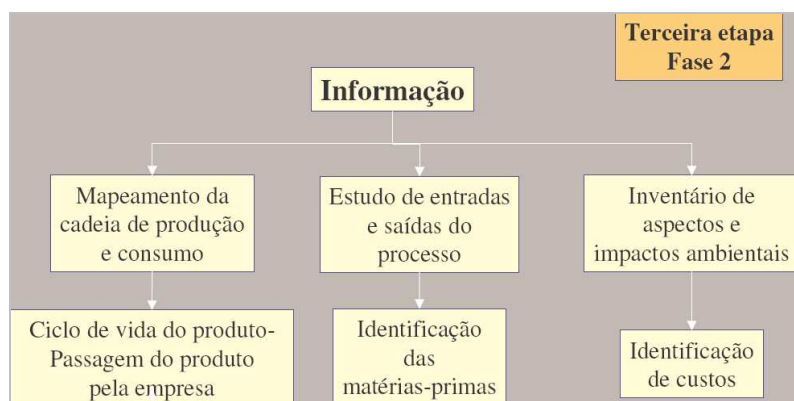


Figura 19: Fase 2 da Terceira Etapa do SICOGEA
Fonte: Pfitscher (2004, p. 132)

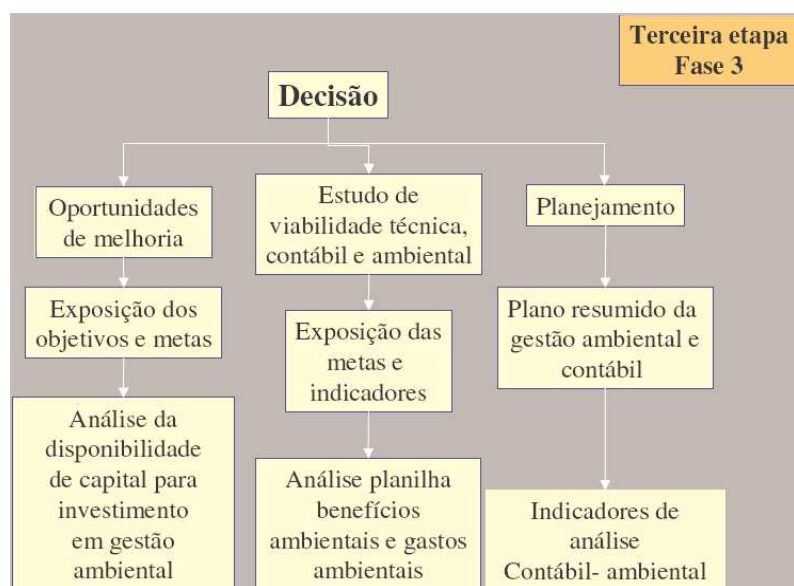


Figura 20: Fase 3 da Terceira Etapa do SICOGEA
Fonte: Pfitscher (2004, p. 135)

Nesta pesquisa, utilizou-se algumas ações da fase 1 da terceira etapa do SICOGEA.

Na primeira ação, que aborda o desempenho ambiental e contábil, onde o objetivo é conhecer o atual nível de desempenho ambiental e contábil da empresa, estudou-se as políticas e processos da Companhia, uma vez que a Empresa não elabora balanço ambiental, não sendo possível adotar tal metodologia em sua totalidade. Aliás, em virtude do tamanho dos empreendimentos da Empresa, a elaboração de balanço ambiental deve ser fruto de trabalho específico, que não é o objetivo dessa pesquisa.

Na segunda ação, foi utilizada a essência da metodologia do SICOGEA com a lista de verificação do Instituto Ethos, com algumas adaptações, conforme descrito no item 1.4. As diferenças são mínimas. No SICOGEA, o grau de sustentabilidade é determinado diretamente com base numa fórmula que relaciona as questões “adequadas” e “deficitárias” com o número total de questões, enquanto que na metodologia utilizada, o cálculo é feito por meio da mesma fórmula só que a sustentabilidade não é classificada como “adequada” ou “deficitária”, mas em estágios, variando conforme o índice de sustentabilidade encontrado. A média dos índices dos sub-critérios resulta na sustentabilidade dos critérios. E a média dos índices dos critérios resulta na sustentabilidade global da empresa.

Pfitscher (2004, p. 103) afirma que a controladoria tem como função “disponibilizar ou possibilitar informações para definição de formas de atuação que preservem o meio ambiente sem interromper a continuidade das atividades de forma competitiva no mercado.” Assim, o SICOGEA visa identificar os pontos críticos do processo, para que possam ser minimizados ou eliminados, gerando informações a respeito desses impactos aos gestores, para que assim possam agir em prol do meio ambiente, seja ele social ou ambiental, garantindo a continuidade da empresa de forma sustentável. (PFITSCHER, 2004).

3. ESTUDO DE CASO

Nos tópicos que seguem, apresenta-se o estudo de caso, com base nas informações colhidas da Empresa. Primeiramente é traçado um histórico sobre a Empresa, estudando suas políticas a respeito de ética, meio ambiente, responsabilidade social, os projetos e as ações de benefício à qualidade ambiental e social. Depois a pesquisa prossegue com um breve histórico sobre o Instituto Ethos e por fim, a apresentação dos resultados e suas respectivas análises.

3.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

Privatizada em setembro de 1998, a Gerasul, na época com uma capacidade instalada de 3.719MW, era fruto da cisão parcial da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, que ocorreu em 1997.

Constituída em 1968, a Eletrosul, uma subsidiária da Eletrobrás, foi incluída em 1995 no Programa de Desestatização do Governo Federal. Assim, em 1997 houve a cisão parcial da Companhia, dando origem à Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL, ambas sob o controle acionário da Eletrobrás. Então em 1998, a Gerasul foi adquirida pelo grupo belga Tractebel e em fevereiro de 2002, a Empresa passa a se chamar Tractebel Energia S.A.

Com base na “Usina da Memória”, material elaborado pela Unidade Organizacional Documentação, Suprimentos e Serviços Gerais – U.O. DPS, apresenta-se o caminho percorrido da fundação ao que hoje se conhece como Tractebel Energia S.A., com os principais fatos ocorridos nesse período:

Ano	Acontecimento
1957	Criação da Sociedade Termelétrica de Capivari S.A. – SOTELCA, em Tubarão/SC, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.
1965	Inauguração da primeira unidade da Usina Termelétrica Jorge Lacerda I, hoje conhecida como UTLA, pelo Presidente Castelo Branco.
1968	Constituição da Eletrosul como subsidiária da Eletrobrás. Transferência das ações da Sotelca para a Eletrobrás.
1969	A Eletrosul assume a responsabilidade da construção da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo.
1970	A Usina Termelétrica de Charqueadas, localizada em Charqueadas/RS, é incorporada à Eletrosul.
1972	A Usina Termelétrica Alegrete, localizada em Alegrete/RS, e a Sotelca são incorporadas à Eletrosul.
1973	Inauguração da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, localizada no município de Entre Rios do Sul/RS, o empreendimento hidrelétrico mais antigo da Tractebel Energia.
1975	Operação das duas primeiras unidades de Salto Osório, situadas no curso

	principal do Rio Iguaçu, entre os municípios de Quedas do Iguaçu e São Jorge D'Oeste, no Paraná.
1979	Inauguração da primeira unidade da Usina Termelétrica Jorge Lacerda III, hoje conhecida como UTLB.
1980	Início de operação da unidade 5 da Usina Hidrelétrica Salto Osório. Entra em funcionamento a unidade geradora 1 da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, situada nas margens do Rio Iguaçu, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu, no Paraná.
1995	A Eletrosul é incluída no Programa Nacional de Desestatização, por intermédio da Lei n.º 1.481/95.
1996	Inauguração da nova cidade de Itá/SC, reconstruída devido ao lago formado pela Usina, deixando a antiga cidade submersa. A usina possui um dos melhores modelos de preservação socioambiental em nível mundial.
1997	Inauguração da Usina Termelétrica Jorge Lacerda IV, conhecida atualmente como UTLC. Em novembro de 1997, acontece a cisão parcial da Eletrosul, dando origem à Gerasul, ainda sob o controle da Eletrobrás.
1998	Em setembro de 1998 acontece a privatização da Gerasul pelo grupo Tractebel.
1999	Início de operação da Usina Termelétrica Willian Arjona, em Campo Grande/MT, primeira usina a utilizar o gás natural fornecido pelo gasoduto Brasil-Bolívia. Transferência da Sede da Empresa, antes localizada no bairro Pantanal, para o Centro de Florianópolis/SC.
2000	Início de operação da Usina Hidrelétrica de Itá/SC.
2002	Em fevereiro de 2002 a Empresa assume o nome de Tractebel Energia S.A. Início de operação da Usina Hidrelétrica de Machadinho, localizada no Rio Pelotas, divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inauguração da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, na divisa dos municípios de Minaçu e Cavalcante/GO.
2003	A SUEZ assume o controle da Companhia. Início da operação da Unidade de Co-Geração Lages, em Lages/SC, sendo a primeira usina em Santa Catarina movida a biomassa.
2004	Certificação de sete usinas nas normas NBR ISO 9001 E 14001.
2006	Em janeiro de 2006, as ações da Companhia passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bovespa. A Unidade de Co-Geração Lages, obtém o registro no Comitê Executivo de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, da ONU. Em dezembro desse ano, obtém a certificação de todas as usinas nas normas NBR ISO 9001 e 14001.

Tabela 4: Linha do Tempo da Tractebel Energia

Fonte: adaptado de Tractebel Energia (2005)

Hoje, Sociedade Anônima de capital aberto, com ações listadas na BOVESPA, a Tractebel Energia S.A. é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, responsável pela geração de 8% do total de energia elétrica consumida no País.

Com sede em Florianópolis/SC, possui um parque gerador composto por 13 usinas, sendo seis usinas hidrelétricas e sete usinas termelétricas. A Empresa está presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás, com uma capacidade total instalada de 5.860 MW.

A Empresa é controlada pelo grupo SUEZ, de origem franco-belga, que atua nos ramos de eletricidade, gás, água e tratamento de resíduos, que ocupa a posição de maior

fornecedor de energia e serviços industriais e o segundo em gestão de resíduos e em usinas de tratamento de água da Europa, com capacidade total instalada de 58.000MW.

O controle do grupo está estruturado da seguinte forma:

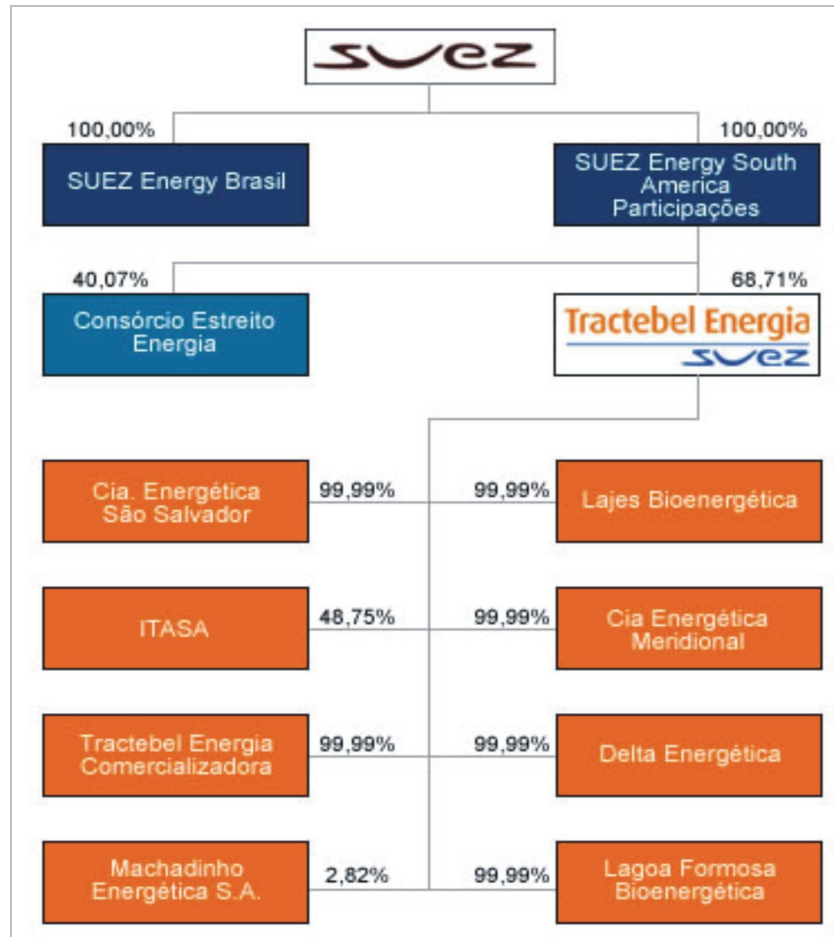


Figura 21: Organograma Tractebel Energia
Fonte: Tractebel Energia

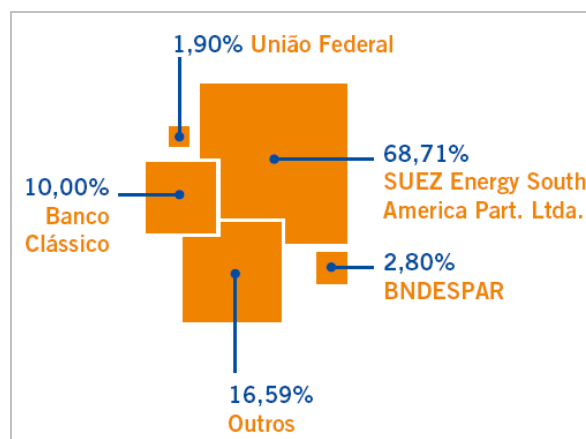


Figura 22: Composição acionária Tractebel Energia
Fonte: Tractebel Energia (2006, p. 12)

A tabela 4 apresenta um panorama geral sobre as usinas da Empresa:

Usina	Tipo	Combustível	Rio	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Produção Acumulada Anual (GW)
UHE Cana Brava	Hidrelétrica	-	Rio Tocantins/GO	Minaçu/GO	450,00	1.235,55
UHE Itá	Hidrelétrica	-	Rio Uruguai/SC	Itá/SC	1.090,40	5.213,39
UHE Machadinho	Hidrelétrica	-	Rio Pelotas/RS	Maximiliano de Almeida/RS	404,00	3.535,72
UHE Passo Fundo	Hidrelétrica	-	Rio Passo Fundo/RS	Entre Rios do Sul/RS	226,00	623,59
UHE Salto Osório	Hidrelétrica	-	Rio Iguaçu/PR	Quedas do Iguaçu/PR	1.078,00	3.194,20
UHE Salto Santiago	Hidrelétrica	-	Rio Iguaçu/PR	Saudade do Iguaçu/PR	1.420,00	4.657,07
Complexo Jorge Lacerda (UTLA, UTLB e UTLC)	Termelétrica	Carvão Mineral	-	Capivari de Baixo/SC	857,00	567,08
Unidade de Co-Geração Lages	Termelétrica	Biomassa	-	Lages/SC	28,00	44,11
UTE Alegre	Termelétrica	Óleo Combustível	-	Alegrete/RS	66,00	-
UTE Charqueadas	Termelétrica	Carvão Mineral	-	Charqueadas/RS	72,00	193,42
UTE Willian Arjona	Termelétrica	Gás Natural e Óleo Diesel	-	Campo Grande/MS	190,00	5,69

Tabela 5: Usinas Tractebel Energia
Fonte: adaptado de Tractebel Energia

Em 2006 todas as 13 usinas da Tractebel Energia obtiveram a certificação NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, e a Unidade de Co-Geração de Lages/SC, obteve o registro no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

3.1.1 Ética, Princípios Corporativos e Meio Ambiente

Os princípios corporativos da Empresa são os mesmos de seu Controlador, que são Profissionalismo, Cooperação, Espírito de Equipe, Criação de Valor, Respeito pelo Meio Ambiente e Ética. Esses valores estão definidos em uma política formal, amplamente divulgada entre os colaboradores e onde estão alicerçadas as transações da Companhia. Os princípios corporativos, retirados do Código de Ética da Empresa, são:

- **Profissionalismo:** “como profissionais buscamos o aperfeiçoamento constante no serviço que prestamos aos nossos clientes, alavancando nossas competências para elaborar atendimentos inovadores e melhor adaptados às suas necessidades.”
- **Cooperação:** “o espírito de parceria é o reconhecimento desse laço essencial de colaboração e das obrigações morais que nos ligam a todos aqueles que contribuem para fazer de nós o que nós somos.”
- **Espírito de Equipe:** “agregar as ambições individuais em um empreendimento coletivo, em benefício de todos: de nosso Grupo, de nossa Empresa e de cada indivíduo que os formam.”
- **Criação de Valor:** “fazer da rentabilidade uma regra das nossas atividades para que possamos cumprir a nossa missão e assumir nossas responsabilidades em relação aos nossos colaboradores, clientes, acionistas e ao meio ambiente.”
- **Respeito pelo Meio Ambiente:** “em cada uma de nossas decisões devemos considerar o impacto direto e indireto da nossa atividade sobre o meio ambiente natural e humano.”
- **Ética:** “integrar todos os nossos valores em uma conduta responsável em relação aos outros, individual e coletivamente, para manter e aperfeiçoar a nossa reputação.”

O Código de Ética da Empresa é um documento público e disponível a todos os interessados, onde estão definidos os padrões éticos e morais do relacionamento da Companhia as diversas partes interessadas. O documento traz os princípios corporativos e aborda a ética nas relações entre:

- Companhia e seus acionistas, subsidiárias, o Grupo e os colaboradores;
- Companhia e seus clientes, fornecedores e concorrentes;
- Companhia e o meio ambiente (comunidade e o Planeta).

Traz ainda atribuições e os canais de comunicação do Comitê de Ética, as condutas frente a situações de conflitos e informações diversas associadas com o tema Ética.

O Código do Meio Ambiente por sua vez, visa pautar as ações da Companhia no relacionamento com o meio ambiente natural, colocando a sustentabilidade de suas ações no topo de seu planejamento estratégico, minimizando todo e qualquer impacto ambiental e

participando do desenvolvimento e preservação da natureza. Veja entendimento da Empresa com relação ao tema ambiental, que declara em seu Código de Meio Ambiente que

A Tractebel Energia, como empresa de geração de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social, reconhece que suas atividades e ações interagem com o meio ambiente, sendo, portanto, seu compromisso conduzi-las com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, nas dimensões ecológica, econômica e social.

O Código do Meio Ambiente descreve alguns princípios que regem suas ações relacionadas ao meio ambiente, que são:

- **Comprometimento:** “os princípios de respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável estão incorporados em todos os níveis de decisão da Tractebel Energia: na política geral, nos projetos de investimentos, nas realizações e na gestão.”
- **Compreensão:** “A Tractebel Energia estuda o meio ambiente para compreendê-lo melhor e poder assim conceber os processos de alto rendimento, econômicos e úteis para sua proteção e melhoria. Também avalia o impacto de suas atividades para melhorar o seu desenvolvimento e controlar os riscos, procurando preservar os recursos naturais e seus ecossistemas.
- **Capacitação Técnica:** “As Unidades Organizacionais desenvolvem programas de pesquisa e promovem a inovação, buscando melhoria contínua e a criação de processos que cumpram as exigências de seus clientes ou da sociedade e sigam a evolução da legislação ambiental.”
- **Compartilhar:** “A Tractebel Energia mantém um diálogo aberto com a opinião pública, desenvolvendo ações de assessoramento e publicação, atividades de formação e conscientização.”

Em sua Missão e Visão, a Companhia expressa indiretamente todos os princípios corporativos, éticos e de meio ambiente. Sua Visão é “ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil”, e sua Missão é “gerar energia para a vida”.

3.1.2 Responsabilidade Social Empresarial

A gestão da Companhia está baseada no tripé “econômico, social e ambiental”, e todo o planejamento de médio e longo prazo considera esses três fatores na tomada de decisões. Um fator importante que reforça essa idéia é a certificação de todas as 13 usinas da Empresa, pelas Normas ISO 9001 e 14001 que atestam a qualidade de seus processos e a eficiência da gestão ambiental.

Do total de capacidade instalada de produção da Companhia, 79,37% são de origem hidrelétrica, e os 20,63% restantes de termelétricas. Isso mostra a prioridade na geração energética por meio da utilização de fontes renováveis, inclusive por meio da co-geração utilizando a biomassa como combustível, como é o caso da Unidade de Co-Geração Lages.

Em termos de produção, a Tractebel gerou em 2006, 21.531GWh, sendo 74,4% dessa energia proveniente de hidrelétricas e 25,6% de termelétricas. É importante ressaltar que nesse ano o nível dos reservatórios foi afetado pela estiagem prolongada, considerada uma das mais severas, fato que restringiu uma maior produção de energia por parte das hidrelétricas da região.

Os investimentos da Companhia referentes à questões ambientais, segurança de pessoal e instalações, são da ordem de 500 milhões de reais, a serem aplicados até o ano de 2030. Além disso, a Empresa desenvolve projetos em parcerias com instituições de ensino como a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Federal de Goiás etc. Entre 1999 e 2006, a Companhia aplicou cerca de 23 milhões de reais em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

Dentre algumas iniciativas da Empresa na preservação do meio ambiente, conforme Relatório Anual (2006), pode-se destacar:

- **Estudos da Ictiofauna e Qualidade das Águas:** realizado constantemente e em parceria com empresas e entidades de pesquisa, o monitoramento da qualidade da água dos reservatórios e pesquisas da ictiofauna (peixes) proporciona a preservação de espécies de peixes ameaçadas de extinção. O monitoramento da qualidade da água é uma exigência de órgãos ambientais, no entanto, as pesquisas para a preservação e reprodução de espécies de peixes nativas, dando ênfase às espécies ameaçadas de extinção, é feita de forma voluntária pela Empresa. Realiza também o monitoramento dos recursos

hídricos dos rios do entorno e avalia o impacto nos cursos d'água. Evita a poluição das águas por meio de sistemas com metas para o tratamento, redução e recirculação de efluentes industriais, evitando sua descarga nos mananciais.

- **Gerenciamento de Bacias Hidrográficas:** a Empresa participa de sete comitês hidrográficos de sua área de concessão. Comitês do Baixo Jacuí (Usina Termelétrica de Charqueadas), Rio Ibicuí (Usina Termelétrica de Alegrete), Rio Passo Fundo (Usina Hidrelétrica de Passo Fundo), Rios Apuaê e Inhandava (Usina Hidrelétrica de Machadinho), Rio Jacutinga e Rio do Peixe (Usina Hidrelétrica de Itá), e Rio Tubarão e Complexo Lagunar (Complexo Termelétrico Jorge Lacerda). Os comitês tem como tema assuntos relacionados ao uso racional dos recursos hídricos, importância do saneamento básico, controles de poluição, inclusive com atuação das comunidades.
- **Manejo da Flora:** a Empresa mantém diversos hortos florestais em suas usinas, cujo plantio de mudas são utilizados para recompor perdas de vegetação nos reservatórios, proteger os mananciais e para doações. Foram plantadas em 2006, 110.000 mudas nas áreas das usinas e doadas 54.000 para as comunidades dessas regiões.
- **Fiscalização e Administração dos Reservatórios:** a fiscalização do uso das águas e da ocupação da área do entorno dos reservatórios, que faz parte do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente da Companhia, é feita por uma equipe de vigilância ambiental e sócio-patrimonial. A Empresa monitora a utilização das áreas do entorno via satélite. Os casos patrimoniais são solucionados pela própria Companhia, e os casos ambientais são encaminhados às autoridades competentes.
- **Controle da Poluição:** As termelétricas da Empresa possuem sistemas de controle de emissões atmosféricas, que auxiliam na retenção dos resíduos provenientes da combustão, visando reduzir o impacto ambiental dessas emissões. A Empresa possui dispositivos contratuais que obrigam fornecedores de carvão e óleo (utilizados como combustível nas usinas termelétricas), a comercializar esses produtos com reduzido teor de enxofre, diminuindo conseqüentemente a emissão de dióxido de enxofre na atmosfera. Nas usinas termelétricas a carvão, possuem precipitadores eletrostáticos que chegam a abater 98% das emissões de material particulado. Além disso, é feita a

avaliação da qualidade do ar, verificando a quantidade de material particulado e outras substâncias químicas, e por meio de relatórios periódicos, divulgados às agências ambientais e demais órgãos responsáveis pela qualidade ambiental dessas áreas.

- **Disposição e Reciclagem de Resíduos:** As cinzas (leve e pesada), proveniente da queima de carvão mineral nas usinas termelétricas, são utilizadas por outros setores produtivos. As cinzas leves são utilizadas pela indústria de cimento, em substituição ao calcário. Cerca de 800.000 toneladas, quantidade equivalente a 90% do total gerado, é vendida para a produção de cimento pozolânico. As cinzas pesadas por sua vez, possuem pH alcalino, utilizado como neutralizador da acidez do solo em áreas degradadas por depósitos de rejeitos de carvão de terceiros na região de Capivari de Baixo/SC, e para recomposição de áreas de mineração a céu aberto na região carbonífera de Baixo Jacuí/RS. Os resíduos perigosos são encaminhados para co-processamento e são empregados como combustíveis na indústria de cimento, e os óleos utilizados são reprocessados para reutilização.
- **Biomassa:** a utilização da biomassa como fonte de combustível na geração de energia reduz o nível de emissões de gases que causam o efeito estufa, quando comparados aos combustíveis fósseis. Os resíduos das indústrias madeireiras, utilizados na combustão, quando depositados na natureza, geram o gás metano, cujo potencial de poluição é 21 vezes maior que o gás carbônico. No exemplo da Tractebel, ela utiliza esses resíduos de madeira, retirando da natureza e utilizando como fonte de combustível. Essa iniciativa evita anualmente, sob as atuais condições de operação, que 220.000 toneladas de gás carbônico sejam despejadas na atmosfera.
- **Mexilhão Dourado:** em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Tractebel apóia um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, com a proposta inédita no País, de desenvolver uma técnica para resolver de “forma limpa e sustentável”, os problemas causados pela incrustação do mexilhão dourado nas tubulações de água de usinas termelétricas. É comum que as Empresas utilizem agentes químicos para remover o molusco das tubulações, gerando efluentes e resíduos. A proposta do Projeto é evitar o impacto ambiental e desenvolver uma técnica que utilizaria radiação ultravioleta diretamente nas larvas do mexilhão, sem a geração de nenhum tipo de resíduo.

Os trabalhos serão desenvolvidos na Usina Termelétrica de Charqueadas durante dois anos.

- **ISO 14001:** como já foi mencionado anteriormente, a Empresa tem 100% de seu parque gerador certificado pelas Normas que atestam sua eficiência na gestão da qualidade e na gestão ambiental. A Companhia é a única dentre as principais empresas do setor no Brasil a obter a Certificação para todas as Usinas que opera.
- **Acidentes Ambientais:** a Companhia não registra acidentes ambientais sob suas responsabilidades nos últimos seis anos.

No âmbito social a Empresa também desenvolve diversos projetos, voltados principalmente à educação, cultura e saúde. Destacam-se os seguintes:

- **Estudo de Impacto das Usinas na Comunidade:** um aspecto que não pode ser desconsiderado na implantação de um empreendimento gerador de energia elétrica é o impacto sócio-ambiental de sua implantação, em virtude da grande proporção dos trabalhos, que tendem a mudar toda a rotina de cidades inteiras, e muitas vezes mudam as próprias cidades literalmente. Para minimizar ou até mesmo extinguir esses impactos na comunidade, a Tractebel realiza estudos que se iniciam antes da implantação dos projetos. Visa com isso possibilitar melhoria na qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades onde atua. O resgate da identidade e da memória dos habitantes, a melhoria de serviços de infra-estrutura e a construção do lago das represas são exemplos que contrastam com os impactos sócio-ambientais causados pelos empreendimentos. São comuns esses tipos de melhorias aumentarem a atividade do comércio local e impactarem significativamente a atividade turística da região. Um ótimo exemplo é o município de Itá, em Santa Catarina, que foi totalmente reconstruído, preservando-se os costumes locais, no entanto com melhorias significativas em termos de saneamento e infra-estrutura urbana. A Empresa ainda mede o grau de impacto da usina no cotidiano das populações; mede a opinião das pessoas com relação à Empresa; classifica o público quanto ao sexo, faixa etária, renda familiar, escolaridade etc., dados que servem para identificar as necessidades da comunidade e direcionar seus investimentos sociais e ambientais. Seja no âmbito social ou ambiental, a Empresa vai além do que é previsto na legislação.

- **Programa Jovem Trabalhador:** oferece condições de trabalho para jovens de famílias de baixa renda, voltado para o público da grande Florianópolis/SC.
- **Sociedade Eunice Weaver – Educandário Santa Catarina:** projeto que atende 500 crianças de comunidades carentes de São José/SC.
- **Associação Edson Filho:** a iniciativa visa apoio ao Projeto Ação Pedagógica Especializada à Crianças e Adolescentes Especiais do Centro de Integração Humana, realizado em Capivari de Baixo/SC.
- **Grupo AfriCatarina:** apoio ao programa gratuito de arte e educação para crianças de comunidades de baixa renda, em Florianópolis/SC.
- **Projeto Palhocense de Natação:** o Projeto atende em média 800 crianças de comunidades carentes de quatro municípios catarinenses, destinado inclusive para crianças especiais.
- **Projeto Orquestra Escola:** Projeto desenvolvido em parceria com a Fundação Franklin Cascaes, visa viabilizar formação musical para crianças e adolescentes de comunidades carentes da grande Florianópolis/SC.
- **Cidade da Criança:** Projeto que atende crianças e adolescentes de comunidades carentes da região, feito em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, através do Fundo para a Infância e Juventude – FIA.
- **Projeto Paternidade Responsável:** desenvolvido em Lages/SC, o Projeto é voltado para adolescentes das comunidades carentes da região.
- **Programa de Visitas às Usinas do Complexo Jorge Lacerda:** Projeto desenvolvido pela Empresa, objetiva o envolvimento e a participação da Empresa no cotidiano da comunidade. Os trabalhos são feitos por meio da apresentação das atividades desenvolvidas nas dependências da Empresa. No rol de atividades estão passeio pelas instalações da Empresa, palestra sobre funcionamento da Usina e as atividades de preservação ambiental, vídeos sobre ecologia, coleta seletiva de lixo e segurança no trabalho. A Empresa criou para as crianças um pequeno filme que mostra a transformação do carvão mineral em energia elétrica. As crianças recebem ainda uma cartilha educativa que aborda assuntos relacionados ao tema. Com isso, a Empresa promove a educação ambiental, esclarecimentos sobre a produção e o consumo responsável de energia elétrica. Somente em 2006 o Programa contou com a participação de 9.181 visitantes, sendo 7.000 estudantes das comunidades

próximas ao Complexo. No total, o Programa já levou 40.000 pessoas de diversos locais do Brasil e do exterior desde sua implantação em 1999. Em 2006 o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda recebeu pessoas do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco e também do Canadá e Uruguai.

- **Guia Turístico Santa Catarina:** a Empresa por intermédio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), patrocinou o Guia Turístico Santa Catarina, projeto nacional elaborado pela Empresa das Artes de São Paulo. O Guia promove o turismo ambiental, histórico e cultura do Estado. Com 12 meses de trabalhos, foram publicados 10.000 exemplares, que foram colocados à venda em bancas e livrarias de todo o Brasil.
- **Mulheres em Destaque:** com base no percentual de mulheres que compõem o quadro de colaboradores do Grupo SUEZ, este montou grupos de trabalho para estabelecer uma política de melhorias nas condições de trabalho das mulheres, proporcionando segurança e oportunidades para que possam investir em suas carreiras.
- **Incentivo ao Voluntariado:** a Tractebel Energia incentiva seus funcionários a serem voluntários em projetos e ações sociais. Vários funcionários participam ou coordenam projetos voltados ao bem estar social de comunidades, por exemplo o Projeto Solidariedade Proação, desenvolvido por funcionários da sede da Empresa em Florianópolis/SC.

Devido à postura adotada frente aos problemas sociais, a Tractebel obteve o reconhecimento da sociedade como um todo e em alguns casos específicos esse reconhecimento foi materializado por meio de premiações, que demonstram que a Empresa percorre o caminho do desenvolvimento sustentável. Tais prêmios são citados a seguir:

- Prêmio *Investor Relations Magazine Brazil Awards*, em 2006 na categoria “Maior Evolução em Relações com Investidores”, evidenciando as boas práticas de governança corporativa e de relacionamento com as partes interessadas;
- Prêmio Brasil Ambiental 2006, da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro, na categoria especial Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo trabalho

desenvolvido na co-geração de energia elétrica na Usina de Lages/SC, reforçando a importância dada pela Empresa ao desenvolvimento sustentável;

- A Empresa foi listada em 4.º lugar entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina em 2006, conforme trabalho da Revista Amanhã;
- A Empresa foi classificada em 10.º lugar entre as 50 maiores empresas por região em 2006, segundo a Revista Valor 1000;
- A Companhia recebeu o Troféu Ouro de Fornecedor Destaque 2005, concedido pela Petroquímica União, após seleção feita entre 1.617 empresas. Essa premiação evidencia o relacionamento sólido da Tractebel com seus clientes;
- Troféu Transparência 2007, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPCAFI e Serasa, em virtude da transparência de suas demonstrações contábeis, ratificando a postura ética da Empresa, inclusive nas práticas contábeis;
- Recebeu em 2005 o Prêmio Fritz Müller, que destacou as ações da Companhia relacionadas ao meio ambiente em seus empreendimentos, que reduzem o impacto ambiental de suas atividades, indo além do que determina a rigorosa legislação nacional. Concedido pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA para as empresas que se destacam no controle de poluição gerado nos processos industriais;
- Em 2007 a Empresa teve um de seus projetos sociais, o “Projeto de Revitalização do Povoado Vila Vermelho no Município de Cavalcante/GO”, classificado entre os três finalistas do Prêmio Fundação COGE, na categoria “Ações de Responsabilidade Social”.
- Premio Empresa Cidadã 2005, na Categoria Preservação Ambiental, com o tema “A casa que vem das Cinzas”, referência ao projeto patrocinado pela Empresa em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para construção de casas populares com utilização das cinzas geradas na Usina Termelétrica de Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo/SC.

Esses reconhecimentos da sociedade para com a Empresa, mostra seu valor social nas comunidades onde atua, evidenciando sua postura social empresarial responsável.

3.1.3 Unidade de Co-Geração Lages

A Lages Bioenergética Ltda., constituída em 26 de junho de 2002, com sede no município de Lages, em Santa Catarina, tem capacidade de geração de 28 MW e 25 t/h de vapor, utilizando resíduos madeireiros (biomassa) como combustível. O empreendimento tem prazo de exploração de 30 anos, a contar a partir de 30/10/2002.

Em Santa Catarina encontram-se 17% das florestas de *pinus* de todo o Brasil, e 20% das florestas do Estado, estão no município de Lages. Estudo da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, contratado pela Tractebel Energia, apontou que num raio de 120 Km de Lages, existem cerca de 300 indústria de processamento de madeira, que geram 90.000 toneladas mensais de resíduos, que eram depositados à céu aberto.

A iniciativa da Empresa de retirar esses resíduos do meio ambiente, utilizando-os como combustível na co-geração de energia elétrica, resultou na aprovação como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU, em junho de 2006, concedendo à Empresa direito de negociar Créditos de Carbono. Os resíduos antes depositados na natureza, geravam o gás metano, cujo potencial de poluição era maior que o gás carbônico gerado em sua combustão. A Empresa evita dessa forma, que 220.000 toneladas de gás carbônico sejam lançadas na atmosfera anualmente.

De forma bastante resumida descreve-se o processo de co-geração da Usina: a biomassa armazenada é queimada na caldeira, gerando calor e vapor para mover a turbina, a turbina faz com que o gerador transforme a energia mecânica em energia elétrica. É feita a captação de água do Rio Caveiras, que passa por tratamento e é utilizada principalmente nas torres de resfriamento. O vapor gerado nas torres de resfriamento é armazenado e vendido. A figura 23 demonstra esse processo:

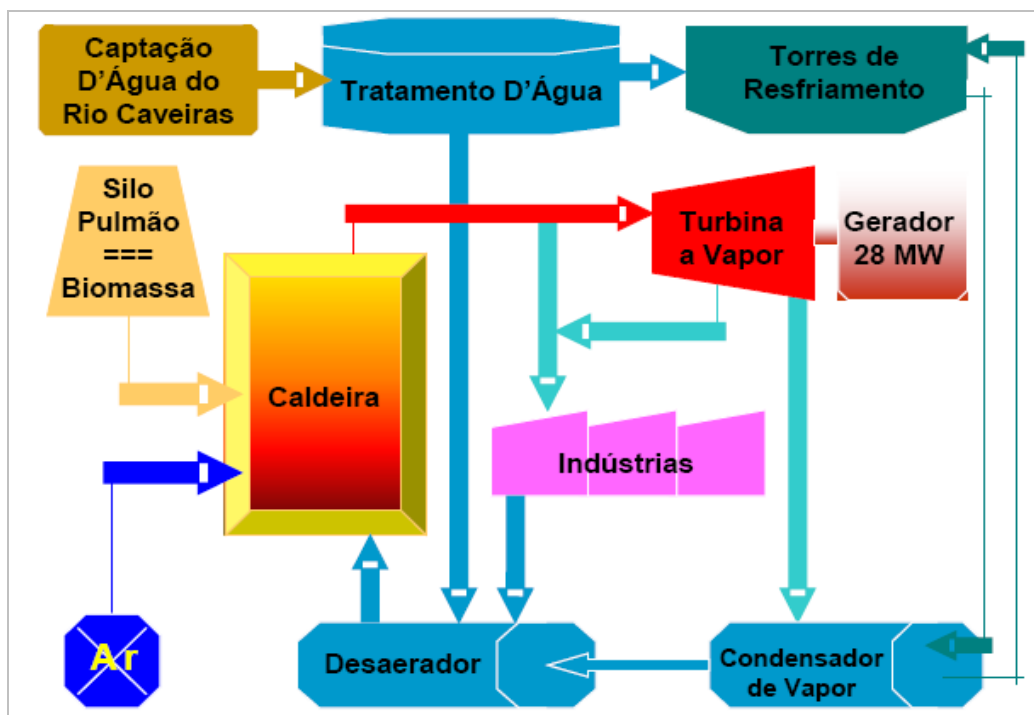


Figura 23: Processo de Co-Geração da Unidade Lages
Fonte: Tractebel Energia

Dessa forma, a Empresa retira os resíduos madeireiros do meio ambiente, os transforma em energia elétrica, através do processo descrito na figura 23, e gera concomitantemente vapor, que é utilizado na obtenção de receitas. Esse processo demonstra que é possível além de minimizar os impactos ambientais, adquirir receitas em contrapartida.

3.2 INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Com o patrocínio de diversas empresas, (Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, Banco Itaú, Medley, Natura, Petrobrás, Samarco, SESI-SC e Grupo Suzano), o Instituto Ethos elabora anualmente os Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial, que não é um Balanço Social propriamente dito, mas que evidenciam a postura social das empresas, determinando seu estágio de sustentabilidade e propiciam a elaboração do Balanço Social. Em forma de questionário, serve como um “excelente instrumento de conscientização, aprendizado e monitoramento da responsabilidade social empresarial.” (ETHOS, 2007, p. 3).

3.2.1 Breve Histórico do Instituto Ethos

Organização não-governamental, o Instituto Ethos foi criado para mobilizar e ajudar empresas a conduzirem seus negócios de forma a contemplar o ambiente social em seus objetivos, assumindo a responsabilidade social como fator relevante em todas as suas ações. O Instituto tem “como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente.” (ETHOS).

Atualmente o Instituto conta com a associação de 1.271 empresas, dos diversos setores e regiões do Brasil. Dos associados no Estado de Santa Catarina destacam-se: Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, Eletrosul, Seara, Serviço Social da Indústria – SESI e Unimed. A Tractebel Energia S.A. não consta na lista de associados do Instituto Ethos. Considerando o setor elétrico, destacam-se as seguintes empresas associadas: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig, Companhia Paranaense de Energia – Copel, Furnas Centrais Elétricas S.A., Celesc, Eletrosul, CPFL Energia S.A., Duke Energy Brasil e CEEE.

As distribuições de associados por regiões e porte estão representadas nas tabelas 5 e 6 respectivamente:

Região	Proporção
Norte	1,89%
Nordeste	8,73%
Centro-Oeste	4,40%
Sul	8,58%
Sudeste	76,40%

Tabela 6: Empresas Associadas ao Instituto Ethos Classificadas por Região

Fonte: adaptado de Instituto Ethos

Porte	Número de Empresas	Proporção
Micro e Pequenas Empresas	597	46,97%
Médias Empresas	235	18,49%
Grandes Empresas	439	34,54%
Total	1.271	100%

Tabela 7: Empresas Associadas ao Instituto Ethos Classificadas pelo Porte

Fonte: adaptado de Instituto Ethos

Idealizado por empresários da iniciativa privada, o Ethos trabalha em cinco linhas de atuação:

- Ampliação do movimento de responsabilidade social empresarial;
- Aprofundamento de práticas em responsabilidade social empresarial;
- Influência sobre mercados e seus atores mais importantes, no sentido de criar um ambiente favorável à prática da responsabilidade social empresarial;
- Articulação do movimento de responsabilidade social empresarial com políticas públicas; e
- Produção de informação a respeito do tema.

Assim, pode-se dizer que o Instituto Ethos é um ente que visa difundir o tema social-ambiental entre as empresas nacionais, visando tornar a ética, e conseqüentemente a responsabilidade social empresarial, uma prática comum no ramo empresarial brasileiro, fazendo isso de forma voluntária.

3.2.2 Critérios e Sub-Critérios da Lista de Verificação

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial estão divididos por temas, com a finalidade de identificar as possíveis áreas de melhorias das organizações. Cada tema é detalhadamente explorado:

- Valores, Transparência e Governança Corporativa;
- Público Interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores e Clientes;
- Comunidade; e
- Governo e Sociedade.

Cada um dos temas, denominados de Critérios, é composto por diversos sub-temas, chamados de Sub-Critérios. Com base nas respostas das questões determina-se a sustentabilidade de cada sub-critério e seu estágio de sustentabilidade correspondente, conforme descrito no sub-item 1.4 da pesquisa.

Cada estágio tem um significado, determinando em que nível a empresa se encontra com relação à determinado assunto. Veja no quadro 7, o significado geral de cada estágio:

Estágio	Significado
1	Representa um estágio básico de ações da empresa, no qual ela ainda se encontra em nível reativo às exigências legais.
2	Representa um estágio intermediário de ações, no qual a empresa mantém uma postura defensiva sobre os temas, mas já começa a encaminhar mudanças e avanços em relação à conformidade de suas práticas.
3	Representa um estágio avançado de ações, no qual já são reconhecidos os benefícios de ir além da conformidade legal, preparando-se para novas pressões regulamentadoras do mercado, da sociedade etc. A responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável são tidos como estratégicos para o negócio.
4	Representa um estágio proativo, no qual a empresa atingiu padrões consideráveis de excelência em suas práticas, envolvendo fornecedores, consumidores, clientes, a comunidade e também influenciando políticas públicas de interesse da sociedade.
-	Não havíamos tratado antes desse assunto.
-	Não vemos a aplicação disso em nossa empresa.

Tabela 8: Estágios da Sustentabilidade Social Empresarial

Fonte: adaptado de Ethos (2007, p. 5)

Cada empresa pode estar enquadrada em apenas um estágio para cada sub-critério, a escolha de um estágio pressupõe o cumprimento dos estágios anteriores. Caso a empresa não se enquadre em nenhum dos estágios, deve assinalar uma das duas opções restantes, para os casos em que a aplicação do tema não se aplique na empresa, ou ainda caso não tenha abordado o assunto internamente. Para ambos os casos deve a empresa apresentar uma justificativa a respeito dos motivos que a levaram a tal resposta.

O Instituto Ethos sugere um roteiro a ser seguido para aplicação dos Indicadores:

Etapas	Descrição
1	Definição dos facilitadores internos e externos do processo.
2	Capacitação dos facilitadores internos e externos sobre os Indicadores Ethos.
3	Evento de conscientização geral, durante o qual a empresa pode esclarecer às principais partes interessadas sobre a razão para o preenchimento dos Indicadores Ethos e engajá-las ao processo.
4	Estabelecimento de comitês internos por tema, destaque de lideranças formais e informais, definição da agenda de trabalho etc.
5	Reunião de discussão por tema e preenchimento dos indicadores.
6	Reunião final de consolidação dos temas e identificação de fatores críticos de sucesso.
7	Envio dos dados ao Instituto Ethos e autorização de acesso, por meio do sistema dos Indicadores Ethos.
8	Obtenção do respectivo Relatório de Diagnóstico, também pelo sistema dos Indicadores Ethos.
9	Avaliação e apresentação do Relatório para os envolvidos, identificando os pontos fortes e fracos e definindo as prioridades.
10	Planejamento e definição das metas com relação às informações levantadas.
11	Implementação das ações estabelecidas como prioridades.
12	Avaliação das ações implementadas, elaboração de balanço social e reinício do processo.

Tabela 9: Etapas do Processo de Aplicação dos Indicadores Ethos

Fonte: adaptado de Ethos (2007, p. 9)

Tema Público Interno
RESPEITO AO INDIVÍDUO

Subtema Indicador 12 – Compromisso com a Não-Discriminação e Promoção da Equidade Racial²⁰

Indicador Considerando a formação da sociedade brasileira e as persistentes desvantagens que caracterizam a situação da população negra (pretos e pardos) no país, a empresa:

Enunciado

Segue rigorosamente a legislação em vigor que proíbe a discriminação racial no mundo do trabalho e assume internamente uma postura contrária a qualquer tipo de preconceito em relação a todas as partes interessadas.

Exige em contrato que a legislação seja cumprida rigorosamente também pelos empregados terceirizados.

Realiza censo interno periódico para avaliar necessidades, situações ou áreas críticas em relação à equidade racial. Essas informações são utilizadas para subsidiar o planejamento de ações afirmativas, reforçar as campanhas de conscientização, rever processos e políticas etc.

Faz seu compromisso público de promover a equidade racial, materializada por meio de políticas formais de gestão de pessoas que priorizam a equidade e pela promoção de ações afirmativas para garantir oportunidades iguais para negros nos processos de admissão, promoção e mobilidade interna.

Além de manter programas de desenvolvimento profissional, coaching e/ou mentoring voltados para empregados negros, estimula a promoção da equidade racial quando sua cadeia produtiva é investida em programas para a comunidade que tenham o mesmo objetivo, contribuindo na conscientização da sociedade sobre o tema.

Estágios

ESTÁGIO 1 ESTÁGIO 2 ESTÁGIO 3 ESTÁGIO 4

☐ Não vemos aplicação disso em nossa empresa (Justifique.) ☐ Não podemos tratar antes desse assunto.

Indicadores de Profundidade

Indicadores Binários

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	SIM	NÃO
12.1. A política de promoção da equidade e não-discriminação racial é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.2. Da política de promoção da equidade e não-discriminação racial derivam procedimentos específicos para melhorar a qualificação e o desenvolvimento na carreira de empregados negros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.3. A política de promoção da equidade e não-discriminação racial é explícita no que se refere a salários e benefícios, previdência privada e acesso a treinamentos e bolsas de estudos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.4. A empresa realiza campanhas internas de conscientização (seminários, fóruns ou encontros específicos) para melhorar a compreensão de seus empregados sobre a importância da equidade e não-discriminação racial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.5. A empresa tem metas para promover a equidade racial nos processos de admissão, promoção e treinamento, em todos os níveis hierárquicos e em todas as áreas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.6. A política de promoção da equidade e não-discriminação racial garante a participação de negros nos processos decisórios e na gestão, em todos os níveis hierárquicos e em todas as áreas da empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.7. A promoção da equidade e não-discriminação racial é uma das dimensões da política de comunicação estratégica da empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.8. A política de comunicação comercial tem como premissa não utilizar imagens ou situações que atentem contra a dignidade dos negros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Indicadores Quantitativos

	2005	2006	2007
12.9. Percentual de negros (homens e mulheres) em relação ao total de empregados			
12.10. Percentual de mulheres negras em relação ao total de mulheres na empresa			
12.11. Percentual de mulheres negras em cargos executivos em relação ao total de cargos executivos disponíveis			
12.12. Percentual de mulheres negras em cargos de coordenação e chefia em relação ao total de cargos de coordenação e chefia disponíveis			

30

Figura 24: Modelo Original dos Indicadores Ethos

Fonte: Ethos (2007, p. 6)

O Instituto disponibiliza para as empresas participantes relatórios consolidados de versões anteriores, com notas por temas, regiões, porte da empresa etc. Todas as informações disponibilizadas são confidenciais e somente são disponibilizadas a terceiros mediante autorização da própria empresa.

O Instituto Ethos a partir de 2007 desenvolveu a Gestão da Responsabilidade Social Empresarial das Cadeias de Valor, que possibilita que as empresas que quiserem acompanhar a gestão da responsabilidade social de seus fornecedores e clientes, possam fazê-lo por meio dos Indicadores. Para isso, basta que o fornecedor ou cliente autorize a empresa a ter acesso às informações do questionário.

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, são uma importante ferramenta no auxílio às empresas que desejam identificar suas áreas deficitárias e monitorar

suas ações voltadas à responsabilidade social e ambiental, pautados nos padrões éticos da sociedade atual.

3.3 SUSTENTABILIDADE DOS CRITÉRIOS E SUB-CRITÉRIOS

Os resultados obtidos com a avaliação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, aplicados na Tractebel Energia S.A., foram os seguintes:

3.3.1 Sustentabilidade Global da Tractebel Energia S.A.

Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
Valores, Transparência e Governança	88,46%	4
Público Interno	70,84%	3
Meio Ambiente	67,92%	3
Fornecedores	88,10%	4
Consumidores e Clientes	81,25%	4
Comunidade	86,01%	4
Governo e Sociedade	93,33%	4
SUSTENTABILIDADE GLOBAL	82,27%	4

Tabela 10: Resultados da Sustentabilidade Global

Fonte: Dados da Pesquisa

O grau de sustentabilidade global da Tractebel Energia é de 82,27%, o que lhe garante estar classificada em um estágio proativo (estágio 4) de responsabilidade social empresarial. Com esses níveis de sustentabilidade, pode-se dizer que a Empresa apresenta padrões adequados de excelência em suas práticas, e de forma proativa envolve fornecedores, clientes e comunidade, além de influenciar políticas públicas e de interesse da comunidade. Na composição do resultado, os critérios de maior destaque são “Governo e Sociedade”, “Valores Transparência e Governança” e “Fornecedores”, respectivamente. Nos critérios passíveis de melhorias estão “Meio Ambiente” e “Público Interno”. As respectivas análises de cada um dos critérios são feitas a seguir.

3.3.2 Critério: Valores, Transparência e Governança

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
1. Compromissos Éticos	90,91%	4
2. Enraizamento da Cultura Organizacional	100%	4
3. Governança Corporativa	100%	4
4. Relações com a Concorrência	100%	4
5. Diálogo e Engajamento das Partes Interessadas (<i>Stakeholders</i>)	71,43%	3
6. Balanço Social	68,42%	3
Sustentabilidade do Critério “Valores, Transparência e Governança”	88,46%	4

Tabela 11: Resultados do Critério Valores, Transparência e Governança

Fonte: Dados da Pesquisa

A sustentabilidade do Critério Valores, Transparência e Governança foi de 88,46%, o que coloca a Empresa num avançado estágio em relação ao tema. Dentre os sub-critérios que o compõem, destacam-se “Enraizamento da Cultura Organizacional”, “Governança Corporativa” e “Relações com a Concorrência”, onde a Empresa obteve um grau de sustentabilidade de 100% em cada um deles.

Em relação à cultura organizacional, a Empresa possui mecanismos formais que permitem aos funcionários avaliarem questões éticas e diversos outros assuntos relacionados ao cotidiano. A cultura organizacional da Companhia prevê o alinhamento estratégico com base em seis valores (profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética), definidos pelo Controlador. Esses valores, que são os mesmos para todas as controladas do Grupo nos mais de 100 países onde atua, proporcionam a criação de uma identidade entre seus colaboradores, o que faz com que tais valores sejam incorporados de maneira sólida no dia-a-dia da Empresa. Outro fator que contribui para esse resultado é a existência do Código de Ética da Empresa, documento formal e acessível a todas as partes interessadas. Esse documento traz a postura da Companhia frente a diversas situações e nas relações com todas as partes interessadas, firmando o compromisso da Empresa com a ética em todas as suas atividades.

Em relação à governança corporativa a Empresa apresenta um padrão adequado. Por se tratar de uma companhia aberta, com ações listadas em bolsa de valores, alguns desses requisitos são exigências feitas pelos órgãos regulamentadores do mercado (porém não previstos em lei), o que não tira mérito da Empresa na questão. Possui um Conselho de Administração cuja composição conta com 20% de conselheiros independentes, além de pautar suas decisões em princípios de sustentabilidade, descritos em sua visão e missão. A

Companhia tem ações listadas no Novo Mercado da BOVESPA, espaço reservado para as empresas com as melhores práticas de governança corporativa do mercado aberto de ações.

As relações com a concorrência estão descritas de forma clara no Código de Ética. A Empresa é bastante assertiva quando afirma os padrões de concorrência leal, não fazendo uso de “informações difamatórias” nem de espionagem empresarial.

Dentre os aspectos que não permitiram uma sustentabilidade máxima no Critério pode-se destacar, o sub-critério Balanço Social, com sustentabilidade de 68,42%. A Companhia utiliza o modelo do Ibase para divulgar suas informações de cunho social, modelo considerado de fácil elaboração pelos profissionais da área. O fato de a Empresa utilizar tal modelo, não descaracteriza sua iniciativa em divulgar informações sociais, nem tampouco fez com que sua sustentabilidade fosse afetada. No entanto, por se tratar de uma empresa de grande porte, detentora do título de maior empresa de geração elétrica do País, que publica suas demonstrações contábeis e financeiras em conformidade com os padrões internacionais de Contabilidade, seria aceitável que também suas informações sócio-ambientais fossem feitos também no padrão internacional. O modelo desenvolvido pela GRI seria adequado para a Companhia, que atende boa parte dos princípios para elaboração com base nesse Modelo. O fato de não contemplar opiniões de partes interessadas, não envolvê-las na elaboração do balanço social e a falta de informações sobre impactos ambientais e meio ambiente são pontos a desenvolver nesse aspecto, comparado às tendências e exigências da sociedade contemporânea.

Conforme os índices apresentados, a Empresa possui adequados padrões de excelência nos temas de valores organizacionais, transparência nas relações com as partes interessadas e governança corporativa, e com poucos ajustes poderá ter esse Critério com sustentabilidade máxima em pouco tempo.

3.3.3 Critério: Público Interno

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
7. Relações com Sindicatos	100%	4
8. Gestão Participativa	100%	4
9. Compromisso com o Futuro das Crianças	100%	4
10. Compromisso com o Desenvolvimento Infantil	25%	1
11. Valorização da Diversidade	66,67%	3
12. Compromisso com a Não-Discriminação e Promoção da Equidade Racial	37,50%	2
13. Compromisso com a Promoção da Equidade de Gênero	60%	3
14. Relações com Trabalhadores Terceirizados	75%	3
15. Política de Remuneração, Benefícios e Carreira	75%	3
16. Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho	81,82%	4
17. Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade	100%	4
18. Comportamento nas Demissões	50%	2
19. Preparação para a Aposentadoria	50%	2
Sustentabilidade do Critério “Público Interno”	70,84%	3

Tabela 12: Resultados do Critério Público Interno

Fonte: Dados da Pesquisa

Com sustentabilidade de 70,84%, “Público Interno” traz como destaques positivos os sub-critérios “Gestão Participativa” e o “Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade”.

Os empregados têm liberdade para avaliarem as posturas da Empresa e canais para reportarem os questionamentos, sugestões, reclamações e denúncias. A Empresa mantém um programa chamado Gestão do Clima, que se utiliza de pesquisa de clima organizacional, realizada periodicamente, para medir a satisfação dos empregados com relação a diversos temas, dentre eles, motivação, questões salariais e de benefícios, ética dentro da organização, e desenvolvimento profissional. Na última pesquisa realizada, no início de 2007, constatou-se que 95% dos empregados vêem a Tractebel como comprometida com o meio ambiente e 88% consideram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar no mercado.

Nos aspectos passíveis de desenvolvimento estão os sub-critérios “Compromisso com o Desenvolvimento Infantil” e “Compromisso com a Não-Discriminação e Promoção da Equidade Racial”.

No primeiro aspecto, a Empresa não realiza acompanhamento da gestação das empregadas gestantes nem o acompanhamento pós-parto. A Empresa evita todo e qualquer procedimento que venha a invadir a vida pessoal de seus funcionários, motivo pelo qual não realiza o acompanhamento da educação infantil dos filhos dos empregados, no entanto, disponibiliza auxílio creche para as empregadas que possuem filhos até 7 anos de idade. No

aspecto da promoção da equidade racial, a Empresa declara em seu Código de Ética que condena todo e qualquer tipo de discriminação, seja ela de gênero, religião, opção sexual, etnia, raça, cor etc. E entende que ao estipular metas ou programas, que beneficiem pessoas de outras etnias, estaria de certa forma discriminando e criando dispositivos e impedindo que os princípios corporativos (profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito pelo meio ambiente e ética) sejam os principais motivos de ascensão profissional. Respeitadas as opiniões da Empresa com relação a alguns critérios que parte da sociedade tem como certo, a inserção de pequenos projetos poderiam aumentar significativamente o índice de sustentabilidade do Critério.

O grau alcançado pela Empresa nos relacionamentos com seus colaboradores, espelha um avançado estágio de relacionamento interno, atuando de forma a superar os dispositivos da legislação brasileira e garantir a qualidade de vida de seus funcionários.

3.3.4 Critério: Meio Ambiente

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
20. Compromisso com a Melhoria da Qualidade Ambiental	66,67%	3
21. Educação e Conscientização Ambiental	25%	2
22. Gerenciamento do Impacto do Meio Ambiente e do Ciclo de Vida de Produtos e Serviços	80%	4
23. Sustentabilidade da Economia Florestal	NA	NA
24. Minimização de Entradas e Saídas de Materiais	100%	4
Sustentabilidade do Critério “Meio Ambiente”	67,92%	3

Tabela 13: Resultados do Meio Ambiente

Fonte: Dados da Pesquisa

A Empresa apresenta potenciais de desenvolvimento nessa área, cuja sustentabilidade foi de 67,92%. Os destaques positivos ficam por conta da “Minimização das Entradas e Saídas de Materiais”, com grau de sustentabilidade máxima.

A Empresa possui iniciativas de utilização de fonte de energia renovável, com a utilização da biomassa na Unidade de Lages, no Planalto Serrano de Santa Catarina. Com essa iniciativa, além de reduzir a quantidade de gases lançados na atmosfera, retirando da natureza os resíduos madeireiros, utilizando-os como combustível na geração de energia elétrica, a empresa gera simultaneamente à eletricidade, vapor, gerando receitas e reduzindo o consumo de água. Incrementa dessa forma a economia local, por meio de parcerias com pequenos produtores da indústria madeireira. Essa iniciativa garantiu o registro da Usina no MDL da ONU.

Entretanto, o sub-critério que mais contribuiu para a redução do grau de sustentabilidade do tema foi “Educação e Conscientização Ambiental”. Ações de conscientização interna de reciclagem de lixo, consumo racional de água e energia elétrica, utilização de papel reciclado nas atividades administrativas e o incentivo à utilização de transporte coletivo contribuiriam para a melhora do índice. Ações voltadas ao público interno e iniciativas como a divulgação de balanço ambiental seriam decisivas para elevar seu estágio atual.

No sub-critério “Sustentabilidade da Economia Florestal”, o conceito considerado foi “Não se Aplica”, pelo fato do setor de atividade da Empresa não ter relação relevante com empresas que explorem florestas. Exceto no caso da biomassa, mas que ainda assim, por utilizar resíduos daquela atividade, não se torna viável o monitoramento de indicadores dessa natureza.

É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas pela Empresa interagem de uma forma muito intensa com o meio natural, e que suas iniciativas reduzem significativamente os impactos ambientais causados. Seu Código de Meio Ambiente reflete e orienta as diretrizes da Empresa no relacionamento com o meio natural, que a exemplo do Código de Ética, é também um documento público, disponível a todos os *stakeholders*. A Empresa possui políticas, procedimentos, projetos e investimentos na área ambiental, que a coloca entre as mais sustentáveis do setor.

3.3.5 Critério: Fornecedores

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
25. Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores	100%	4
26. Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva	100%	4
27. Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva	66,67%	3
28. Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores	85,71%	4
Sustentabilidade do Critério “Fornecedores”	88,10%	4

Tabela 14: Resultados do Critério Fornecedores

Fonte: Dados da Pesquisa

O Critério “Fornecedores”, com 88,10% de sustentabilidade, os sub-critérios “Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores” e “Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva” se destacam com 100% de sustentabilidade.

A Empresa monitora de perto seus fornecedores, exigindo os mesmos padrões éticos aplicados internamente, inclusive por dispositivos contratuais. Dessa forma, seleciona

os fornecedores que têm condições de atender suas exigências, verificando *in loco*, por meio de visitas de verificação. Caso o fornecedor não esteja apto e seja necessário, a Empresa estuda a possibilidade de auxiliar no desenvolvimento dos aspectos deficientes.

Foram duas as questões que impediram a excelência máxima nos padrões da cadeia de fornecedores da Tractebel: a verificação da existência de registro do fornecedor em determinado cadastro do Ministério do Trabalho ¹ (uma espécie de “lista suja”) e a inexistência de canal direto específico para atender o fornecedor (ouvidoria ou serviço similar). Ambas as sugestões foram anotadas e serão estudadas pelo setor responsável na Empresa.

3.3.6 Critério: Consumidores e Clientes

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
29. Política de Comunicação Comercial	62,50%	3
30. Excelência do Atendimento	100%	4
31. Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais de Produtos e Serviços	NA	NA
Sustentabilidade do Critério “Consumidores e Clientes”	81,25%	4

Tabela 15: Resultados do Critério Consumidores e Clientes

Fonte: Dados da Pesquisa

Com 81,25% de sustentabilidade, a Empresa se enquadra em um estágio proativo nas relações com clientes e consumidores.

O sub-critério “Excelência no Atendimento”, considerado como “Adequado”, obteve um índice de 100% de sustentabilidade. Prova disso foi a pesquisa de satisfação de Clientes realizada em 2006, disponível no Relatório Anual da Companhia, que obteve um índice de aprovação de 96,2%. Desses clientes, 29,7% disseram estar satisfeitos na relação comercial que mantém com a Tractebel e 66,5% se declararam muito satisfeitos. Outro fator importante no Índice de Fidelidade verificado na pesquisa foi a inexistência de clientes “vulneráveis”, ou seja, que seriam alvo fácil para a concorrência em virtude de algum problema no relacionamento comercial.

O valor do índice do sub-critério “Política de Comunicação Comercial” ficou em 62,5% devido à ausência de políticas específicas relacionadas com o público infanto-juvenil e a não análise prévia das peças de marketing publicitário para saber se estão em conformidade com políticas de direitos humanos.

¹ Cadastro onde são listadas empresas que foram flagradas utilizando trabalho escravo. Portaria MTE n.º 540/2004, disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_escravo/cadastro_trab_escravo.asp.

Ao sub-critério “Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais de Produtos e Serviços” foi considerado o conceito “Não se Aplica”, pelo fato de seu produto demandar conhecimento técnico qualificado para operação da energia elétrica por parte dos clientes. Inexiste a figura do consumidor final em sua carteira, uma vez que a Empresa vende energia por atacado para distribuidores e consumidores livres.

3.3.7 Critério: Comunidade

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
32. Gerenciamento do Impacto da Empresa na Comunidade de Entorno	85,71%	4
33. Relações com Organizações Locais	100%	4
34. Financiamento da Ação Social	83,33%	4
35. Envolvimento com a Ação Social	75%	3
Sustentabilidade do Critério “Comunidade”	86,01%	4

Tabela 16: Resultados do Critério Comunidade

Fonte: Dados da Pesquisa

Nesse Critério, cujo grau de sustentabilidade foi de 86,01%, a Empresa poderia inserir mecanismos que possibilitassem o monitoramento de indicadores voltados às suas ações sociais. Poderia ainda, incentivar de forma mais participativa a ação em sua cadeia produtiva de voluntariado, inclusive por meio de campanhas internas. A ausência dessas ações foram responsáveis pela redução do índice dos sub-critérios “Financiamento da Ação Social” e “Envolvimento com a Ação Social”.

O índice mostra sintonia no relacionamento com as comunidades de entorno, contribuindo para o progresso e a qualidade de vida das pessoas que nela habitam, por meio de ações e projetos sociais, e contribuindo assim, para a construção de sua imagem perante a sociedade.

3.3.8 Critério: Governo e Sociedade

Sub-Critério	Grau de Sustentabilidade	Estágio de Sustentabilidade
36. Contribuições para Campanhas Políticas	100%	4
37. Construção da Cidadania pelas Empresas	66,67%	3
38. Práticas Anticorrupção e Antipropina	100%	4
39. Liderança e Influência Social	100%	4
40. Participação em Projetos Sociais e Governamentais	100%	4
Sustentabilidade do Critério “Governo e Sociedade”	93,33%	4

Tabela 17: Resultados do Critério Governo e Sociedade

Fonte: Dados da Pesquisa

Assim como determina o Código de Ética, a Empresa pauta suas relações com entes governamentais e com a Sociedade de maneira transparente e ética, refletindo seu caráter empresarial. Tais práticas resultaram num índice de 93,33% para esse Critério.

Fatores que servem de base para esse resultado é a transparência e ética da Empresa, tanto nas relações políticas quanto nas práticas anticorrupção nas relações comerciais, ambas descritas no Código de Ética. Além disso, não foi citada em nenhum veículo de comunicação por práticas antiéticas por órgãos reconhecidos e autoridades.

A Empresa ficou com sustentabilidade 66,67%, no sub-critério “Construção da Cidadania pelas Empresas”, uma vez que a Empresa não estimula que os funcionários avaliem e controlem a atuação de autoridades políticas eleitas pelo voto. A Empresa se guarda ao direito de não interferir na vida privada dos trabalhadores, entendendo que o voto é um direito pessoal e secreto, não tomando partido nesse tipo de decisão.

Participa ativamente de projetos e obras sociais, beneficiando a sociedade como um todo, inclusive por meio da arrecadação de impostos e contribuições, adotando uma postura ética contra a sonegação.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Nos parágrafos a seguir apresenta-se as conclusões acerca dos resultados da pesquisa e sugestões para futuros trabalhos acadêmicos. As sugestões visam unicamente enriquecer a discussão a respeito de temas considerados relevantes dentro da ótica de responsabilidade social empresarial.

4.1 QUANTO À PROBLEMÁTICA

Após analisadas todas as questões da lista de verificação, calculando-se o índice de sustentabilidade dos sub-critérios e critérios, responde-se à questão problema desta pesquisa, cuja problemática resume-se na seguinte questão: Qual o grau de sustentabilidade social empresarial da Tractebel Energia S.A.? Assim, apresenta-se o grau de sustentabilidade global da Tractebel Energia S.A., que é de 82,27%.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, que era analisar a postura sócio-ambiental da Tractebel Energia, determinando o índice de sustentabilidade de cada critério e sub-critério da lista de verificação e o índice de sustentabilidade social empresarial global da Empresa, pode ser verificado no item 3.3, onde apresenta-se todos os índices de sustentabilidade social empresarial, bem como o índice de sustentabilidade global da Empresa.

Quanto aos objetivos específicos, que resumiam-se em analisar as posturas da Empresa com relação aos diversos públicos com os quais a Empresa interage, suas políticas em relação à governança, ética, meio ambiente, público interno, comunidade, sociedade e governo, suas premiações nas diversas áreas em que desenvolve projetos e ações, servem de base para sustentar o resultado do objetivo geral, e assim, pode-se concluir que o grau de sustentabilidade global encontrado, espelha com clareza o atual estágio de sustentabilidade social empresarial da Companhia.

Verificou-se ainda, que a Empresa está enquadrada num estágio proativo de sustentabilidade empresarial (estágio 4), no qual possui padrões de excelência em suas práticas, adequados aos olhos da sociedade, cujo envolvimento vai além dos limites internos da Empresa, estendendo tais padrões a fornecedores, clientes e comunidade. Assim, a Empresa não cumpre apenas os dispositivos da legislação, mas supera tais limites, agindo

como empresa cidadã, conforme os padrões estabelecidos nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. (ETHOS, 2007).

Entretanto, constatou-se que alguns ajustes necessitam ser feitos para que o grau de sustentabilidade verificado possa ser superado. As sugestões a respeito dos pontos passíveis de desenvolvimento, mencionados no item 3.3, “Análise dos Resultados”, se implementadas poderiam fazer a diferença em uma nova determinação da sustentabilidade global.

Dessa forma, foi possível perceber que a Empresa demonstra preocupação com as questões sociais, sejam elas do público interno ou externo e que apresenta uma postura ética na relação com suas partes interessadas e também no relacionamento com o meio ambiente natural. A sustentabilidade é visível no planejamento estratégico e no planejamento de seus investimentos e empreendimentos. Sua visão, de forma bastante abrangente, mostra a dimensão dos objetivos da Empresa que é: “gerar energia para a vida”.

Devido às características do setor, cujos investimentos são indispensáveis, onde a captação de recursos por meio de bolsa de valores é crucial para custear seus investimentos, é necessário que as empresas construam e preservem uma imagem de “empresas cidadãs”. Dessa forma, é natural que as empresas do setor sigam essa tendência socialmente responsável, pois caso não o façam, estarão fadadas ao insucesso de seus negócios, perdendo espaço para empresas que cumprem seu papel social.

4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Em relação aos futuros trabalhos relacionados ao assunto, sugerem-se alguns temas, dentre eles: a) aplicação de todo o SICOGEA na cadeia produtiva da Empresa, ou em alguma outra empresa do setor elétrico; b) papel da Contabilidade Social no impacto ambiental das usinas Hidrelétricas; c) calcular, pelo estudo de caso das maiores empresas do setor elétrico, “índices sociais padrão” que visem estipular um patamar considerado adequado para o setor elétrico brasileiro; d) pela análise das informações sociais, fazer um estudo sobre a realidade entre o discurso e a prática das ações sociais nas empresas; e, e) um estudo sobre a auto-suficiência energética das colheitas de cana-de-açúcar da indústria sucroalcooleira através do processo de co-geração de energia elétrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005. 243 p. Disponível em: <http://www3.aneel.gov.br/atlas/atlas_2edicao/download.htm>. Acesso em: 05/11/2007.

_____. Apresenta informações a respeito do setor elétrico brasileiro. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 15/11/2007.

BÄHR, Maurício. O Setor Elétrico: Passado e Futuro. In GRUPO CANAL ENERGIA. **Setor Elétrico Brasileiro**: passado e futuro, 10 anos. Rio de Janeiro: Canal Energia, 2005. 318 p.

BEUREN, Ilse Maria. LONGARAY, Andre Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. 189 p.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. Apresenta informações sobre o mercado de capitais e principais índices econômicos do Brasil. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acesso em: 15/11/2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). Resolução n. 750 de 29 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc>. Acesso em: 14/11/2007.

ELETROBRÁS. Apresenta informações sobre o setor elétrico. Disponível em: <<http://www.elektrobras.com/elb/procel/main.asp?ViewID={D81425AF-257E-44E9-8B0F-1F885CD35D6D}>>. Acesso em: 06/11/2007.

_____. Apresenta informações sobre a matriz energética brasileira e o PROINFA. Disponível _____ em: _____ <<http://www.elektrobras.com/elb/Proinfa/data/Pages/LUMISABB61D26PTBRIE.htm>>. Acesso em: 06/11/2007.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 407 p.

GASPAR, Carlos Alberto de Faria. **Responsabilidade Socioambiental Empresarial: do Conceito à Prática**. 2005. Disponível em: <<http://www.crescer.org/labideias.php?&idArt=4>>. Acesso em: 14/11/2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. Versão em Português realização do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. 2006. 47 p.

_____. Informações sobre responsabilidade social em nível mundial e relatórios de sustentabilidade internacionais. Disponível em: < <http://www.globalreporting.org/Home>>. Acesso em: 05/11/2007.

GONZALEZ, Roberto Souza. **Governança e Sustentabilidade**. 2007. Disponível em: < http://www.apimecmg.com.br/artigos/650_Microsoft%20Word%20-%20Governanca%20e%20Sustentabilidade%20_Outubro%202007_.pdf>. Acesso em: 15/11/2007.

GONZÁLEZ, Orlando. O Risco da Indefinição é o Desabastecimento. *In* GRUPO CANAL ENERGIA. **Setor Elétrico Brasileiro: passado e futuro, 10 anos**. Rio de Janeiro: Editora Canal Energia, 2005. 318 p.

GUEDES, Ernesto Moreira. *et. al.* (org.) Tendências Consultoria Integrada. **Setor Elétrico Brasileiro: crise e suas causas, cenários de crescimento e os requisitos para que ocorram os investimentos necessários**. 2. ed. São Paulo, 2003. 204 p.

Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007. Coordenação da versão 2007 de Ana Lucia de Melo Custodio e Renato Moya. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. 40 p.

IBAMA. Apresenta informações acerca do meio ambiente. Disponível em : <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 20/09/2007.

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007. Coordenação da versão 2007 de Ana Lucia de Melo Custodio e Renato Moya. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. 79 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Apresenta informações sobre balanço social e demais dados sobre indicadores sociais. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/> e <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 01/11/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORES INDEPENDENTES. **NPC 14: Receitas e Despesas – Resultado**. São Paulo, 2001. 15 p. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=229>>. Acesso em: 15/11/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORES INDEPENDENTES. **NPA 11: Balanço e Ecologia**. São Paulo, 1996. 5 p. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acesso em: 15/11/2007.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Informações sobre responsabilidade social empresarial e balanço social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 01/07/2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999. 286 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável também às demais sociedades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 508 p.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Contabilidade Social - Contabilidade Gerencial (Sistema de Informação Contábil). Ijuí: 1999. Disponível em: <http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%5CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf>. Acesso em: 22/11/2006.

LANGONE, Claudio. KUNZ, Luiz Felipe. SILVA, Nilvo A. da Silva. ZANARDI, Volney. A Transição do Modelo do Setor Elétrico e o Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas. *In* GRUPO CANAL ENERGIA. **Setor Elétrico Brasileiro: passado e futuro, 10 anos**. Rio de Janeiro: Canal Energia, 2005. 318 p.

LAURETTI, Lélío. A Ética Além das Palavras. **Revista Razão Contábil**, São Paulo, n. 42, p. 10-17, out. 2007. Entrevista concedida a Jaime Matos.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 540 p.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 388 p.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. Responsabilidade Civil e Penal do Perito: O profissional de Contabilidade na nova legislação civil e falimentar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6520>>. Acesso em: 15/11/2007.

OLIVEIRA, Fabíola A. S. *et. al.* Grandes Empresas e seu Impacto em Saúde Pública: efeitos a montante. **Cadernos Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. XIV, n. 4, p. 575-595, out.-dez. de 2006.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: Estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. Florianópolis, 2004, 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PINTO, Anacleto Laurindo; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. **FIPECAFI: Caderno de Estudos. Continuado por Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: n. 36, p. 21-34, setembro-dezembro/2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. Decreto n. 6.101 de 26 de abril de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm>. Acesso em: 28/10/2007.

_____. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Decreto n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 15/11/2007.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10/10/2007.

_____. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10/10/2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Informações acerca de diretrizes para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/energia/reportagens/index.php?id01=2671&lay=ene>>. Acesso em: 10/11/2007.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006. 220 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**: noções de contabilidade, teoria contábil completa, exercícios práticos e de fixação, testes de concursos, respostas comentadas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 475 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *et al.* **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. 336 p.

SÁ, Antônio Lopes de. **Um Mestre do Renascimento**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004. 196 p.

SANTOS, Adalto de Oliveira. SILVA, Fernando Benedito da. SOUZA, Synval de. **Contabilidade Ambiental**: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. 2001. Disponível em: http://www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/apsa07.pdf. Acesso em: 14/11/2007.

SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira de. Harmonização de Normas Contábeis: um Estudo Sobre as Divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus Reflexos na Contabilidade Brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan.-jun./2004. Disponível em: http://www.rcc.ufsc.br/edicao1/documentos/artigo_6.pdf. Acesso em: 25/10/2007.

SIQUEIRA, Juliana. OTT, Ernani. VIEIRA, Eusélia Pavéglio Viera. O Posicionamento Social e Ambiental nas Organizações: Um Estudo em Indústrias do Setor Metal-Mecânico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2005. Disponível em: <http://www.labsad.ufsc.br/~congressocustos/arquivos/programacaooversao5.doc>. Acesso em: 07/04/2007.

SOUZA, Marcos Francisco Rodrigues de. *et al.* Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 27, p. 89-99, setembro-dezembro/2001.

SOUZA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, n. 35, p. 54-67, maio-agosto/2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

TRACTEBEL ENERGIA S.A. **Relatório Anual de 2006**. Florianópolis: TRACTEBEL, 2006. Disponível em:
<http://www.tractebelenergia.com.br/uploads/relatorio_anual_2006.pdf>. Acesso em: 13/10/2007.

_____. **Unidade Organizacional Documentação, Suprimentos e Serviços Gerais : DPS Usina da Memória**. Florianópolis: TRACTEBEL, 2005.

_____. Assessoria de Comunicação da Diretoria Administrativa. **Jornal Boas Novas**, ano 4, n. 22, Jan./Mar. 2007. (Informativo da Tractebel Energia S.A. Concepção Gráfica e Editoração: Offício Desenho Gráfico).

_____. Informações sobre a Tractebel Energia S.A. Disponível em: <www.tractebelenergia.com.br>. Acesso em: 01/07/2007.

_____. Informações a respeito da unidade de Co-Geração Lages, da Tractebel Energia S.A. Disponível em: <<http://www.funcitec.rct-sc.br/tractebel.pdf>>. Acesso em 15/11/2007.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO ETHOS

APÊNDICE B – LISTA DE VERIFICAÇÃO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

A Lista de Verificação, dividida em sete critérios, com um total de 40 sub-critérios, e composta por 383 questões qualitativas e quantitativas, é um vasto guia para a elaboração do balanço social. A seguir, as respostas que determinaram o grau de sustentabilidade da Empresa em estudo.

3.3.1 Valores, Transparência e Governança

a) Auto-Regulação da Conduta

Sub-Critério 1 – Compromissos Éticos

Sub-Critério 2 – Enraizamento na Cultura Organizacional

Sub-Critério 3 – Governança Corporativa

b) Relações Transparentes com a Sociedade

Sub-Critério 4 – Relações com a Concorrência

Sub-Critério 5 – Diálogo e Engajamento das Partes Interessadas (Stakeholders)

Sub-Critério 6 – Balanço Social

a) Auto Regulação da Conduta

SUB-CRITÉRIO 1 – COMPROMISSOS ÉTICOS

Com relação à adoção e abrangência de valores e princípios éticos:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Os valores da organização estão formalizados em uma carta de princípios, mas pouco incorporados aos processos de trabalho e às atitudes/comportamento das pessoas.	
2. Os valores e princípios da organização existem em documento formal, que conta com processo de difusão sistemático, com foco no público interno, sob responsabilidade de pessoa ou área responsável.	
3. A organização possui um código de conduta (em português e adaptado ao contexto local, no caso de multinacionais) e mantém um programa de orientação e treinamento para os empregados de todos os níveis hierárquicos a fim de garantir que seus valores e princípios estejam incorporados aos processos de trabalho e às atitudes/comportamento das pessoas. Tais ações estão formalmente a cargo de uma pessoa ou área responsável.	
4. Além disso o código de conduta da organização prevê a participação das principais partes interessadas em sua revisão e é submetido a controle e auditoria periódicos. A responsabilidade dessas ações está formalmente a cargo de uma equipe multidisciplinar.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
1.1 Expõe publicamente seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela <i>internet</i> ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas.	A

O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização:

1.2 Contemplam as seguintes partes interessadas: empregados, fornecedores, meio ambiente, consumidores/clientes, comunidade, governo e acionistas minoritários	A
1.3 Proíbem expressamente a utilização de práticas ilegais (como suborno, corrupção, extorsão, propina e caixa dois) para obtenção de vantagens comerciais.	A
1.4 São explícitos quanto ao compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa em sua interação com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).	A
1.5 São explícitos quanto ao compromisso de transparência e veracidade das informações prestadas a todas as partes interessadas.	A

O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização cobrem assuntos como:

1.6 Cumprimento das leis e pagamento de tributos;	A
1.7 Concussão, pagamentos ou recebimentos questionáveis;	A
1.8 Regras explícitas no relacionamento com agentes públicos;	D
1.9 Conflito de interesses;	A
1.10 Doações;	A
1.11 Corrupção ativa e passiva;	A
1.12 Improbidade administrativa;	A
1.13 Fraude em concorrência pública;	A
1.14 Limites das atividades e contribuições políticas;	A
1.15 Relações com a comunidade;	A
1.16 Nepotismo;	A
1.17 Prevenção e tratamento de fraudes.	A
1.18 Possui comitê, conselho ou responsável(eis) formal(is) por questões éticas reconhecido(s) internamente.	A
1.19 Possui comitê, conselho ou responsável(eis) formal(is) por questões éticas reconhecido(s) externamente.	A
1.20 Estimula a coerência entre os valores e princípios éticos da organização e a atitude individual de seus empregados.	A
1.21 Vincula expressamente a atuação das assessorias jurídica e contábil ao código de conduta/declaração de princípios.	A
1.22 Além de atender toda a legislação em vigor para seu exercício e estar em dia com todos os tributos, tem procedimentos para que todos os seus empregados conheçam as leis a que estão submetidos, tanto as que se referem às atividades profissionais quanto as que os beneficiam, para que possam cumpri-las integralmente.	D

Resultados:

Sub-Critério 1 – COMPROMISSOS ÉTICOS	
Grau de Sustentabilidade:	90,91%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 2 – ENRAIZAMENTO NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Com relação à eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos da empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Os valores e princípios éticos são transmitidos ao público interno esporadicamente ou em momentos específicos (como na contratação de empregados ou em processos de auditoria).	
2. Há processos sistemáticos de difusão dos valores e princípios para o público interno.	
3. Além disso, a adoção desses valores e princípios é auditada e verificada periodicamente e os empregados são estimulados a contribuir com o monitoramento do processo.	
4. Além disso, todos os parceiros externos são estimulados a replicar esse processo na cadeia produtiva.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
2.1 Questões éticas são abordadas em pesquisas de clima organizacional, por avaliação 360 graus ou ferramentas similares.	A
2.2 Os empregados da empresa demonstram familiaridade no seu dia-a-dia com os temas pressupostos contemplados no código de conduta, aplicando-os espontaneamente.	A
2.3 A estrutura organizacional desenvolveu procedimentos para lidar com denúncias e resolução de conflitos relacionados ao desrespeito ao seu código de conduta ou à sua declaração de valores.	A

Resultados:

Sub-Critério 2 – ENRAIZAMENTO NA CULTURA ORGANIZACIONAL	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com relação à estrutura organizacional e práticas de governança corporativa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Além de atuar de acordo com a legislação em vigor, a empresa dispõe de um conselho de administração, conselho consultivo ou estrutura similar e suas demonstrações financeiras são auditadas por auditoria externa independente.	
2. Seu conselho de administração, conselho consultivo ou estrutura similar tem compromissos, políticas explícitas e mecanismos formais que garantem a integridade dos relatórios financeiros, priorizando a transparência nas prestações de contas e outras informações.	
3. Além disso, a empresa tem políticas explícitas para promover tratamento adequado ao direito de voto e tratamento justo e equitativo aos sócios, com resultados monitorados e avaliados periodicamente.	
4. Além do exposto nos estágios anteriores, a alta administração (conselho e diretores) incorpora critérios de ordem socioambiental na definição e gestão do negócio e tem como norma ouvir, avaliar e considerar as preocupações, críticas e sugestões das partes interessadas em assuntos que as envolvam.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A alta direção da empresa:

Questão	Resposta
3.1 Conta com mecanismos ou sistemas formais para avaliação periódica dos seus integrantes.	A
3.2 Possui estrutura que contempla um conselho de administração ou consultivo e uma auditoria externa independente, visando: assegurar o controle da propriedade sobre a gestão; prevenir/coibir abusos de poder de seus integrantes, fraudes por uso de informação privilegiada em benefício próprio ou atuação em conflito de interesses; e desencorajar o suborno e outras práticas de corrupção, a criação de “contabilidades paralelas” ou de contas secretas e a elaboração de documentos que não reflitam verdadeiramente as transações que reportam.	A
3.3 Para nomear membros do conselho de administração ou consultivo, leva em consideração habilidades, conhecimentos, especialização e independência para orientar o direcionamento estratégico da organização, incluindo questões relativas a oportunidades e riscos ambientais e sociais, e monitorar a atuação dos gestores (diretoria).	A
3.4 Utiliza estudos, pesquisas e o apoio de especialistas para melhor fundamentar a resolução de dilemas éticos, socioambientais e relativos a direitos humanos.	A
3.5 Inclui o respeito aos direitos humanos como critério formal em suas decisões de investimento e aquisição.	A
3.6 Orienta suas operações em concordância com a declaração da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho.	A
3.7 Orienta suas operações em concordância com as diretrizes para empresas multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.	A
3.8 Orienta suas operações em concordância com os Princípios do Pacto Global ou em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.	A
3.9 A visão da empresa e sua estratégia contemplam contribuições da organização no que se refere ao desenvolvimento sustentável.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
3.10 Total de membros do conselho de administração (ou estrutura similar).	7	7	9
3.11 Percentual do conselho de administração (ou estrutura similar) formado por conselheiros independentes, sem cargo executivo.	ND	ND	20%
3.12 Percentual de mulheres no conselho de administração (ou estrutura similar).	0%	0%	0%
3.13 Percentual de negros (pretos e pardos) no conselho de administração (ou estrutura similar).	0%	0%	0%

Resultados:

Sub-Critério 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

b) Relações Transparentes com a Sociedade**SUB-CRITÉRIO 4 – RELAÇÕES COM A CONCORRÊNCIA**

Quanto às políticas de relacionamento com a concorrência ou com organizações de mesmo propósito, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Segue as práticas de preço e concorrência comuns ao mercado, cumpre a legislação e busca um posicionamento leal. Possui regras explícitas e declaradas contra a concorrência desleal, discutindo periodicamente (ou quando necessário) com o público interno sobre sua postura perante os concorrentes.	
2. Assume um compromisso público de combate à concorrência desleal, discute sua postura com fornecedores e clientes, alertando-os para a questão, e participa de discussões sobre o assunto em associações de classe.	
3. Exerce posição de liderança em seu segmento nas discussões relacionadas à busca de padrões de concorrência cada vez mais elevados, considerando o combate à formação de trustes e cartéis, práticas desleais de comércio, fraudes em licitações e espionagem empresarial.	
4. Exerce posição de liderança em seu segmento nas discussões relacionadas à busca de padrões de concorrência cada vez mais elevados (combate à formação de trustes e cartéis, práticas desleais de comércio, fraude em licitações e espionagem empresarial).	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
4.1 Os princípios em relação à concorrência leal constam no código de conduta e/ou declaração de valores da empresa.	A
4.2 Expõe publicamente, e com frequência, seus princípios em relação à concorrência (por exemplo, por meio de seu <i>website</i> , de material institucional, do relatório anual etc.).	A
4.3 Possui política de não utilização da demonstração dos defeitos ou deficiências dos produtos ou serviços dos concorrentes para promover seus produtos ou serviços.	A
4.4 A política sobre concorrência desleal abrange a cadeia produtiva da empresa.	A

A política sobre concorrência leal aborda os seguintes itens:

4.5 Pirataria;	NA
4.6 Sonegação fiscal;	A
4.7 Contrabandos;	NA
4.8 Adulteração de produtos ou marcas;	NA
4.9 Falsificação de produtos.	NA

A empresa:

4.10 Nos últimos três anos foi denunciada por prática de concorrência desleal pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.	A
4.11 Nos últimos três anos foi denunciada por órgãos como Anvisa, Ipem, Idec, Inmetro, Procon etc. ou outras organizações governamentais ou da sociedade civil por irregularidades em seus processos, serviços ou produtos.	A

Resultados:

Sub-Critério 4 – RELAÇÕES COM A CONCORRÊNCIA	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 5 – DIÁLOGO E ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Considerando seus impactos sobre distintos grupos da sociedade, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Está consciente da importância do diálogo e do engajamento das partes interessadas para o sucesso do negócio, conhece os dilemas específicos e atributos de algumas delas (empregados, clientes e consumidores, acionistas ou investidores) e estabeleceu canais de diálogo para a manutenção dessas relações.	
2. Conhece os dilemas específicos e atributos da maioria de suas partes interessadas por meio de um mapeamento periódico e tem estabelecido mecanismos de diálogo e envolvimento das partes interessadas para remediar impactos socioambientais ocasionados por suas atividades, por meio de equipes preparadas para os planos de contingência necessários.	
3. Além de priorizar o constante envolvimento e diálogo com suas partes interessadas, possui estratégia de gestão da informação e conhecimento para “internalizar as externalidades socioambientais” negativas ocasionadas por suas atividades como base para redefinição de políticas e processos de gestão ou produção.	X
4. Por meio de ferramentas e políticas específicas, dialoga e envolve as partes interessadas de forma estruturada em reflexões prévias sobre suas atividades, processos e ações de forma a prever, minimizar ou eliminar as externalidades socioambientais negativas ocasionadas pela organização. Além disso, o processo de diálogo e engajamento é auditado por terceiros.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
5.1 Está aberta a críticas de grupos ou partes interessadas sobre a natureza de seus processos, produtos ou serviços.	A
5.2 Tem política e/ou procedimentos de relacionamento para responder prontamente qualquer sugestão, apelo, esforço ou demanda de suas partes interessadas.	A
5.3 O processo de diálogo e engajamento das partes interessadas conta com indicadores de desempenho para monitoramento das relações.	A
5.4 A empresa tem política para que os indicadores/dados/informações advindos do processo de diálogo e engajamento das partes interessadas sejam, comparáveis, confiáveis, relevantes e compreensíveis por suas partes interessadas.	D
5.5 Esses indicadores/dados/informações são utilizados no processo de planejamento geral da empresa.	A
5.6 Esses indicadores/dados/informações são inseridos o balanço social da empresa.	A
5.7 A empresa aplica metodologias de diálogo estruturado com as partes interessadas, como a norma AA1000 ou similar.	D

Resultados:

Sub-Critério 5 – DIÁLOGO E ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)	
Grau de Sustentabilidade:	71,43%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 6 – BALANÇO SOCIAL

Com relação à elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Elabora sem regularidade definida um balanço social com informações sobre suas ações sociais e ambientais.	
2. Elabora anualmente um balanço social, descrevendo suas ações sociais e ambientais e incorporando aspectos quantitativos.	
3. Produz, com amplo envolvimento interno, um balanço social facilmente acessível, que aborda aspectos sociais, ambientais e econômicos de suas atividades, contendo resultados favoráveis ou não.	X
4. Elabora balanço social com envolvimento de partes interessadas externas, integrando as dimensões social, ambiental e econômica de suas atividades e incluindo resultados desfavoráveis e os respectivos desafios, com metas para o próximo período.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
6.1 As informações sobre a situação econômico-financeira das atividades da empresa são auditadas por terceiros.	A
6.2 As informações sobre aspectos sociais e ambientais das atividades da empresa são auditadas por terceiros.	A
6.3 No processo de elaboração do balanço social, a empresa envolve pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: comunidade, público interno, consumidores e clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral (por meio, por exemplo, de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, entidades voltadas para a saúde pública ou defesa dos direitos humanos etc.).	D
6.4 A empresa incorpora no balanço social críticas, sugestões e depoimentos de partes interessadas.	D
6.5 O processo de divulgação do balanço social contempla pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: público interno, comunidade, consumidores e clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral.	A
6.6 A empresa expõe na <i>internet</i> dados sobre aspectos econômico-financeiros, sociais e ambientais de suas atividades.	A
6.7 A empresa contempla em seu balanço social dados e indicadores de monitoração da distribuição de riqueza – a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, por exemplo.	A
6.8 Os dados coletados e utilizados para o balanço social são empregados no planejamento estratégico da empresa.	A

Ao elaborar o balanço social a empresa leva em consideração os princípios de:

6.9 Inclusão;	D
6.10 Relevância e materialidade;	A
6.11 Abrangência;	D
6.12 Equilíbrio;	A
6.13 Comparabilidade	A
6.14 Exatidão;	A
6.15 Periodicidade;	A
6.16 Clareza;	A
6.17 Confiabilidade.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
6.18 Quantas partes interessadas (público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e sociedade etc.) estão envolvidas na elaboração do balanço social?	0	0	0
6.19 Quantas partes interessadas estão contempladas no demonstrativo de distribuição de riqueza?	4	4	4

Resultados:

Sub-Critério 6 – BALANÇO SOCIAL	
Grau de Sustentabilidade:	68,42%
Estágio de Sustentabilidade:	3

3.3.2 Público Interno

a) Diálogo e Participação

Sub-Critério 7 – Relações com Sindicatos

Sub-Critério 8 – Gestão Participativa

b) Respeito ao Indivíduo

Sub-Critério 9 – Compromisso com o Futuro das Crianças

Sub-Critério 10 – Compromisso com o Desenvolvimento Infantil

Sub-Critério 11 – Valorização da Diversidade

Sub-Critério 12 – Compromisso com a Não-Discriminação e Promoção da Equidade Racial

Sub-Critério 13 – Compromisso com a Promoção da Equidade de Gênero

Sub-Critério 14 – Relações com Trabalhadores Terceirizados

c) Trabalho Decente

Sub-Critério 15 – Política de Remuneração, Benefícios e Carreira

Sub-Critério 16 – Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho

Sub-Critério 17 – Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade

Sub-Critério 18 – Comportamento nas Demissões

Sub-Critério 19 – Preparação para a Aposentadoria

a) Diálogo e Participação

SUB-CRITÉRIO 7 – RELAÇÕES COM OS SINDICATOS

Quanto à participação de empregados em sindicatos e ao relacionamento com seus representantes, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Não exerce pressão sobre os empregados envolvidos em atividades sindicais.	
2. Não exerce pressão e oferece liberdade para a atuação dos sindicatos no local de trabalho.	
3. Além de permitir a atuação dos sindicatos no local de trabalho, fornece informações sobre as condições de trabalho e se reúne periodicamente com os sindicatos para ouvir sugestões e negociar reivindicações.	
4. Além disso, possui canal de comunicação consolidado com os sindicatos, mantendo-os informados e fornecendo-lhes dados financeiros e relativos a objetivos estratégicos que afetem os empregados para subsidiar as discussões.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
7.1 Fornece informações que afetem os empregados em tempo hábil para que os sindicatos e os empregados se posicionem.	A
7.2 Possui acordo coletivo com o sindicato da categoria principal.	A
7.3 Caso atue em diferentes regiões, negocia com o conjunto de sindicatos dessas regiões um patamar mínimo de benefícios comuns.	A
7.4 Disponibiliza informações básicas sobre direitos e deveres da categoria, tais como dissídio, contribuições sindicais etc.	A

Resultados:

Sub-Critério 7 – RELAÇÕES COM SINDICATOS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 8 – GESTÃO PARTICIPATIVA

Quanto ao envolvimento dos empregados na gestão, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Disponibiliza informações sobre a empresa (histórico, missão, visão, políticas, organograma, mercados, principais parceiros, clientes etc.) e treina os empregados (no momento da admissão, em programas de integração, em treinamento sobre novos produtos e serviços, em seminários e palestras sobre novas políticas e estratégias etc.) para que possam compreendê-las e analisá-las.	
2. Além disso, disponibiliza para os empregados informações econômico-financeiras.	
3. Além do exposto nos dois estágios anteriores, tem um processo estruturado de discussão e análise das informações econômico-financeiras com seus empregados, a fim de prepará-los para contribuir com os comitês de gestão ou nas decisões estratégicas, apresentando informações importantes para a gestão de riscos e oportunidades.	
4. Representantes dos empregados participam ativamente dos comitês de gestão ou das decisões estratégicas e têm comunicação regular com os membros da governança.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
8.1 Todos os integrantes de comissões de empregados – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, Comissão de Conciliação Prévia – CCP, Comissão de Participação nos Lucros e Resultados etc., são eleitos pelos empregados, sem interferência da empresa.	A
8.2 A empresa possui políticas e mecanismos formais para ouvir, avaliar e acompanhar posturas, preocupações, sugestões e críticas dos empregados, com o objetivo de agregar novos aprendizados e conhecimentos.	A
8.3 A empresa possui um programa de incentivo e reconhecimento das sugestões dos empregados para melhoria dos processos internos.	A

Resultados:

Sub-Critério 8 – GESTÃO PARTICIPATIVA	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

b) Respeito ao Indivíduo**SUB-CRITÉRIO 9 – COMPROMISSO COM O FUTURO DAS CRIANÇAS**

No tratamento da questão do combate ao trabalho infantil, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Além de respeitar a legislação brasileira, que proíbe o trabalho a pessoas com menos de 16 anos (exceto na condição de aprendiz, entre os 14 e 18 anos), discute internamente a importância da educação e as consequências do trabalho infantil.	
2. Além de respeitar a legislação que proíbe o trabalho infantil e discutir a questão internamente, possui projetos que contribuem para o desenvolvimento dos filhos de seus empregados (inclusive dos terceirizados), estimulando suas competências técnicas e psicossociais (cidadania, esportes, artes etc.).	
3. Além do descrito no estágio anterior, desenvolve ou apóia projetos para as crianças e adolescentes da comunidade.	
4. Coordena seus projetos com outros realizados na comunidade e estimula que as políticas e programas da empresa relacionados ao tema sejam replicados em toda a cadeia produtiva.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
9.1 Discute com outras empresas ou apresenta propostas práticas para o combate ao trabalho infantil em seu setor (ou de maneira geral)	A
9.2 Tem programa específico para contratação de aprendizes, conforme determina a legislação.	A
9.3 Considerando seu papel social em relação aos aprendizes, oferece a eles boas condições de trabalho, aprendizado e desenvolvimento profissional e pessoal – com o devido acompanhamento, avaliação e orientação.	A
9.4 Ao encerrar o período referente ao programa de aprendizagem, procura empregar os beneficiados na própria empresa; quando isso não é possível, busca colocação para eles em empresas ou organizações parceiras.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
9.5 Total de menores aprendizes na empresa.	32	32	32
9.6 Total de jovens contratados após o término do período de aprendizagem.	1	1	0
9.7 Total de autuações que a empresa recebeu do Ministério do Trabalho com relação ao uso de mão-de-obra infantil.	0	0	0

Resultados:

Sub-Critério 9 – COMPROMISSO COM O FUTURO DAS CRIANÇAS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 10 – COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Considerando sua contribuição para o desenvolvimento infantil no país e o compromisso com os direitos das crianças, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Obedece a legislação em vigor relativa à proteção à maternidade, paternidade, amamentação e creche, proibindo formalmente qualquer tipo de discriminação à mulher gestante e a empregados (mulheres e homens, incluindo terceirizados) com filhos menores de 6 anos de idade em processos admissionais, em promoções ou na mobilidade interna.	X
2. Possui políticas ou iniciativas interna para facilitar a consulta pré-natal e o acompanhamento da infância dos filhos de seus empregados (mulheres e homens, incluindo terceirizados) e oferece orientação médica, nutricional e psicológica específica para acompanhamento desses períodos, a fim de assegurar que as competências para o desenvolvimento integral dessas crianças (sobrevivência, desenvolvimento, participação e proteção) sejam alcançadas.	
3. Por compreender que o sucesso dessas políticas e/ou iniciativas está relacionado à formação educacional dos pais e à sua condição de vida, integra esse aspecto às ações destinadas ao desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados. Além disso, desenvolve campanhas de orientação voltadas para a comunidade e estende a discussão do tema a seus fornecedores.	
4. Entende que a proteção à maternidade e à infância é um direito e uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das presentes e futuras gerações e se envolve na elaboração, aperfeiçoamento, execução, controle ou avaliação de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos da infância.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
10.1 Oferece programa específico para a saúde da mulher gestante.	D
10.2 Oferece programa de orientação aos empregados sobre como se dá o desenvolvimento integral da criança por meio do fortalecimento das competências familiares (cuidados com o nascimento, alimentação saudável, prevenção de doenças, proteção à integridade da criança e estímulo ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional).	D
10.3 Faz acompanhamento periódico da cobertura vacinal, crescimento e desenvolvimento dos filhos dos empregados, solicitando e verificando a Caderneta de Saúde da Criança do Ministério da Saúde	D
10.4 Promove campanhas de imunização dos empregados com vacinas não oferecidas pela rede pública de saúde (a antigripal, por exemplo).	A
10.5 Faz acompanhamento da inclusão dos filhos dos empregados na escola, por meio de solicitação de comprovantes de matrícula (particularmente das crianças com deficiência).	D
10.6 Possui política específica para os empregados que sejam pais ou responsáveis por crianças com deficiência, garantindo-lhes a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos de forma adequada.	D
10.7 Contribui com os fundos geridos pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, destinando para esse fim 1% do Imposto de Renda devido.	D
10.8 Estimula os empregados a destinar até 6% do Imposto de Renda devido para contribuir com os fundos geridos pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.	D
10.9 Estimula os fornecedores e empresas parceiras a destinar 1% do Imposto de Renda devido para contribuir com os fundos geridos pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.	D

A empresa oferece para os empregados (mulheres e homens) de todos os níveis hierárquicos os seguintes benefícios:

10.10 Plano de saúde familiar;	A
10.11 Creche no local de trabalho ou por rede conveniada, conforme determina a lei;	D
10.12 Flexibilidade de horário para empregados com filhos menores de 6 anos;	A
10.13 Auxílio para educação dos filhos.	D
10.14 Oferece aos trabalhadores terceirizados os mesmo benefícios de seus empregados registrados.	D
10.15 Oferece aos trabalhadores comissionados os mesmo benefícios de seus empregados registrados.	NA
10.16 Possui políticas de acompanhamento do pós-parto, particularmente para identificação da depressão pós-parto.	D
10.17 Facilita a utilização da flexibilidade de horário para amamentação, conforme a legislação em vigor.	A

Resultados:

Sub-Critério 10 – COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Grau de Sustentabilidade:	25%
Estágio de Sustentabilidade:	1

SUB-CRITÉRIO 11 – VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Reconhecendo a obrigação ética das empresas de combater todas as formas de discriminação negativa e de valorizar as oportunidades oferecidas pela riqueza da diversidade de nossa sociedade, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Segue rigorosamente a legislação relacionada a preconceito e discriminação negativa e se declara contra comportamentos discriminatórios que não promovam a igualdade de oportunidades no ambiente interno e na relação com seus clientes, fornecedores e comunidade de entorno.	
2. Além disso, promove a diversidade por meio de normas escritas que proíbem práticas discriminatórias negativas, regulando os processos de seleção, admissão e promoção, bem como a mobilidade interna, e orientando sobre o encaminhamento de possíveis denúncias.	
3. Além de possuir normas escritas e canais para possíveis denúncias contra práticas discriminatórias negativas, utiliza alguns indicadores para identificar áreas problemáticas e estabelecer estratégias de recrutamento e promoção.	X
4. Estende essas ações a toda a cadeia produtiva e participa de fóruns de valorização de segmentos em desvantagem, como negros (pretos e pardos), mulheres, pessoas acima de 45 anos de idade, entre outros segmentos e situações.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
11.1 A política de valorização da diversidade e não-discriminação consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	A

Essa política contempla explicitamente:

11.2 A questão étnico-racial;	A
11.3 A questão de gênero;	A
11.4 A questão de idade;	A
11.5 A questão religiosa;	A
11.6 A questão da orientação sexual;	A
11.7 A questão da origem geográfica;	A
11.8 A questão da classe social;	D
11.9 A questão da deficiência;	A
11.10 A questão da aparência física;	A
11.11 Nos processos e ferramentas de gestão de pessoas, a empresa insere quesitos para monitorar a diversidade de seu quadro e possíveis desigualdades em relação aos segmentos em desvantagem, entre outras situações.	D
11.12 Da política de valorização da diversidade e não-discriminação derivam procedimentos formais para processos de seleção, admissão, promoção e mobilidade interna e demissão.	A
11.13 Nessa política estão claramente previstos os mecanismos e canais formais para denúncia, encaminhamento, análise e apuração de fatos que envolvam possíveis casos de discriminação.	A
11.14 A empresa possui programa específico de contratação de pessoas com deficiência e atende rigorosamente a legislação de cotas de vagas para esse público.	A
11.15 Da política de valorização da diversidade e não-discriminação derivam procedimentos específicos para melhorar a qualificação e promover pessoas com deficiência.	D
11.16 A empresa promoveu ou está promovendo as adaptações necessárias para favorecer a acessibilidade, de acordo com a legislação em vigor.	A
11.17 Da política de valorização da diversidade e não-discriminação derivam políticas para a contratação de pessoas com idade superior a 45 anos.	D
11.18 Da política de valorização da diversidade e não-discriminação derivam procedimentos específicos que abordam a questão da faixa etária dos empregados.	D
11.19 A empresa procura evitar a demissão de indivíduos com idade superior a 45 anos.	A
11.20 A empresa oferece oportunidade de trabalho para ex-detentos.	D
11.21 Da política de valorização da diversidade e não-discriminação derivam políticas específicas para empregados indígenas.	D

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
11.22 Percentual de pessoas com deficiência na empresa.	ND	1,46%	1,44%
11.23 Percentual de pessoas com deficiência em cargos executivos.	ND	0%	0%
11.24 Percentual de pessoas com deficiência em cargos de coordenação e chefia.	ND	0%	0%
11.25 Percentual de pessoas com idade superior a 45 anos.	ND	33,59%	33,70%

Resultados:

Sub-Critério 11 – VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE	
Grau de Sustentabilidade:	66,67%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 12 – COMPROMISSO COM A NÃO-DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL

Considerando a formação da sociedade brasileira e as persistentes desvantagens que caracterizam a situação da população negra (pretos e pardos) no país, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Segue rigorosamente a legislação em vigor que proíbe a discriminação racial no mundo do trabalho.	
2. Além de seguir rigorosamente a legislação em vigor e proibir a discriminação racial no mundo do trabalho, assume internamente uma postura contrária a qualquer tipo de preconceito em relação a todas as partes interessadas. Exige em contrato que a legislação seja cumprida rigorosamente também pelos empregados terceirizados.	X
3. Possui compromisso público de promover a equidade racial, materializada por meio de políticas formais de gestão de pessoas que priorizam a equidade e pela promoção de ações afirmativas para garantir oportunidades iguais para negros nos processos de admissão, promoção e mobilidade interna.	
4. Além de manter programas de desenvolvimento profissional, <i>coaching</i> e/ou <i>mentoring</i> voltados para empregados negros, estimula a promoção da igualdade racial em toda sua cadeia produtiva e investe em programas para a comunidade que tenham o mesmo objetivo, contribuindo na conscientização da sociedade sobre o tema.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
12.1 A política de promoção da equidade e não-discriminação racial é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	A
12.2 Da política de promoção da equidade e não-discriminação racial derivam procedimentos específicos para melhorar a qualificação e o desenvolvimento na carreira de empregados negros.	D
12.3 A política de promoção da equidade e não-discriminação racial é explícita no que se refere a salários e benefícios, previdência privada e acesso a treinamentos e bolsas de estudos.	A
12.4 A empresa realiza campanhas internas de conscientização (seminários, fóruns ou encontros específicos) para melhorar a compreensão de seus empregados sobre a importância da equidade e não-discriminação racial.	D
12.5 A empresa tem metas para promover a equidade racial nos processos de admissão, promoção e treinamento, em todos os níveis hierárquicos em todas as áreas.	D
12.6 A política de promoção da equidade e não-discriminação racial garante a participação de negros nos processos decisórios e na gestão, em todos os níveis hierárquicos e em todas as áreas da empresa.	D
12.7 A promoção da equidade e não-discriminação racial é uma das dimensões da política de comunicação estratégica da empresa.	D
12.8 A política de comunicação comercial tem como premissa não utilizar imagens ou situações que atentem contra a dignidade dos negros.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
12.9 Percentual de negros (homens e mulheres) em relação ao total de empregados.	ND	ND	ND
12.10 Percentual de mulheres negras em relação ao total de mulheres na empresa.	ND	ND	ND
12.11 Percentual de mulheres negras em cargos executivos em relação ao total de cargos executivos disponíveis.	ND	ND	ND
12.12 Percentual de mulheres negras em cargos de coordenação e chefia em relação ao total de cargos de coordenação e chefia disponíveis.	ND	ND	ND
12.13 Percentual de homens negros em relação ao total de homens na empresa.	ND	ND	ND
12.14 Percentual de homens negros em cargos executivos em relação ao total de cargos executivos disponíveis.	ND	ND	ND
12.15 Percentual de homens negros em cargos de coordenação e chefia em relação ao total de cargos de coordenação e chefia disponíveis.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 12 – COMPROMISSO COM A NÃO-DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL	
Grau de Sustentabilidade:	37,50%
Estágio de Sustentabilidade:	1

Observações:

- No item 12.3, a Empresa esclarece que todos os benefícios, auxílio educação, planos e saúde, participação nos resultados e também salários, uma vez que a Companhia mantém um quadro organizado de carreira, que são definidas conforme as atividades desenvolvidas, independentemente de raça, são iguais para todos os colaboradores. Dessa forma o conceito desse item foi considerado Adequado. Vale lembrar que empresa é contrária a toda e qualquer tipo de discriminação, e entende que o simples fato de gerenciar ou monitorar indicadores dessa natureza, por si só é um ato de discriminação.

SUB-CRITÉRIO 13 – COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

Com o objetivo de cooperar para combater o preconceito, ampliar as chances das mulheres no mercado de trabalho e sua capacitação para funções especializadas, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Segue rigorosamente a Constituição Brasileira que proíbe a discriminação de gênero no mundo do trabalho e assume internamente uma postura contrária a qualquer tipo de preconceito em relação a todas as partes interessadas. Exige em contrato que a legislação seja cumprida também pelos empregados terceirizados.	
2. Realiza censo interno periódico para avaliar necessidades, situações ou áreas críticas em relação à equidade de gênero. Essas informações são utilizadas para subsidiar o planejamento de ações afirmativas, campanhas de conscientização etc.	
3. Possui compromisso ético de não promover a discriminação de gênero, materializada por meio de políticas formais de gestão de pessoas que garantam oportunidades iguais para mulheres e homens nos processos de admissão, promoção e mobilidade interna.	X
4. Além de manter programas de desenvolvimento profissional, <i>coaching</i> e/ou <i>mentoring</i> específico para as mulheres, a fim de estimular a formação de lideranças femininas na empresa, envida esforços para que a atitude de promover a equidade de gênero seja replicada em toda a sua cadeia produtiva e investe em programas da comunidade que tenham por objetivo a valorização da mulher.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
13.1 A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	A
13.2 Da política de promoção da equidade de gênero derivam procedimentos específicos para melhorar a qualificação das mulheres e promovê-las.	D
13.3 A política de promoção da equidade de gênero proíbe expressamente a contratação, demissão ou promoção de mulheres baseada em seu estado civil ou condição reprodutiva.	D
13.4 A política de promoção da equidade de gênero explicita igualdade de condições para homens e mulheres no que se refere a salários e benefícios, previdência privada e acesso a treinamentos e bolsas de estudos.	A
13.5 A empresa realiza campanhas internas de conscientização (seminários, fóruns ou encontros específicos) para melhorar a compreensão de seus empregados sobre a importância da valorização da mulher.	A
13.6 O plano de saúde da empresa tem adaptações específicas objetivando a manutenção e cuidados com a saúde da mulher.	A
13.7 A empresa tem metas de contratação, treinamento e mobilidade interna (horizontal e vertical) visando a promoção da equidade de gênero em todos os níveis hierárquicos e em todas as áreas.	D
13.8 A política de promoção da equidade garante a participação feminina nos processos decisórios e na gestão, em todos os níveis hierárquicos e em todas as áreas da empresa.	A
13.9 A empresa promove, quando necessário, a adequação às condições físicas das mulheres de espaços de trabalho e de equipamentos.	A
13.10 A política de promoção da equidade de gênero proíbe expressamente atividades que possam intimidar ou constranger as mulheres no ambiente de trabalho.	A
13.11 A promoção da equidade de gênero é uma das dimensões da política de comunicação estratégica da empresa.	D
13.12 A política de comunicação comercial tem como premissa não utilizar a figura feminina de maneira estereotipada ou que atente contra a dignidade das mulheres.	A

13.13 A política de promoção da equidade de gênero proíbe expressamente a discriminação contra mulheres com problemas de saúde, inclusive as soropositivas.	A
13.14 A empresa tem procedimentos que garantem a proteção das mulheres contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual no local de trabalho e na locomoção entre casa e a empresa.	D
13.15 A empresa promove campanhas de sensibilização dos homens sobre a importância da divisão das tarefas domésticas e sobre a paternidade responsável.	D

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
13.16 Percentual de mulheres em relação ao total de empregados.	13%	13,21%	12,93%
13.17 Percentual de mulheres em cargo executivo em relação ao total de cargos executivos disponíveis.	0%	0%	0%
13.18 Percentual de mulheres em cargos de coordenação e chefia em relação ao total de cargos disponíveis nesse nível hierárquico.	ND	ND	14,43%

Resultados:

Sub-Critério 13 – COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO	
Grau de Sustentabilidade:	60%
Estágio de Sustentabilidade:	3

Observações:

- No item 13.4, a Empresa esclarece que todos os benefícios, auxílio educação, planos e saúde, participação nos resultados e também salários, uma vez que a Companhia mantém um quadro organizado de carreira, que são definidas conforme as atividades desenvolvidas, independentemente do gênero, são iguais para todos os colaboradores. Dessa forma o conceito desse item foi considerado Adequado.
- No item 13.6, a Empresa esclarece que o Auxílio Saúde mantido não se restringe apenas a convênios com Cooperativas médicas, mas também oferece aos funcionários reembolso de despesas médicas, odontológicas e farmacêuticas, atendidos os critérios estabelecidos, e ainda, convênio direto da Empresa com algumas clínicas, disponível a todos os empregados, sem limites de utilização. Assim, o conceito desse item foi considerado Adequado.
- Nos itens 13.10 e 13.13, o critério foi considerado Adequado, uma vez que a Empresa em seu Código de Ética, não permite nenhum tipo de constrangimento ou discriminação, sejam contra mulheres, homens, negros, brancos, de aparência, etnias diversas etc.
- A Empresa entende que promoções, sejam para homens ou mulheres, são méritos alcançados pelo desempenho individual de cada empregado, uma vez que a Empresa proporciona a todos, as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional.

SUB-CRITÉRIO 14 – RELAÇÕES COM TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Em suas relações com trabalhadores terceirizados e/ou com os fornecedores desses serviços, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Mantém relação contratual dentro dos parâmetros legais de co-responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.	
2. Monitora periodicamente o cumprimento dos requisitos estabelecidos na contratação, exigindo que sejam feitos ajustes que garantam o correto cumprimento da legislação.	
3. Além de monitorar o cumprimento da legislação, negocia com seus fornecedores para que proporcionem a seus empregados níveis salariais compatíveis com as médias de mercado, expandindo alguns benefícios também aos trabalhadores terceirizados.	X
4. Oferece ao trabalhador terceirizado as mesmas condições de saúde e segurança e o acesso a benefícios básicos gozados pelos empregados regulares, como transporte, alimentação, creche, ambulatório etc.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
14.1 O código de conduta e/ou a declaração de valores da empresa contempla questões referentes à não-discriminação dos trabalhadores terceirizados.	A
14.2 Integra os trabalhadores terceirizados a seus programas de treinamento e desenvolvimento profissional	A
14.3 Possui um número de trabalhadores terceirizados inferior a 20% (vinte por cento) do total de contratados.	ND
14.4 Possui política de integração dos trabalhadores terceirizados com a cultura, valores e princípios da empresa.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
14.5 Total de trabalhadores (homens e mulheres) terceirizados.	ND	ND	ND

Do universo de trabalhadores terceirizados:

14.6 Percentual de mulheres em relação ao total de trabalhadores terceirizados.	ND	ND	ND
14.7 Percentual de mulheres negras em relação ao total de trabalhadores terceirizados.	ND	ND	ND
14.8 Percentual de homens negros em relação ao total de trabalhadores terceirizados.	ND	ND	ND
14.9 Percentual de pessoas com deficiência.	ND	ND	ND
14.10 Percentual de pessoas acima de 45 anos.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 14 – RELAÇÕES COM TRABALHADORES TERCEIRIZADOS	
Grau de Sustentabilidade:	75%
Estágio de Sustentabilidade:	3

c) Trabalho Decente

SUB-CRITÉRIO 15 – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E CARREIRA

Em sua política de remuneração, benefícios e carreira, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Busca superar os pisos salariais firmados com os sindicatos.	
2. Trata os empregados como um recurso, estimulando-os por meio da remuneração e do investimento em seu desenvolvimento profissional, segundo política estruturada de carreira, e levando em conta as habilidades necessárias para seu desempenho atual.	
3. Valoriza competências potenciais, estimulando os empregados por meio da remuneração e do investimento em seu desenvolvimento profissional e levando em conta sua capacidade de crescimento e o desenvolvimento de novas habilidades.	X
4. Trata os empregados como sócios e, além de valorizar competências potenciais por meio da remuneração e do desenvolvimento profissional, estabelece mecanismos para que seus representantes participem da formulação de políticas de remuneração e benefícios, desenvolvimento profissional e mobilidade interna.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
15.1 O plano de cargos e salários da empresa é transparente e é abordado em seu código de conduta e/ou em sua declaração de valores.	A
15.2 A remuneração variável da empresa representa menos de 20% (vinte por cento) da massa salarial.	D

A empresa:

15.3 Possui políticas com metas para reduzir a distância entre a maior e a menor remuneração paga pela empresa (monitoradas pelo índice resultante da divisão da maior remuneração pela menor, em espécie, incluindo participação nos resultados e programa de bônus).	D
15.4 Nos últimos dois anos, aumentou o menor salário da empresa em relação ao salário mínimo vigente.	A
15.5 Realiza pesquisas para medir a satisfação dos empregados quanto à sua política de remuneração e benefícios.	A

O programa de participação nos resultados da empresa, caso o possua:

15.6 Foi estabelecido por meio de negociação com uma comissão de empregados ou sindicato e em conformidade com a legislação aplicável.	A
--	---

O programa de bonificação da empresa, caso o possua:

15.7 Foi estabelecido por meio de negociação com uma comissão de empregados ou sindicato e em conformidade com a legislação aplicável.	A
15.8 Oferece aos empregados bônus adicionais orientados por elementos de sustentabilidade, como êxitos a médio e longo prazo ou o alcance de metas relacionadas ao desempenho social e ambiental.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
15.9 Total anual da folha de pagamento e benefícios. (em reais)	78 milhões	88 milhões	94 milhões

Com relação ao programa de participação nos resultados da empresa:

Questão	2004	2005	2006
15.10 Valores distribuídos à título de Participação nos Resultados.	6.500 milhões	10.000 milhões	13.926 milhões
15.11 Percentual de empregados beneficiados.	100%	100%	100%

Resultados:

Sub-Critério 15 – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E CARREIRA	
Grau de Sustentabilidade:	75%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 16 – CUIDADOS COM SAÚDE, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Visando assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Cumpre rigorosamente as obrigações legais e tem planos e metas para alcançar os padrões de excelência em saúde, segurança e condições de trabalho em seu setor.	
2. Possui indicadores para monitorar os planos e metas para ultrapassar os padrões de excelência em saúde, segurança e condições de trabalho em seu setor.	
3. Além disso, desenvolve campanhas regulares de conscientização e pesquisa o nível de satisfação dos empregados em relação ao tema, evidenciando áreas críticas.	
4. Além de desenvolver campanhas e realizar pesquisas, conta com a participação dos empregados na definição das metas e indicadores de desempenho relacionados a condições de trabalho, saúde e segurança, os quais são incluídos no planejamento estratégico e divulgados amplamente.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
16.1 Foi certificada pela norma SA8000, pela BS8800, pela OHSAS 18001 ou por norma equivalente.	D
16.2 Oferece programa de prevenção e tratamento para dependência de drogas e de álcool.	A
16.3 Oferece programa específico para portadores de HIV/aids.	D
16.4 O código de conduta da empresa possui uma política de respeito à privacidade de seus empregados no que se refere a informações sensíveis (inclusive médicas) obtidas e mantidas sob responsabilidade da área de recursos humanos.	A
16.5 Essa política prevê a não-discriminação por HIV/aids.	A
16.6 Possui normas e processos para combater situações de assédio moral, os quais são divulgados e devidamente amparados por estrutura formal e neutra de denúncia e apuração de fatos.	A

16.7 Promove exercícios físicos no local de trabalho.	A
16.8 Promove programa de combate ao estresse para os empregados, especialmente para os que desempenham funções mais estressantes (como atendentes de <i>call center</i> , caixas etc.).	A
16.9 Possui programa de orientação alimentar e nutricional.	A
16.10 Possui política de equilíbrio trabalho-família que aborde questões relativas a horário de trabalho e horas extras.	A
16.11 Possui política de compensação de horas extras para todos os empregados, inclusive gerentes e executivos.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
16.12 Número anual de acidentes de trabalho por empregado.	14	5	4
16.13 Percentual dos acidentes que resultaram em afastamento temporário de empregados e/ou prestadores de serviço.	5%	1%	2%
16.14 Percentual dos acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo lesões por esforço repetitivo – LER)	0%	0%	0%
16.15 Percentual dos acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço.	0%	0%	0%

Resultados:

Sub-Critério 16 – CUIDADOS COM SAÚDE, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO	
Grau de Sustentabilidade:	81,82%
Estágio de Sustentabilidade:	4

Observações:

- O item 16.5 foi considerado Adequado, em função de constar no Código de Ética da Empresa, dispositivo que condena todo e qualquer tipo de discriminação.

SUB-CRITÉRIO 17 – COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E A EMPREGABILIDADE

Para desenvolver seus recursos humanos, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Promove atividades de treinamento pontuais, focadas no desempenho de tarefas específicas.	
2. Mantém atividades sistemáticas de desenvolvimento e capacitação, visando o aperfeiçoamento contínuo de todo o seu pessoal e considerando a aplicabilidade em sua função atual.	
3. Além de promover capacitação contínua, oferece a seus empregados bolsas de estudo ou similares para a aquisição de conhecimentos com impacto positivo em sua empregabilidade, independentemente da aplicabilidade em sua função atual.	
4. Promove capacitação contínua em todos os níveis hierárquicos e oferece a seus empregados bolsas de estudo ou similares para a aquisição de conhecimentos, com impacto positivo em sua empregabilidade, independentemente da aplicabilidade em sua função atual.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
17.1 Analisa periodicamente o perfil socioeconômico de seus empregados no sentido de balizar suas estratégias de remuneração e benefícios e de educação e desenvolvimento profissional.	A
17.2 Mantém programa de erradicação do analfabetismo (absoluto e/ou funcional), educação básica ou ensino supletivo entre seus empregados, com metas e recursos definidos.	A
17.3 Possui programa de mapeamento para identificação de competências potenciais a serem desenvolvidas.	A
17.4 Contempla em suas políticas de desenvolvimento programas que promovam a coerência entre os valores e princípios éticos da organização com os valores e princípios individuais de seus empregados.	A
17.5 Possui programas de aconselhamento sobre o planejamento de carreiras, de forma a auxiliar os empregados na reflexão sobre suas funções e identificação de objetivos em longo prazo.	A
17.6 Considerando seu papel social em relação aos estagiários, oferece a eles boas condições de trabalho, aprendizado e desenvolvimento profissional e pessoal em suas respectivas áreas de estudo, com o devido acompanhamento.	A
17.7 Ao encerrar o período referente ao programa de estágio, procura empregar os estagiários na própria empresa; quando isso não é possível, busca colocação para eles em empresas ou organizações parceiras.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
17.8 Quantidade anual de horas de desenvolvimento profissional por empregado.	ND	69h	69h
17.9 Percentual do faturamento bruto gasto em desenvolvimento profissional e educação.	0,08%	0,08%	0,13%
17.10 Total de analfabetos na força de trabalho.	0	0	0
17.11 Percentual de funcionários com ensino superior (completo ou em curso).	35%	36%	35%
17.12 Percentual de funcionários com ensino médio (completo ou em curso).	56%	55%	62%

Resultados:

Sub-Critério 17 – COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E A EMPREGABILIDADE	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 18 – COMPORTAMENTO NAS DEMISSÕES

Para conduzir processos demissionais, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Segue rigorosamente a legislação em vigor e fornece ao demitido orientações em relação aos procedimentos necessários. Em caso de necessidade de redução de pessoal, procura analisar alternativas de contenção (como verificar com outras empresas a possibilidade de transferência temporária do excedente de empregados, reduzir a carga horária etc.) e redução de despesas para evitar demissão em massa.	
2. Possui políticas e processos demissionais que permitem que as decisões sejam tomadas com base em avaliações por competência técnica, psicológica e comportamental, que garantem a impessoalidade da decisão e permitem acesso às informações que balizaram o processo como forma de propiciar o crescimento profissional da(s) pessoa(s) demitada(s). Caso haja necessidade de demissão em massa, analisa indicadores socioeconômicos (idade, estado civil, número de dependentes etc.) para orientar prioridades.	X
3. Oferece serviços de recolocação e manutenção de benefícios por tempo determinado ao trabalhador demitido sem justa causa. Caso haja necessidade de demissão em massa, realiza previamente um programa de demissão voluntária, oferecendo a manutenção de benefícios, por tempo determinado, salário por ano de casa etc.	
4. Além disso, financia a recapacitação (<i>mentoring, coaching</i> etc.) dos empregados demitidos sem justa causa.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
18.1 Teve reclamações trabalhistas relacionadas a demissão nos últimos três anos.	D
18.2 Acompanha e avalia periodicamente a rotatividade de empregados e tem política para minimizar e melhorar esse indicador.	A
18.3 busca estabelecer diálogo estruturado com instâncias do governo local, especialistas, ONGs e Sindicatos para conhecer, entender, prever e reduzir o impacto de um possível fechamento de unidades de negócios ou plantas, ou da eventual necessidade de corte de pessoal.	A
18.4 Busca parcerias com organizações especializadas para desenvolver programas de capacitação e de estímulo ao empreendedorismo.	D
18.5 Diante da necessidade de redução de pessoal, prevê uma comunicação dirigida aos empregados remanescentes sobre as razões que balizaram a decisão tomada.	NA

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
18.6 Total de empregados no final do período.	849	893	905
18.7 Total de admissões no período.	21	61	33
18.8 Total de demissões no período.	14	13	19
18.9 Percentual de demitidos acima de 45 anos de idade em relação ao total de demitidos.	ND	ND	ND
Total de aposentadorias no período.	2	4	2
18.10 Total de provisões para contingências trabalhistas ao final do período. (em reais)	24,40 milhões	22 milhões	23,90 milhões

Resultados:

Sub-Critério 18 – COMPORTAMENTO NAS DEMISSÕES	
Grau de Sustentabilidade:	50%
Estágio de Sustentabilidade:	2

Observações:

- A Empresa esclarece que em relação ao item 18.5, nunca enfrentou tal situação, no entanto, por se tratar de uma empresa de capital aberto, deve satisfações a sociedade como um todo, inclusive ao público interno.

SUB-CRITÉRIO 19 – PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

Visando preparar seus empregados para a aposentadoria, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Oferece informações básicas quanto à obtenção de aposentadoria.	
2. Orienta e oferece assessoramento regular quanto a modificações na legislação, alternativas e procedimentos administrativos necessários para a obtenção da aposentadoria.	X
3. Desenvolve atividades sistemáticas de orientação (coletiva e individual), aconselhamento e preparação para a aposentadoria, discutindo seus aspectos psicológicos e de planejamento financeiro.	
4. Além de possuir programa sistemático de preparação interna, oferece oportunidades de aproveitamento da capacidade de trabalho dos aposentados.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
19.1 Oferece programa de previdência completar a todos os empregados.	A
19.2 Envolve familiares dos empregados no processo de preparação para a aposentadoria.	D
19.3 Participa da elaboração de políticas públicas com foco em idosos.	D
19.4 Participa ou apóia programas e campanhas públicas ou privadas de valorização dos idosos.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
19.5 Número de empregados que participaram do programa de preparação para a aposentadoria	0	0	0
19.6 Número de lideranças e chefias treinadas quanto à questão do impacto emocional da aposentadoria e importância da preparação do empregado.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 19 – PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	
Grau de Sustentabilidade:	50%
Estágio de Sustentabilidade:	2

3.3.3 Meio Ambiente

a) Responsabilidade com as Gerações Futuras

Sub-Critério 20 – Compromisso com a Melhoria da Qualidade Ambiental

Sub-Critério 21 – Educação e Conscientização Ambiental

b) Gerenciamento do Impacto Ambiental

Sub-Critério 22 – Gerenciamento dos Impactos Sobre o Meio Ambiente e do Ciclo de Vida de Produtos e Serviços

Sub-Critério 23 – Sustentabilidade da Economia Florestal

Sub-Critério 24 – Minimização de Entradas e Saídas de Materiais

a) Responsabilidade com as Gerações Futuras

SUB-CRITÉRIO 20 – COMPROMISSO COM A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Para tratar com a devida relevância e responsabilidade os impactos ambientais resultantes de suas atividades, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Além de cumprir rigorosamente os parâmetros e requisitos exigidos pela legislação nacional, desenvolve programas internos de melhoramento ambiental.	
2. Além disso, prioriza políticas preventivas e possui área ou comitê responsável pelo meio ambiente.	
3. Trata a questão ambiental como tema transversal em sua estrutura organizacional e a inclui no planejamento estratégico.	X
4. Ao desenvolver novos negócios (ou novos modelos para negócios já existentes), leva em conta, desde a concepção, os princípios da sustentabilidade ambiental e as oportunidades a ela relacionadas.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
20.1 A política ambiental é formal, de conhecimento de todos os empregados e consta no código de conduta e/ou declaração de valores da empresa.	A
20.2 Tem uma pessoa responsável pela área de meio ambiente que participa de suas decisões estratégicas.	A
20.3 Participa de comitês/conselhos locais ou regionais para discutir a questão ambiental com o governo e a comunidade.	A
20.4 Contribui para a preservação a biodiversidade por meio de políticas específicas, projeto(s) de conservação de áreas protegidas e/ou programa de proteção a animais ameaçados.	A
20.5 Tem política explícita de não-utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, produtos florestais não-madeireiros, animais etc.).	D
20.6 Dispõe de processos para mapeamento e análise sistêmica para a melhoria da qualidade ambiental.	D

Resultados:

Sub-Critério 20 – COMPROMISSO COM A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	
Grau de Sustentabilidade:	66,67%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 21 – EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Visando contribuir para a conscientização da população quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e cultivar valores de responsabilidade ambiental, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Desenvolve ações de educação ambiental e treinamento de empregados sobre essa temática, pontualmente ou em decorrência de pressão externa (como exigências do governo, crises de fornecimento etc.).	
2. Desenvolve sistematicamente atividades de educação ambiental focadas no público interno, disponibilizando informações e promovendo discussões com a comunidade.	X
3. Além de campanhas internas, desenvolve campanhas de conscientização e educação ambiental dirigidas a familiares de empregados, fornecedores, consumidores e clientes e à comunidade do entorno imediato da empresa.	
4. Além de desenvolver campanhas, apóia ou participa de projetos educacionais em parceria com organizações não-governamentais e ambientalistas, exercendo liderança social em favor dessa causa.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
21.1 Desenvolve periodicamente campanhas internas de redução do consumo de água e de energia.	D
21.2 Desenvolve periodicamente campanhas internas de educação com base no 3 Rs.	D
21.3 Desenvolve periodicamente campanhas internas de educação para o consumo consciente.	D
21.4 Utiliza em suas atividades administrativas papel reciclado.	D
21.5 Faz adaptações na estrutura física da empresa visando redução no consumo de água e energia elétrica (torneiras automáticas, lâmpadas acionadas com sensores de presença, sistema de captação energia solar etc.)	A
21.6 Incentiva a utilização de transporte coletivo entre seus empregados.	D
21.7 Recicla ou incentiva a reciclagem de papel.	A
21.8 Faz e incentiva que seus empregados façam coleta seletiva de lixo.	D

Resultados:

Sub-Critério 21 – EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	
Grau de Sustentabilidade:	25%
Estágio de Sustentabilidade:	2

b) Gerenciamento do Impacto Ambiental

SUB-CRITÉRIO 22 – GERENCIAMENTO DOS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DO CICLO DE VIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Considerando os impactos ambientais causados por seus processos e produtos ou serviços, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Produz estudos de impacto ambiental segundo exigências da legislação e foca sua ação preventiva nos processos que oferecem dano potencial à saúde e risco à segurança de seus empregados.	
2. Além de cumprir a obrigação legal, conhece e desenvolve ações para prevenir os principais impactos ambientais causados por seus processos e produtos ou serviços e realiza regularmente atividades de controle e monitoramento.	
3. Possui sistemas de gestão ambiental padronizados e formalizados, incluindo ampla identificação de riscos, plano de ação, alocação de recursos, treinamento de empregados e auditoria.	
4. Além de possuir sistema de gestão ambiental, produz estudos de impacto em toda a cadeia produtiva; desenvolve parceria com fornecedores visando a melhoria de seus processos de gestão ambiental.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
22.1 Possui plano de emergência ambiental, que relaciona todos os seus processos e produtos ou serviços que envolvam situações de risco, e treina seus empregados regularmente para enfrentar tais situações.	A
22.2 Possui política e sistema de monitoramento visando o aumento da qualidade ambiental da logística e gestão de frota (tanto para os veículos da empresa quanto para os de seus contratados).	D
22.3 Possui programa de gerenciamento de resíduos com a participação do cliente, como para a coleta de materiais tóxicos ou a reciclagem pós-consumo.	NA
22.4 Fornece aos consumidores e clientes informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes do uso e da destinação final de seus produtos.	NA
22.5 Discute com empregados, consumidores e clientes, fornecedores e a comunidade os impactos ambientais causados por seus processos.	A
22.6 Prioriza a contratação de fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental.	A
22.7 Possui certificações ambientais, como a ISO14001, o selo FSC etc.	A
22.8 Possui política e sistema de monitoramento visando o aumento da qualidade ambiental em seus processos produtivos.	A
22.9 Possui programa de gerenciamento de resíduos resultantes de seu processo produtivo.	A
22.10 Elabora e divulga Balanço Ambiental.	D
22.11 Nos últimos 5 anos algum acidente ambiental ocorreu sob suas responsabilidades.	A
22.12 Recebeu algum prêmio nos últimos 2 anos por boas práticas de sustentabilidade.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
22.13 Quantidade média de incidentes, autuações e/ou multas por violação das normas de proteção ambiental.	ND	ND	ND
22.14 Total do passivo ambiental ao final do período.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 22 – GERENCIAMENTO DOS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTA E DO CICLO DE VIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	
Grau de Sustentabilidade:	80%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 23 – SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA FLORESTAL

Com o objetivo de contribuir com a conservação das florestas e combater sua exploração ilegal e predatória, bem como proteger a biodiversidade, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Reconhece a importância de verificar a origem e a cadeia de produção dos insumos madeireiros e florestais utilizados em sua operação diária e/ou processo produtivo, mas não tem política interna ou programa específico.	
2. Tem política ou programa específico para verificar a origem e a cadeia de produção dos insumos madeireiros e florestais utilizados em sua operação diária e/ou processo produtivo.	
3. Os insumos madeireiros e florestais utilizados na operação diária e/ou processo produtivo possuem certificação de origem e da cadeia de custódia.	
4. Os insumos madeireiros e florestais utilizados nas instalações e/ou nos produtos da empresa possuem certificação de origem e/ou da cadeia de custódia.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	X
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
23.1 Realiza visitas programadas ou eventuais para realiza monitoramento da origem ou da cadeia de produção dos insumos.	NA
23.2 Incentiva seus fornecedores a buscar a certificação florestal.	NA
23.3 Prioriza e apóia os fornecedores engajados na busca da sustentabilidade das florestas.	NA

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
23.4 Total de visitas programadas ou eventuais para monitoramento da origem de insumos madeireiros e florestais empregados pela empresa.	NA	NA	NA
23.5 Quantidade de produtos de origem florestal com origem verificada utilizados na operação diária ou no processo produtivo.	NA	NA	NA
23.6 Quantidade de produtos de origem florestal com cadeia produtiva certificada utilizados na operação diária ou no processo produtivo.	NA	NA	NA

Resultados:

Sub-Critério 23 – SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA FLORESTAL	
Grau de Sustentabilidade:	NA
Estágio de Sustentabilidade:	NA

Observações:

- O ramo de atividade da Empresa não gera relação relevante com empresas que explorem florestas, motivo pelo qual esse sub-critério foi classificado como “Não se Aplica”.

SUB-CRITÉRIO 24 – MINIMIZAÇÃO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE MATERIAIS

Com o objetivo de prevenir e reduzir danos ambientais e otimizar processos, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Sem alterar seu padrão tecnológico atual, tem procurado reduzir o consumo de energia, de água, de produtos tóxicos e de matérias-primas e implantar processos para a destinação adequada de resíduos.	
2. Tem investido na atualização do seu padrão tecnológico, visando a redução e/ou a substituição de recursos de entrada e a reutilização de resíduos (pela própria empresa ou por terceiros).	
3. Além de investir na redução e na reutilização de recursos, possui processo para medir, monitorar e auditar periodicamente os aspectos ambientais significativos relacionados ao consumo de recursos naturais e à produção de resíduos e dejetos, estabelecendo periodicamente novas metas.	
4. Está próxima de atingir alto nível de sustentabilidade ambiental por meio de estratégias de reutilização e compensação ambiental de abrangam todo o sistema produtivo.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
24.1 Possui iniciativas para o uso de fontes de energia renovável.	A
24.2 Mantém ações de controle da poluição causada por veículos próprios e de terceiros a seu serviço.	A

A empresa possui sistema de monitoramento com metas específicas para:

Questão	Resposta
24.3 O aumento da eficiência energética.	A
24.4 A redução do consumo de água.	A
24.5 A redução da geração de resíduos sólidos.	A
24.6 A redução da emissão de CO ₂ e outros gases do efeito estufa na atmosfera.	A

Indicadores Quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
24.7 Total investido em programas e projetos de melhoria ambiental (em reais)	ND	ND	ND
24.8 Percentual do faturamento bruto gasto em programas e projetos de melhoria ambiental.	ND	ND	ND
24.9 Consumo anual de energia (em kWh)	ND	ND	ND
24.10 Consumo anual de água (em m ³)	ND	ND	ND

Consumo anual de combustíveis fósseis:

Questão	2004	2005	2006
24.11 Gasolina/Diesel (em litros)	ND	ND	ND
24.12 Óleo combustível (em toneladas)	ND	ND	ND
24.13 Gás - GLP/GN (em m ³)	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 24 – MINIMIZAÇÃO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE MATERIAIS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

3.3.4 Fornecedores

a) Seleção, Avaliação e Parceria com Fornecedores

Sub-Critério 25 – Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores

Sub-Critério 26 – Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva

Sub-Critério 27 – Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva

Sub-Critério 28 – Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores

a) Seleção, Avaliação e Parceria com Fornecedores

SUB-CRITÉRIO 25 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

Para regular suas relações com fornecedores e parceiros a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Possui políticas de seleção e avaliação de fornecedores e parceiros conhecidas pelas partes envolvidas e baseadas apenas em fatores como qualidade, preço e prazo.	
2. Possui normas conhecidas de seleção e avaliação de fornecedores que contemplam critérios e exigências relativas ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal.	
3. Além de critérios básicos de respeito à legislação, suas normas de seleção e avaliação de fornecedores incluem critérios específicos de responsabilidade social, como proibição do trabalho infantil, relações de trabalho adequadas e adoção de padrões ambientais.	
4. Além de adotar os critérios descritos anteriormente, estimula e coleta evidências de que seus fornecedores reproduzem suas exigências quanto à responsabilidade social para seus respectivos fornecedores e monitoram esses critérios periodicamente.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
25.1 Inclui as políticas e critérios para o relacionamento com os fornecedores em seu código de conduta e/ou em sua declaração de valores.	A
25.2 Ao selecionar fornecedores (ou desenvolver novos fornecedores), inclui como critério a prática efetiva de processos éticos de gestão das informações de caráter privado obtidas em suas relações com clientes ou com o mercado em geral.	A
25.3 Possui política explícita ou programa específico de responsabilidade social empresarial para a cadeia de fornecedores.	A
25.4 Produz relatório periódico com evidências de que questões relacionadas à responsabilidade social empresarial estão sendo cumpridas e implementadas em sua cadeia produtiva.	A
25.5 Discute questões relacionadas à responsabilidade social com seus fornecedores, visando o treinamento e adequação deles a seus critérios.	A
25.6 Estabelece prazo formal para que os fornecedores entrem em conformidade com seus critérios de responsabilidade social.	A
25.7 Ao exigir práticas de responsabilidade social de seus fornecedores, realiza visitas de inspeção dessas práticas.	A
25.8 Conhece em profundidade a origem das matérias-primas, insumos e produtos utilizados em sua produção ou nas operações diárias e tem a garantia de que nessa origem os direitos humanos e o meio ambiente são respeitados.	A
25.9 Adota critérios de compra que consideram a garantia de origem, para evitar a aquisição de produtos piratas, falsificados ou frutos de roubo de carga.	A

Resultados:

Sub-Critério 25 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 26 – TRABALHO INFANTIL NA CADEIA PRODUTIVA

Nas suas relações com fornecedores e parceiros, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Possui políticas formais com o objetivo de contribuir para a erradicação do trabalho infantil, discute a questão com os fornecedores e os estimula a cumprir a legislação.	
2. Além de discutir a questão possui cláusula específica sobre a proibição do trabalho infantil em seus contratos com fornecedores.	
3. Além de possuir essa cláusula, verifica seu cumprimento periodicamente e realiza campanhas de conscientização para todos os fornecedores, assumindo publicamente a postura de repúdio à mão-de-obra infantil.	
4. Articula programas e atividades que visam erradicar o trabalho infantil de forma geral, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou do poder público.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
26.1 Tem como prática proceder periodicamente pesquisa, verificação e relatórios sobre sua cadeia produtiva, realizando inspeções <i>in loco</i> e exigindo documentação comprobatória da não-existência de mão-de-obra infantil.	A
26.2 Possui cláusula específica em seus contratos, a respeito da proibição do trabalho infantil.	A
26.3 Possui políticas ou procedimentos expressos em relação ao trabalho infantil em seu código de conduta e/ou declaração de valores.	A

Resultados:

Sub-Critério 26 – TRABALHO INFANTIL NA CADEIA PRODUTIVA	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

Observações:

- Em relação ao item 26.1 a Empresa esclarece que as inspeções são feitas por amostragem, sendo inviável, em função da quantidade, fazê-lo de forma a contemplar todos os fornecedores.

SUB-CRITÉRIO 27 – TRABALHO FORÇADO (OU ANÁLOGO AO ESCRAVO) NA CADEIA PRODUTIVA

Nas suas relações com fornecedores e parceiros, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Cumpre rigorosamente a legislação e possui políticas formais com o objetivo de contribuir para a erradicação do trabalho forçado, exigindo dos fornecedores o cumprimento da legislação.	
2. Além disso, confere periodicamente o cumprimento da lei e inclui a proibição do trabalho forçado como cláusula específica em seus contratos com fornecedores.	
3. Além de possuir essa cláusula, verifica seu cumprimento periodicamente e realiza campanhas de conscientização para todos os fornecedores, assumindo publicamente uma postura de repúdio ao trabalho forçado.	X
4. Articula programas e atividades que visam erradicar o trabalho forçado de uma forma geral, em parceria com organizações da sociedade civil e/ou do poder público.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
27.1 Tem como prática proceder periodicamente pesquisa, verificação e relatórios de avaliação e acompanhamento de seus fornecedores, exigindo documentação comprobatória da não-existência de mão-de-obra forçada.	A
27.2 Antes de comprar ou contratar um fornecedor, tem como procedimento verificar a Lista Suja de Trabalho Forçado do Ministério do Trabalho.	D
27.3 Possui políticas ou procedimentos expressos em relação ao trabalho forçado em seu código de conduta e/ou declaração de valores.	A

Resultados:

Sub-Critério 26 – TRABALHO FORÇADO (OU ANÁLOGO AO ESCRAVO) NA CADEIA PRODUTIVA	
Grau de Sustentabilidade:	66,67%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 28 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES

Com relação a fornecedores de igual ou menor porte, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Negocia com transparência e estabelece relações contratuais apenas com base em critérios comerciais.	
2. Contribui para a melhoria do padrão gerencial dos fornecedores, disponibilizando informações e promovendo atividades conjuntas de treinamento.	
3. Além de contribuir para a melhoria gerencial dos fornecedores, mantém com eles relações comerciais duradouras e utiliza critérios de negociação que consideram seu crescimento futuro.	
4. Além de contribuir para o crescimento de seus fornecedores de igual ou menor porte, estimula e facilita seu envolvimento em projetos sociais e ambientais.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
28.1 Inclui entre seus fornecedores indivíduos ou grupos da comunidade, tais como cooperativas de pequenos produtores ou de iniciativas solidárias, associações de bairro e organizações com projetos de geração de renda para grupos usualmente excluídos (populações indígenas, pessoas com deficiência etc.).	A
28.2 Apóia organizações que praticam e promovem o Comércio Justo.	A
28.3 Tem como norma o tratamento justo aos fornecedores, privilegiando o pequeno fornecedor (com remuneração justa e em dia, qualidade na relação, programas de qualificação e de transferência de tecnologia etc.).	A
28.4 Estimula a formação de redes ou cooperativas de pequenos fornecedores, ajudando-os a se adequar a novos padrões de fornecimento.	A
28.5 Tem política de compras que privilegia fornecedores com certificação socioambiental (como SA8000, ISO14001, selo FSC, FLO, ABNT NBR16001 etc.).	A

28.6 Tem mecanismos formais que permitem transferir para a cadeia de fornecedores seus valores e princípios, tais como boas condições de trabalho, ausência de trabalho infantil e forçado (ou análogo ao escravo), proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas.	A
28.7 Possui ouvidor de fornecedores ou função similar, para assegurar uma relação de parceria com eles.	D

Resultados:

Sub-Critério 28 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES	
Grau de Sustentabilidade:	85,71%
Estágio de Sustentabilidade:	4

3.3.5 Consumidores e Clientes

a) Dimensão Social do Consumo

Sub-Critério 29 – Política de Comunicação Comercial

Sub-Critério 30 – Excelência no Atendimento

Sub-Critério 31 – Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais de Produtos e Serviços

a) Dimensão Social do Consumo

SUB-CRITÉRIO 29 – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COMERCIAL

Considerando a influência de sua política de comunicação comercial na criação de uma imagem de credibilidade e confiança, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Atua rigorosamente de acordo com a legislação de defesa do consumidor. Focaliza suas estratégias de comunicação nos objetivos relacionados a volume de venda e resultados financeiros.	
2. Tem uma política formal de comunicação, alinhada com seus valores e princípios e abrangendo todo o seu material de comunicação, tanto interno quanto externo.	
3. Tem consciência de seu papel na formação de valores e de padrões de consumo e comportamento da sociedade e tem procedimentos específicos para que sua comunicação possibilite a criação de valores positivos na sociedade como forma de contribuir com o desenvolvimento sustentável.	X
4. Além dessa política de comunicação, desenvolve parceria com fornecedores, distribuidores, assistência técnica e representante de consumidores visando criar uma cultura de responsabilidade e transparência na comunicação.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
29.1 A política de comunicação comercial consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	A

A empresa:

Questão	Resposta
29.2 Atualiza sempre que necessário o material de comunicação destinado aos consumidores/clientes (rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, entre outros) para tornar mais transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos.	NA
29.3 Chama a atenção do cliente/consumidor para alterações nas características de seus produtos ou serviços (composição, qualidade, prazos, pesos, preço etc.)	NA
29.4 Tem política formal contra propaganda que coloque crianças, adolescentes, negros, mulheres ou qualquer indivíduo em situação preconceituosa, constrangedora, desrespeitosa ou de risco.	A
29.5 Realiza análise prévia de peças publicitárias para verificar a conformidade com seus valores e princípios.	A
29.6 Possui políticas específicas para assegurar que a comunicação voltada para o público infante-juvenil seja responsável.	D
29.7 Interage com seus fornecedores e distribuidores estimulando-os a adotar uma postura responsável em relação à comunicação voltada para o público infante-juvenil.	D
29.8 Realiza análise prévia de peças publicitárias para verificar a conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.	D
29.9 Teve, nos últimos três anos, alguma campanha ou peça de comunicação como objeto de reclamação de clientes, fornecedores ou concorrentes.	A
29.10 Nos últimos três anos, teve campanhas ou peças publicitárias retiradas do ar ou recolhidas por pressão de organizações da sociedade civil organizada.	A

Resultados:

Sub-Critério 29 – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COMERCIAL	
Grau de Sustentabilidade:	62,50%
Estágio de Sustentabilidade:	3

SUB-CRITÉRIO 30 – EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO

Quanto a seu compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor/cliente, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Possui um atendimento básico receptivo, amplamente divulgado, focado na informação e na solução de demandas individuais.	
2. Proporciona fácil acesso do consumidor/cliente ao serviço ou informação de seu interesse, registra e comunica internamente as manifestações dele, resolvendo rápida e individualmente as demandas e orientando-o sobre os procedimentos adotados.	
3. Além de registrar as manifestações e resolver rapidamente as demandas, possui processos que incluem a procura das causas dos problemas e a utilização dessas informações para aprimorar a qualidade dos produtos ou serviços.	
4. Promove melhoria contínua de seu atendimento, priorizando o diálogo e o engajamento das partes interessadas no processo.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
30.1 A política e as normas de relacionamento com clientes e consumidores constam no código de conduta e/ou declaração de valores da empresa.	A

A empresa:

Questão	Resposta
30.2 Possui um ouvidor do consumidor ou função auxiliar.	A
30.3 Oferece serviço de atendimento ao cliente (SAC) ou outra forma de atendimento especializado para receber e encaminhar sugestões, opiniões e reclamações relativas a seus produtos e serviços.	A
30.4 Promove treinamento contínuo de seus profissionais de atendimento para uma relação ética e de respeito aos direitos do consumidor.	A
30.5 Treina e incentiva seu profissional de atendimento a reconhecer falhas e agir com rapidez e autonomia na resolução de problemas.	A
30.6 Adverte continuamente seu profissional de atendimento e áreas correlatas sobre a importância de procedimentos éticos na obtenção, manutenção e uso das informações de caráter privado resultantes da interação com seus consumidores, clientes ou usuários.	A
30.7 O serviço de atendimento a consumidores/clientes é acompanhado por indicadores e tem representação nos processos de tomada de decisão da empresa.	A
30.8 Ao vender produtos e serviços, utiliza somente argumentos verdadeiros para o convencimento do consumidor ou cliente.	A
30.9 Possui política explícita de não-suborno para obtenção de decisão de compra de produtos ou contratação de serviços.	A
30.10 Possui uma política formal de proteção à privacidade e/ou um sistema de gestão das informações privadas do consumidor, cliente ou usuário.	A
30.11 Informa ao cliente o propósito da coleta de informações pessoais antes de fazê-la.	A
30.12 Solicita apenas informações pessoais relevantes e não além dos objetivos para os quais declara serem necessárias.	A
30.13 Fornece informações cadastrais do cliente a terceiros apenas mediante a autorização dele.	A
30.14 Possui uma política que permite ao consumidor, cliente ou usuário a inclusão, alteração e exclusão de seus dados do banco informações da empresa.	NA

Indicadores quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
30.15 Vendas Líquidas.			
30.16 Total de consumidores ou clientes.	80	100	120
30.17 Total de ligações atendidas pelo SAC	ND	ND	ND
30.18 Percentual de reclamações em relação ao total de ligações atendidas pelo SAC.	ND	ND	ND
30.19 Percentual de reclamações não atendidas pelo SAC.	0%	0%	0%
30.20 Tempo médio de espera no telefone do SAC até o início do atendimento (em minutos)	ND	ND	ND
30.21 Quantidade de inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou serviço de atendimento a consumidores/clientes.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 30 – EXCELENCIA NO ATENDIMENTO	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

Observações:

- Em relação aos itens 30.2 e 30.3, a Empresa possui um serviço de atendimento ao cliente denominado de Serviço de Pós-Venda, similar a um Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC.

- No item 30.7, a Empresa possui uma pesquisa de satisfação de cliente, feita periodicamente.
- Em atendimento ao item 30.10, a Empresa declara que possui a Política de Segurança das Informações, onde há cláusula específica relativa a confidencialidade de informações referentes aos dados de clientes.
- Em relação ao item 30.14 a Empresa declara que tal procedimento não é possível, inclusive por haverem dispositivos legais que impedem tal ação. Em virtude disso, o conceito considerado para esse item foi “Não se Aplica”, pelo fato de estar fora do poder da Empresa possibilitar tal ação.
- Em relação aos indicadores quantitativos 30.17 e 30.18, a Empresa declara que não cabe a instalação de uma estrutura para monitorar tais indicadores, uma vez que as reclamações ocorrem em pequena quantidade, todas são atendidas e a quantidade de clientes não exige tais medidas.

SUB-CRITÉRIO 31 – CONHECIMENTO E GERENCIAMENTO DOS DANOS POTENCIAIS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Quanto ao conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de seus produtos e serviços, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Realiza esporadicamente estudos e pesquisas técnicas sobre danos potenciais de seus produtos e serviços para os consumidores e clientes.	
2. Realiza periodicamente estudo e pesquisas técnicas sobre riscos potenciais e divulga as informações obtidas para parceiros comerciais, adotando medidas preventivas ou corretivas quando detectados riscos de falhas. Disponibiliza informações detalhadas sobre seus produtos e serviços a seus consumidores e clientes.	
3. Além disso, por meio de diálogo constante, obtém envolvimento de seu público interno, fornecedores, distribuidores, consumidores e clientes no aperfeiçoamento contínuo dos produtos e serviços, substituindo componentes, tecnologias e procedimentos para minimizar ou evitar riscos à saúde e à segurança do consumidor ou cliente.	
4. Além disso, os valores e princípios da empresa, o desenvolvimento sustentável e a ética são considerados dimensões importantes na concepção ou reformulação, fabricação e venda de seus produtos ou na prestação de serviços.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	X
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
31.1 Mantém programa especial com foco em saúde e segurança do consumidor/cliente de seus produtos e serviços.	NA
31.2 Possui sistemas internos ágeis e capacita sua área de comunicação externa para responder com rapidez e transparência a situações de crise.	NA
31.3 Foi, nos últimos três anos, processada pelo não-cumprimento de regulamentos relacionados à saúde e segurança do consumidor/cliente.	NA
31.4 Teve nos últimos cinco anos, produtos retirados do mercado por pressão de clientes/consumidores ou órgãos de defesa.	NA
31.5 Tem serviços/produtos proibidos em outros países e ainda comercializados no Brasil ou exportados.	NA

Em relação a violações do Código de Defesa do Consumidor, a empresa:

Questão	Resposta
31.6 Já teve produtos multados pelo não-cumprimento de regulamento referente à informação e rotulagem.	NA

Em relação a violações do Código de Defesa do Consumidor:

Questão	2004	2005	2006
31.7 Total de processos administrativos (Procon, Vigilância Sanitária, Ipe, etc.).	NA	NA	NA
31.8 Total de processos judiciais (cíveis e criminais) recebidos.	NA	NA	NA

Resultados:

Sub-Critério 31 – CONHECIMENTO E GERENCIAMENTO DOS DANOS POTENCIAIS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	
Grau de Sustentabilidade:	NA
Estágio de Sustentabilidade:	NA

Observações:

- Em relação ao sub-critério 31 (Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais dos Produtos e Serviços), a Empresa declara que seu produto demanda conhecimento técnico qualificado por parte do comprador, e ainda, que não vende energia elétrica para consumidor final, e sim, no atacado para distribuidores e consumidores livres, que por sua vez, possuem pessoal técnico qualificado para operar a energia comprada.

3.3.6 Comunidade

a) Relações com a Comunidade Local

Sub-Critério 32 – Gerenciamento do Impacto da Empresa na Comunidade e Entorno

Sub-Critério 33 – Relações com Organizações Locais

b) Ação Social

Sub-Critério 34 – Financiamento da Ação Social

Sub-Critério 35 – Envolvimento com a Ação Social

a) Relações com a Comunidade Local

SUB-CRITÉRIO 32 – GERENCIAMENTO DO IMPACTO DA EMPRESA NA COMUNIDADE E ENTORNO

Considerando seus possíveis impactos na vida da comunidade (demanda sobre centros de saúde e lazer, creches, transporte público, tráfego de veículos etc.), a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Procura tomar medidas reparadoras em resposta a reclamações e manifestações da comunidade.	
2. Conhece em profundidade seus impactos na comunidade, possui processo estruturado para registrar reclamações e promove reuniões sistemáticas para informar lideranças locais sobre as providências tomadas.	
3. Possui uma política formal de antecipar-se a demandas da comunidade e informá-la sobre atuais e futuros planos e impactos de suas atividades, envolvendo a comunidade na resolução de problemas.	
4. Além de possuir uma política formal de relacionamento com a comunidade, mantém comitês permanentes ou grupos de trabalho com a participação de lideranças locais para analisar suas atividades e monitorar impactos.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
32.1 Reconhece a comunidade em que está presente como parte interessada importante em seus processos decisórios.	A
32.2 Possui políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta e/ou na declaração de valores.	A
32.3 Participa ativamente da discussão de problemas comunitários e do encaminhamento de soluções.	A
32.4 Contribui com melhorias na infra-estrutura ou no ambiente local que possam ser usufruídas pela comunidade (habitações, estradas, pontes, escolas, hospitais, etc.).	A
32.5 Tem programa para empregar, na medida do possível, o maior número de moradores do local em que está inserida, dando-lhes formação, com o objetivo de aumentar os níveis de qualificação daquela comunidade, em cooperação com sindicatos, ONGs, representantes da comunidade ou autoridades públicas competentes.	A

32.6 Tem práticas de compras e de investimentos para aprimorar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que está presente.	A
32.7 Conscientiza e treina seus empregados para respeitar os valores, conhecimento e práticas tradicionais da comunidade em que atua.	A
32.8 Possui indicadores para monitorar os impactos causados por suas atividades na comunidade de entorno.	A
32.9 Caso atue em regiões limítrofes de comunidades e reservas indígenas, possui políticas, procedimentos e normas formais para valorização e preservação do patrimônio cultural e humano e dos conhecimentos e práticas tradicionais das populações indígenas.	A

Nos últimos três anos, a empresa recebeu reclamações ou manifestações da comunidade ou de organizações da sociedade civil (petições, abaixo-assinados, protestos) pelos motivos listados abaixo:

Questão	Resposta
32.10 Excesso de lixo, geração de mau cheiro, efluentes e outras formas de poluição (sonora, visual etc.).	A
32.11 Excesso de tráfego de veículos, causando barulho e transtorno.	A
32.12 Interferência em sistemas de comunicação.	A
32.13 Alterações sociais negativas ocasionadas por suas atividades/instalações.	D
32.14 Outros motivos.	D

Resultados:

Sub-Critério 32 – GERENCIAMENTO DO IMPACTO DA EMPRESA NA COMUNIDADE E ENTORNO	
Grau de Sustentabilidade:	85,71%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 33 – RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES LOCAIS

Com relação às organizações comunitárias, ONGs e equipamentos públicos (escola, postos de saúde, etc.) presentes no seu entorno, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Conhece superficialmente suas atividades e responde pontualmente a eventuais pedidos de apoio.	
2. Apóia várias entidades com doações, financiamento e implementação de projetos, divulgando experiências bem sucedidas.	
3. Participa da elaboração e implantação de projetos conjuntos com entidades locais, mantendo parcerias de longo prazo e capacitando lideranças envolvidas.	
4. Atua em parceria com entidades locais, buscando influenciar políticas públicas, estabelecendo alianças e participando de diversas redes, a fim de maximizar sua contribuição para o desenvolvimento local.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
33.1 Faz um levantamento das necessidades locais antes de desenhar seus projetos na comunidade.	A
33.2 Realiza na comunidade, em conjunto com organizações locais, campanhas educacionais e/ou de interesse público.	A
33.3 A empresa possui uma boa imagem perante a sociedade na qual atua, em função de seu desempenho social.	A

Resultados:

Sub-Critério 33 – RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES LOCAIS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

b) Ação Social

SUB-CRITÉRIO 34 – FINANCIAMENTO DA AÇÃO SOCIAL

O financiamento da ação social da empresa é baseado em:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Verba variável, administrada arbitrariamente por diretor ou gerente, em resposta a solicitações externas.	
2. Verbas definidas em orçamento anual, geridas com transparência por comitê ou grupo de trabalho, conforme critérios pré-estabelecidos.	
3. Programa social estruturado ou investimento social privado, gerenciado por equipe especializada, com dotação orçamentária estável e com público, metas e estratégias definidos.	
4. Programa social estruturado ou investimento social privado que conta com mecanismo próprio para a geração de receita, estando assegurada sua continuidade no longo prazo (fundo patrimonial e/ou percentual fixo sobre o faturamento da empresa).	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
34.1 Inclui a ação social e seus responsáveis no processo geral de planejamento estratégico.	A
34.2 Possui mecanismos para estimular fornecedores, acionistas e outras partes interessadas a fazer doações financeiras.	A
34.3 Utiliza especialistas no ciclo de planejamento, monitoramento e avaliação de sua ação social.	A
34.4 Planeja sua ação social visando maximizar seu impacto a longo prazo.	A
34.5 Otimiza o impacto da sua ação social alavancando recursos de outras empresas ou organizações privadas e/ou a participação de órgãos públicos.	A
34.6 Tem procedimento de consulta periódica aos benefícios de sua ação social, monitorando-a por meio de indicadores de desempenho.	D

Resultados:

Sub-Critério 34 – FINANCIAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
Grau de Sustentabilidade:	83,33%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 35 – ENVOLVIMENTO COM A AÇÃO SOCIAL

Como forma de concretizar sua ação social, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Faz doações de produtos e recursos financeiros, cede instalações, mobiliza o trabalho voluntário de seus empregados e/ou desenvolve projetos sociais próprios.	
2. Além de doações e/ou projetos sociais corporativos, cede horas de seus empregados ou equipamentos para atividades ligadas a esses projetos.	
3. Além desse apoio, possui política pela qual cede suas competências técnicas, tecnológicas e gerenciais para fortalecer os projetos sociais (corporativos ou realizados por terceiros).	X
4. Além de apoio material e aporte de competências, envolve as organizações ou lideranças locais no desenho e na implementação dos projetos sociais e intercede junto a outros organismos, públicos ou privados, pela concretização desses projetos.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
35.1 Utiliza os incentivos fiscais para deduzir ou descontar dos impostos os valores relativos a doações e patrocínios.	A
35.2 Divulga internamente os projetos que apóia e desenvolve, oferecendo oportunidades de trabalho voluntário e estimulando a participação dos empregados.	A
35.3 Autoriza o uso controlado de horas pagas para o trabalho voluntário de empregados.	D

Quanto à governança da ação social, a empresa:

Questão	Resposta
35.4 Possui um conselho ou comitê misto, com membros de diferentes áreas da empresa ou do grupo empresarial, incluindo membros da sociedade credenciados para tratar da área temática em que atua.	A

Indicadores quantitativos:

Questão	2004	2005	2006
35.5 Percentual da Receita Líquida destinado à ação social.	0,40%	0,70%	1,10%
35.6 Percentual do total destinado à ação social correspondente a doações em produtos e serviços.	ND	ND	ND
35.7 Percentual do total destinado à ação social correspondente a doações em espécie.	ND	ND	ND
35.8 Percentual do total destinado à ação social correspondente a investimentos em projeto social próprio.	ND	ND	ND
35.9 Percentual do total destinado à ação social correspondente a publicidade.	ND	ND	ND
35.10 Percentual de funcionários que realizam trabalho voluntário na comunidade.	ND	ND	ND

Resultados:

Sub-Critério 34 – ENVOLVIMENTO COM A AÇÃO SOCIAL	
Grau de Sustentabilidade:	75%
Estágio de Sustentabilidade:	3

3.3.7 Governo e Sociedade

a) Transparência Política

Sub-Critério 36 – Contribuições para Campanhas Políticas

Sub-Critério 37 – Construção da Cidadania pelas Empresas

Sub-Critério 38 – Práticas Anticorrupção e Antipropina

b) Liderança Social

Sub-Critério 39 – Liderança e Influência Social

Sub-Critério 40 – Participação em Projetos Sociais Governamentais

a) Transparência Política

SUB-CRITÉRIO 36 – CONTRIBUIÇÕES PARA CAMPANHAS POLÍTICAS

Com relação ao financiamento de partidos políticos e de candidatos a cargos políticos, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Quando financia, o faz limitando a decisão aos membros da alta direção, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.	
2. Quando financia, fundamenta-se em regras e critérios definidos internamente, permitindo ao público interno o acesso às informações sobre a decisão tomada.	
3. A decisão de financiamento ou não financiamento é tomada de forma transparente (por meio de políticas escritas, do código de conduta e /ou declaração de valores etc.), permitindo às partes interessadas acesso às informações e requerendo do financiado a respectiva comprovação e registro da doação.	
4. A decisão de financiamento ou não financiamento é tomada de forma transparente (por meio de políticas escritas, do código de conduta e /ou declaração de valores etc.), permitindo às partes interessadas acesso às informações e requerendo do financiado a respectiva comprovação e registro da doação., além de incentivar a conscientização política, cidadania e importância do voto.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

Questão	Resposta
36.1 Nos últimos cinco anos, a empresa foi mencionada negativamente na imprensa por contribuir financeiramente para campanha política.	A
36.2 A empresa tem norma explícita de não utilização do poder econômico para influenciar contribuições de outras empresas, fornecedores, distribuidores e outros parceiros.	A

Resultados:

Sub-Critério 36 – CONTRIBUIÇÕES PARA CAMPANHAS POLÍTICAS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 37 – CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELAS EMPRESAS

Em relação ao seu papel na construção da cidadania, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Desenvolve atividades eventuais com foco na educação para a cidadania, abordando direitos e deveres.	
2. Desenvolve periodicamente atividades de educação para a cidadania e permite a livre discussão e troca de informações sobre temas políticos.	
3. Desenvolve periodicamente atividades de educação para a cidadania e permite a livre discussão e troca de informações sobre temas políticos, não exercendo nenhuma pressão sobre a escolha de candidatos.	X
4. Assume o papel de formar cidadãos e desenvolve programas de educação para a cidadania, tanto internamente quanto em sua cadeia de produção e na comunidade de entorno, exercendo sua liderança na discussão de temas como participação popular e combate à corrupção em seu município.	
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
37.1 Estimula seus empregados a avaliar e controlar a atuação dos eleitos.	D
37.2 Não exerce nenhum tipo de pressão sobre os empregados para beneficiar candidatos.	A
37.3 Concede o direito à folga para os trabalhadores que trabalham voluntariamente em eleições políticas oficiais, sem exercer nenhum tipo de pressão sobre seus direitos.	A

Resultados:

Sub-Critério 37 – CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELAS EMPRESAS	
Grau de Sustentabilidade:	66,67%
Estágio de Sustentabilidade:	3

Observações:

- A Empresa esclarece que não interfere na vida pessoal dos empregados, deixando livre e por conta de cada trabalhador seus procedimentos de fiscalizar ou não a ação dos eleitos.

SUB-CRITÉRIO 38 – PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO E ANTIPROPINA

No relacionamento com autoridades, agentes e fiscais do poder público, em todos os níveis, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Procura evitar situações que envolvam favorecimento a agentes do poder público, mas não tem procedimentos formais nem divulgados de controle e punição.	
2. Mantém postura reconhecida pelo público interno quanto à proibição de favorecimento direto ou indireto de agentes do poder público.	
3. Assume compromisso público de combate à corrupção e à propina, possui normas escritas (em documento específico, no código de conduta, etc.), as quais são divulgadas amplamente ao público interno e externo (fornecedores, consumidores e representantes do poder público com os quais se relaciona), e mantém procedimentos formais de controle, punição e auditoria em caso de ocorrência.	
4. Ciente de que a erradicação de práticas ilegais, imorais e antiéticas depende também da divulgação, facilitação ou educação, busca envolver um número cada vez maior de partes interessadas, como fornecedores, clientes, entidades parceiras etc., em iniciativas de combate à corrupção e à propina, disseminando o tema, ensinando sobre a utilização de ferramentas correlatas etc.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
38.1 Teve seu nome mencionado na imprensa nos últimos cinco anos sob suspeita de ter participado de incidente envolvendo o oferecimento de propina ou a prática de corrupção de agentes públicos.	A
38.2 Prevê medidas punitivas aos empregados envolvidos no favorecimento a agentes do poder público.	A
38.3 Possui política explícita de não apoio e não participação em processos que objetivam a manipulação de editais de concorrência (públicos ou privados).	A

Resultados:

Sub-Critério 38 – PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO E ANTIPROPINA	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

b) Liderança Social

SUB-CRITÉRIO 39 – LIDERANÇA E INFLUÊNCIA SOCIAL

Buscando exercer sua cidadania por meio de associações e fóruns empresariais, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Participa de comissões e grupos de trabalho relacionados à defesa e promoção dos interesses específicos do seu ramo ou setor de negócio.	
2. Participa de comissões e grupos de trabalho relacionados à questões de interesse público.	
3. Participa ativamente, contribuindo com recursos humanos ou financeiros, de processos de elaboração de propostas de interesse público e de caráter socioambiental.	
4. Tem membros de sua alta direção envolvidos na articulação, viabilização e fortalecimento de propostas de caráter socioambiental em diálogo com outras empresas, associações ou autoridades públicas visando sua adoção.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
39.1 Patrocina ou realiza campanhas de mídia exclusivamente relacionadas a questões de interesse público.	A
39.2 Interage ativamente com instituições de ensino de todos os níveis a fim de elaborar propostas para melhorar a qualificação da mão-de-obra do setor em que atua.	A
39.3 Estimula e patrocina projetos de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, interagindo ativamente com a comunidade acadêmica e científica.	A

Resultados:

Sub-Critério 39 – LIDERANÇA E INFLUÊNCIA SOCIAL	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

SUB-CRITÉRIO 40 – PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS

Em seu envolvimento com as atividades sociais realizadas por entidades governamentais, a empresa:

Descrição do Estágio	Estágio Atual
1. Contribui apenas com o pagamento de impostos.	
2. Contribui ocasionalmente com o poder público na realização de eventos e atividades pontuais e/ou apóia financeiramente programas e projetos do poder público em resposta a solicitações de autoridades.	
3. Contribui regularmente com recursos humanos, técnicos ou financeiros para a realização de projetos específicos e localizados de entidades governamentais.	
4. Participa ativamente da elaboração, aperfeiçoamento, execução, controle e avaliação de políticas públicas de interesse geral, contribuindo para seu fortalecimento.	X
Não vemos aplicação disso em nossa empresa.	
Não havíamos tratado antes desse assunto.	

Indicadores:

A empresa:

Questão	Resposta
40.1 Adota ou desenvolve parceria com organismos públicos visando objetivos como melhorar a qualidade de ensino, a assistência social, a saúde ou a infra-estrutura, erradicar o trabalho infantil e/ou o trabalho forçado, incentivar a geração de renda e/ou de emprego, promover segurança alimentar etc.	A
40.2 Patrocina programa público ou privado de bolsa escolar.	A
40.3 Articula e coordena parcerias nos programas de que participa.	A

Resultados:

Sub-Critério 40 – PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS	
Grau de Sustentabilidade:	100%
Estágio de Sustentabilidade:	4

ANEXOS

ANEXO A – CÓDIGO DE ÉTICA DA TRACTEBEL ENERGIA

ANEXO B – CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE DA TRACTEBEL ENERGIA

ANEXO C – ESTATUTO SOCIAL DA TRACTEBEL ENERGIA